



*Formação Profissional
&
Compromisso Social da Psicologia*



Vol. 2 - Nº. 2 - Dezembro de 2009

ISSN 1983 - 5507

Instituto de Educação
Departamento de Psicologia



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Educação
Departamento de Psicologia

Reitor: Ricardo Motta Miranda
Vice-Reitora: Ana Maria Dantas Soares

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Nídia Majerowicz
Pró-Reitor de Extensão: José Claudio Souza Alves

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Aurea Echevarria
Diretor do Instituto de Educação: José Henrique dos Santos

Chefe do Departamento de Psicologia
Silvia Maria Melo Gonçalves

Editorial

O advento do século XXI parece solicitar, para o bom desenvolvimento profissional, a reunião de conhecimentos humanos que foram separados com a morte dos últimos enciclopedistas do século XVIII. Neste sentido, direta ou indiretamente, o conhecimento psicológico realiza conexões com saberes humanos para, cada vez mais, melhor compreender e poder descrever a produção de conhecimento durante o processo materialista, histórico e simbólico da espécie humana. Então, o *III Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ* para contribuir, de algum modo, com a compreensão das dinâmicas coletivas e individuais, ofereceu no terceiro seminário — nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2009 — comunicações acadêmicas sobre o tema *Formação Profissional & Compromisso Social da Psicologia*. O público discente, docente, outros profissionais e demais interessados foram os convidados principais, que possibilitaram um diálogo saudável e enriquecedor com os respectivos palestrantes; durante a realização do *III Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ*. Portanto, o prezado leitor poderá dialogar com os autores dos artigos sobre as ideias apresentadas e estabelecer algumas reflexões para, também, de algum modo, aprimorar o desempenho profissional visando o transcender do tempo materialista, histórico e simbólico que aponta no horizonte do nosso século XXI.

Nilton Sousa da Silva

Professor Doutor da UFRRJ

Nota: O conteúdo de cada resumo ou artigo é da responsabilidade dos autores, assim como, o material divulgado também foi disponibilizado pelos respectivos palestrantes.

EDITOR

Professor Doutor *Nilton Sousa da Silva*
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

COMISSÃO EDITORIAL

Professora Doutora *Cecilia Raquel Satriano*
Universidad Nacional de Rosario – UNR, *Argentina*

Professora Doutora *Elena Moraes Garcia*
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Professor Doutor *Flávio Pietrobon Costa*
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Professor Doutor *Gustavo Arja Castañon*
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Professor Doutor *Gustavo Corrêa Matta*
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ

Professor Doutor *José Kalunsiewo Nkosi*
Universidade Agostinho Neto – UAN, *Angola*

Professor Doutor *Luíz Celso Pinho*
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Professor Doutor *Paulo Guilherme Domenech Oneto*
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Professor Doutor *Roberto Novaes de Sá*
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professor Doutor *Vitor José da Conceição Teixeira Amorim Rodrigues*
Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA, *Portugal*

Professor Doutor *Walter Melo Junior*
Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ

Sumário

EDITORIAL	2
AS VÁRIAS MARÉS DA MARÉ: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO PSICÓLOGO EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHERES	
Silvia Barbora de Carvalho.....	5
FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E COMPROMISSO SOCIAL: A PRODUÇÃO MICROPOLÍTICA DE NOVOS SENTIDOS”	
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	20
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SIMBÓLICA	
Valéria Marques	36
MUDANÇAS NA CONJUGALIDADE – REPERCUSSÕES NA PARENTALIDADE: SEPARAÇÃO CONJUGAL E GUARDA COMPARTILHADA SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA JURÍDICA	
Laura Cristina Eiras Coelho Soares.....	55
A PSICOLOGIA POLAR	
Geny de Oliveira Cobra.....	70
NATUREZA INTEGRAL X NATUREZA (MEIO AMBIENTE): APONTAMENTOS PARA UMA FILOSOFIA DA NATUREZA AFROCENTRADA E SUBJETIVIDADES CONTRA-HEGEMÔNICAS	
Renato Nogueira Jr.	81
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E O TRABALHADOR NO SÉCULO XXI: UMA APROXIMAÇÃO AO ESTUDO DE ANDRÉ GORZ SOBRE AS METAMORFOSES NO TRABALHO	
Mauricio Castanheira.....	87
PSICOLOGIA JURÍDICA E COMPORTAMENTO SOCIAL	
Ana Célia Montemor Soares Rios Gonçalves	94
PSICOLOGIA, PRODUÇÃO DE SAÚDE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: COMPROMISSO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	
Eduardo Passos.....	98

AS VÁRIAS MARÉS DA MARÉ: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO PSICÓLOGO EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHERES.

MULTIPLES TIDES OF MARÉ: REFLEXIONS ON THE WORK OF THE PSYCHOLOGIST IN A REFERENCE CENTER FOR WOMEN.

Silvia Barbosa de Carvalho

Psicóloga, Mestre em Saúde Pública FIOCRUZ/ENSP

sbcarvalho6@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho é uma reflexão acerca do trabalho do psicólogo em um centro de referência de mulheres especializado na atenção às mulheres em situação de violência doméstica no bairro da Maré, no município do Rio de Janeiro. Nele, são considerados os aspectos da construção social dos papéis de gênero e da naturalização da violência no contexto urbano e a formação profissional de quadro com habilidades para identificar situações de violência a partir do relato de mulheres, crianças e jovens usuários do Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR) do Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH), órgão suplementar do Centro e Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bem como construir instrumentos para, a partir da abordagem interdisciplinar, construir caminhos para o acolhimento, atendimento, intervenção no campo das Políticas Públicas para as mulheres, contribuindo para a compreensão da violência doméstica em suas múltiplas perspectivas e para o enfrentamento do problema de forma efetiva em diversos campos de atuação profissional baseado no respeito aos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: violência doméstica, direitos humanos, formação profissional.

Abstract

This paper is a reflection about the work of the psychologist in a Reference Center for Women, specialized in attention to women in domestic risky situation in the Maré neighborhood, in the city of Rio de Janeiro. In this article we consider various aspects of the construction of the role of gender and the naturalization of the violence in a urban context, as well as the professional formation of workers with abilities to identify violent situations from the report of women, children and young people who make use the Reference Center for Women at Maré - Carminha Rosa (CRMM-CR), a center connected to the Public Policies Study Group and Human Rights (NEPP-DH), a supplementary department of the Social

Sciences and Philosophy Center (CFCH) of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). We also aim at building instruments, with a multidisciplinary approach, to pave the path to receive, give proper care and intervention in the field of Public Policies for women, contributing somehow for the comprehension of domestic violence and its multiple perspectives for solving the problem in a effective way in various fields of the professional work based in the respect for the women human rights.

Key-words: domestic violence, human rights, professional training.

*“Não sou do tempo das armas
Por isso ainda prefiro
Ouvir um verso de samba
Do que escutar som de tiro”*

*Nomes de Favelas
Paulo César Pinheiro*

APRESENTAÇÃO

A polifonia discursiva no que se refere à violência doméstica e de gênero (ALMEIDA, 2007) deve ser pensada no campo das relações da sociedade, muito mais do que no campo das práxis individuais e pontuais relacionadas a esta ou aquela cultura. O fenômeno da violência e, em especial, da violência contra a mulher, é tido em muitas sociedades e culturas como algo corriqueiro, comum e em muitos lugares, legitimados no campo da lei, como é o caso de muitos países Islâmicos (BRASIL, 2007; SILVEIRA, 2007). As práticas, costumes, discursos, legislação, se não corroboram no mínimo, são negligentes com as práticas violentas que são ratificadas no campo cotidiano. Podemos observar estas práticas através do silêncio que se estabelece em relação à violência doméstica e às suas vítimas, sejam elas crianças ou mulheres. Pensar possibilidades de acesso a outras possibilidades de enfrentamento desta realidade consiste em um desafio cotidiano e, sobretudo, cotidiano do problema, visto que é no campo da naturalização das práticas violentas que consiste e se reitera os comportamentos violentos.

No Brasil, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a promulgação da Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006 constituíram marcos na luta pelos direitos humanos das mulheres e no enfrentamento da violência de gênero, contribuindo não só para as definições no campo do direito, mas também para a visibilidade de um tema que

historicamente era tratado no âmbito privado. Apesar da Lei Maria da Penha romper com a dicotomia público e privado, legislando sobre a esfera dos campos afetivos, o simples conhecimento da lei não garante a sua efetivação no cotidiano das mulheres em situação de violência doméstica contra a mulher, já que para o enfrentamento da violência há que se formar um conjunto de ações que favoreçam e permitam às mulheres a opção por uma vida sem violência.

Essa realidade aponta para o estabelecimento da violência doméstica contra as mulheres, como um problema de Saúde Pública, com uma agenda específica para minimizar seus efeitos maléficos para a sociedade, bem como a preocupação prioritária com a formação de quadros aptos ao enfrentamento e compreensão do problema como uma questão de violação dos direitos humanos das mulheres.

O Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos prioriza ações que favorecem a extensão, o ensino e a pesquisa especialmente dos temas da atualidade com os quais se deparam os profissionais em formação e que constituem um desafio na construção de práticas de trabalho que tenham como norte a defesa dos Direitos Humanos e ratifiquem o compromisso da universidade na formação de alunos engajados e aptos a desenvolverem trabalhos nestas áreas. Este é o cenário que faz com que o eixo gênero, raça e etnia, seja uma das linhas de atuação do CRMMCR, na luta pela cidadania e pelos direitos humanos das mulheres.

O BAIRRO DA MARÉ

Muitos são os significados da palavra Maré. Os grandes navegadores da história, os velejadores atuais e vários outros estudiosos dedicam-se ao estudo das marés para a compreensão de diversos fenômenos naturais e, para alguns pesquisadores, há inclusive uma relação muito próxima entre as influências da lua sobre as marés e também sobre o comportamento humano. Segundo a Nova Enciclopédia de Pesquisa Fase (s/d, pag. 1975) maré significa:

Movimento periódico das águas do mar pela qual elas se elevam e se abaixam alternadamente, duas vezes por dia, correndo do equador para os pólos e refluindo dos pólos para o equador, deixando assim a descoberto uma parte maior ou menor do solo submarino./ *Fig.* Marcha da vida; ocasião, ensejo; disposição, tendência, determinação, multidão./ *Maré das rosas.* Tempo bonançoso, tempo propício à navegação./ *Fig.* Tempo em que todos os acontecimentos são felizes, de acordo com nossos desejos; felicidade, tranquilidade./[...] *Maré de estofa.* A que permanece tranquila, sem encher nem vazar./ *Maré de sorte.* Boas oportunidades, ocasiões favoráveis, tempo

propício. [...] *Bras da Amazônia*. Coisa precária, passageira[...] *Gíria Chegar na Maré da tarde*. Chegar tardia ou inesperadamente. [...] Estar ou não estar na maré. Sentir-se bem ou mal disposto para qualquer coisa. *Recuar contra a maré*. Lutar em vão; opor-se, inutilmente, contra alguma coisa. *Loc. Adv. A favor da maré*. Em direção da maré, com a ajuda da maré. *Fig.* De acordo com os acontecimentos. *Ao sabor da maré*. Ao acaso, conforme a sorte ou ao destino.[...] O horário das marés varia de um a outro lugar, havendo, neste sentido, tabelas especiais para uso dos navegantes. [...] O movimento oscilatório do mar é avaliado com o mareógrafo. Já se estudaram vários modos para aproveitamento da energia das *marés*.

As múltiplas leituras para o verbete servem para apresentar aqui outra *Maré*, esta com letra maiúscula e que também se alterna conforme as oscilações, potências, instrumentos de navegação, flutuações, tendências de seus navegadores e que, como as outras, também sofre as influências de várias luas. O bairro da Maré, no município do Rio de Janeiro, atravessa e faz fronteira com a Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. É passagem obrigatória para quem se dirige ao aeroporto internacional Tom Jobim e por este e outros motivos é um dos bairros mais conhecidos do Rio de Janeiro quando o assunto refere-se às comunidades populares e a violência. É considerado o bairro de maior concentração populacional de pessoas de baixa renda do município e também do Brasil, o que lhe confere um *status* pouco invejado entre os outros bairros da cidade. Ao todo são 16 comunidades que totalizavam até o ano de 2000, 132.176 habitantes, distribuídos em 38.273 domicílios (CEASM, 2000). A oferta de serviços públicos distribui-se entre os sub-bairros em treze escolas, sete Unidades de Saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA), além de vários equipamentos de ação não-governamental.

No relato das usuárias, a cisão entre os mundos aparece de forma recorrente no discurso das mulheres que dizem que: “a maré tem um muro, um muro invisível, que ninguém vê, mas que está aí, não se pode ver, mas é quase possível tocá-lo. Ele define quem vive dentro e quem vive fora, o que deve ser visto e o que precisa ser escondido, preso, dominado... esse muro faz com que a gente tenha muita dificuldade de sair daqui...” Associada à segregação espacial, outra de origem regional: boa parte da população da Maré é de pessoas oriundas de vários estados do Nordeste, situação que se reflete nos costumes do bairro, nas formas de socialização, nas opções de lazer, na oferta de alimentos e serviços (existe na Vila do João uma agência de viagens que faz vendas de passagens para o Nordeste) e num certo modo de ver a vida e a cidade. Muitas moradoras falam do duplo preconceito que sofrem por serem moradoras de favelas e nordestinas, o que se reflete na autoestima dessas mulheres e na apropriação da cidade. Muitas mulheres e jovens têm na Maré a única espacialidade conhecida, encontram-se restritas ao espaço da comunidade. Muitas saem da

Maré apenas para o trabalho na Zona Oeste da cidade, existe inclusive uma linha de transporte alternativo que sai da Vila do João na direção da Barra da Tijuca e Recreio. Assim, algumas nunca foram ao centro da cidade ou a outros espaços de lazer fora do espaço desses “muros imaginários”. Esse sentimento contribui para a fragilização das mulheres em especial as que encontram-se em situação de violência doméstica.

É a partir destas influências, que apresento minha experiência de trabalho no Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa, um projeto do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos, órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CRMM-CR/NEPP-DH/CFCH/UFRJ), onde atuei como psicóloga no período de maio de 2008 a dezembro de 2009, participando das atividades de planejamento, atendimento, supervisão e coordenação de cursos e projetos. O CRMM-CR é um Centro de Referência voltado para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero entre mulheres do bairro da Maré e, desde 2004 sob a administração da UFRJ, desenvolve ações orientadas pela função prioritária das Universidades Públicas que são as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O CRMM-CR NO CONTEXTO DA MARÉ

O CRMM-CR situa-se na Vila do João, um dos sub-bairros da Maré e atende às mulheres de todas as comunidades a partir do acolhimento e atendimento psicológico, social e jurídico individualizado para mulheres por equipe interdisciplinar. Com supervisão técnica e participação dos estagiários de Direito, Serviço Social e Psicologia no acolhimento e atendimento das usuárias, buscava-se o debate constante sobre os modos de cuidar e acolher na clínica interdisciplinar, além de outros da área das artes (teatro, dança, teatro, educação artística), letras e educação física. Os fluxos dos atendimentos ocorriam a partir de encaminhamentos internos, encaminhamentos para oficinas e cursos e externos, através da rede de atenção local, DEAM's, Juizados, Coordenadoria Regional de Assistência Social, Coordenadoria Regional de Educação, etc.

Dentre as atividades desenvolvidas à época encontrávamos grupos de capacitação, supervisão, integração da rede de assistência à mulher a partir de projetos, tais como:

- **Oficinas Sociais – intervindo com artes** (oficinas de corpo para as mulheres, de dança para mulheres e crianças, literatura para mulheres e crianças, artesanato para mulheres e crianças e teatro para crianças).
- **Uma Maré de Mulheres** (cursos de cuidadora de crianças, arranjos florais – novos arranjos de vida, cozinhando com arte, educação em Direitos Humanos).

- **Educação Não-sexista** (trabalho desenvolvido junto a docentes da rede pública do entorno do CRMM-CR).
- **Na Onda da Lei Maria da Penha** (oficinas de capacitação para moradores e moradoras da Maré).
- **Curso de Educação em Direitos Humanos.**
- **Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde** (em parceria com os Postos de Saúde situados no bairro da Maré).
- **Dandaras Maré: Trançando histórias para a superação do racismo** (oficinas de tranças, contação de histórias, escultura em madeira).

A VIOLÊNCIA EM SUAS MÚLTIPLAS VERTENTES

A violência de gênero atinge mulheres das mais variadas classes sociais, crenças e posicionamentos políticos, mas sabemos que entre as mulheres pobres, das classes populares, esta violência aparece ampliada pela discriminação geográfica e racial (ALMEIDA, 2002). Sob este aspecto, os efeitos da discriminação, têm seus matizes ampliados e conseqüentemente promovem um exacerbamento não só dos aspectos da violência como também se refletem diretamente na autoestima, determinação e condução da vida destas mulheres e suas famílias, demonstrando também seus aspectos intergeracionais.

Segundo MINAYO (2006: 94),

Estima-se que esse problema cause mais mortes às mulheres de 15 a 44 anos que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras. Há uma estimativa brasileira de que pelo menos 35% das queixas levadas pelas mulheres aos serviços de saúde estejam associadas à violência que sofrem, preferencialmente nas relações conjugais.

No que se refere ao absentismo no trabalho, um a quatro dias de ausência estão relacionados à violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas. Além desses dados, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estimou que o custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB, que em um país a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica e que a mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência. De acordo com estudo realizado em 1997 pelo BID: “... esta modalidade de violência é de reconhecida magnitude e tem elevado custo social... 25% dos dias de trabalho perdidos pelas mulheres, isto é, um em cada quatro, têm como causa a violência, o que reduz seus ganhos financeiros entre 3 e 20%”.

Para a constituição de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, afirmar a diferença é uma forma de promover a igualdade. É o que se propôs com a o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (2004), cujos princípios são: a igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social.

Apesar de a violência ser considerada um dos três maiores problemas que afligem as mulheres, segundo o Instituto Patrícia Galvão (2006), o fato de envolver relações afetivas, projetos de vida, sonhos e idealizações, justificam o silêncio, a dor, vergonha e humilhação que cercam o universo feminino e acarreta danos à saúde da mulher e de seu meio social, o que requer medidas de caráter universal. A categoria violência de gênero configura uma relação interpessoal que se desenvolve no quadro societal gerada no interior de disputas pelo poder e tem por objetivo “... reproduzir a matriz hegemônica de gênero na sua expressão microscópica” (ALMEIDA, 2002), no caso da violência intrafamiliar, refere-se muito mais ao espaço, ao local em que a violência é perpetrada e pode traduzir diferentes tipos de violência. É no campo cotidiano das relações que as desigualdades de gênero se estabelecem e se solidificam no campo social, político e ideológico e neste sentido, a punição do agressor é apenas um dos aspectos da solução do problema que necessita de ações voltadas para o enfrentamento e a prevenção da violência de uma forma muito mais ampla, comprometendo todo o conjunto da sociedade.

Vivemos violações sistemáticas dos Direitos Humanos, seja pela violência, a falta ou precariedade de acessos à bens e serviços, aos nocivos impactos do racismo e a discriminação sofrida pelos moradores das comunidades populares. No período de maio a agosto de 2009 o bairro da Maré, em especial a Vila do João, viveu um período de intenso conflito com a intervenção de diversas facções do crime organizado, que ocasionou o fechamento do CRMM-CR por conta da insegurança generalizada tanto para a população quanto para os técnicos e alunos. O que para nós é um episódio de extrema virulência e marcador das fragilidades e idiosincrasias do sistema de segurança pública, para os moradores configura-se como um estado de sítio. Desde esta época, todos nós tivemos cerceados nosso direito de ir e vir, o que vai de encontro ao artigo XIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual “toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”.

Nesses tempos acrescentou-se ao cotidiano da clínica uma escuta paralela constante de todos os ruídos que denunciem a iminente invasão da Vila do João pelas forças rivais. A cada

som diferente, as usuárias demonstram no olhar as angústias da vivência avassaladora da guerra e seus impactos refletem-se também em nossa escuta, já que a invasão é também uma ameaça para nós, técnicas do Centro de Referência. Lidar com essa tensão constante requer estratégias que muitas vezes escapam de nossa capacidade de organização e com o retorno dos alunos para o campo de estágio essas preocupações se intensificaram. Isso não significa dizer que trabalhos dessa natureza sejam inviáveis, ao contrário, eles são prioritários, representantes do poder público ali inserido de um modo completamente diferente do que usualmente se vê com a força policial. Essa experiência é fundamental para a construção pelos alunos de modos diversos de relação com a comunidade, denotando o compromisso das mulheres com a segurança de técnicos e estagiários. Nas semanas em que foi impossível sustentar nossa presença na Maré, as próprias mulheres nos ligavam anunciando a necessidade de mantermos distância, de aguardarmos o melhor momento para retornar.

Os relatos recorrentes da impossibilidade de sair de casa, especialmente nos fins de semana, às vezes até para comprar comida, as mortes e ferimentos sistemáticos de homens e mulheres que não têm qualquer envolvimento com o tráfico, mas que têm seus corpos expatriados pelas forças do tráfico, o relato de mulheres que não conseguem mais sair para trabalhar ou que só conseguem dormir com o uso de medicamentos é frequente (O GLOBO, 2009). Houve uma mudança nos atendimentos de primeira vez, que são potencialmente relatos de situações violentas, seja de violência urbana, violência doméstica ou em relação às crianças cujas mães não sabem mais o que fazer, porque seus filhos e filhas não querem ir mais para a escola ou estão tão aflitos, que sofreram um déficit escolar.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A interface violência doméstica e trabalho apresenta um entrave para muitos profissionais. Se acrescentarmos a este binômio as especificidades do trabalho e comunidades populares, temos algumas pistas da pluralidade de situações que profissionais e estagiários enfrentam para a realização de um trabalho desta natureza. Vemos que para alguns alunos, o choque entre a teoria e a prática, distante do muro da universidade, faz com que entre em conflitos de valores e questionem todos os seus saberes. Embora muitos escolham o campo de estágio de livre e espontânea vontade, veem-se vítimas de uma impotência enorme, que em alguns casos transforma-se em indiferença com o trabalho, mas que na prática vemos como dificuldade de lidar com situações limite, situações que não se enquadram em nenhum campo teórico, que transbordam da realidade com uma carga de intensidade tamanha e que exigem de qualquer profissional.

Nas supervisões que alternavam momentos individuais e coletivos, discutíamos temas como: legislação vigente, violência urbana e segurança pública, direitos humanos, racismo, saúde pública, violência doméstica e de gênero, artes, educação, trabalho com grupos, técnica de entrevista, clínica, homofobia, empreendedorismo, história da cidade e da formação do bairro da Maré e outros temas relevantes à época ou de interesse dos estagiários, com o objetivo de oferecer um cardápio variado de informações que possibilitem a relativização das práticas e a construção de instrumentos de atuação mais compatíveis com a realidade.

A articulação de diferentes saberes é um exercício constante; trabalhamos em equipe interdisciplinar, com profissionais do campo do direito, psicologia, serviço social, e também das áreas de letras, história, educação artística, teatro e dança. Essa experiência de formação de grupos tão heterogêneos no espaço de trabalho faz do dia a dia do centro de referência uma experiência intensa, cheia de possibilidades e que apresenta as fragilidades e cristalizações próprias de cada profissão. O acolhimento era realizado sempre por dois profissionais de áreas diferentes, um técnico e um estagiário e, após acompanhamento, por dois estagiários sob supervisão de um profissional. Essa regra não impedia que em alguns momentos, pela delicadeza do momento, o atendimento fosse realizado por apenas um profissional. Essa experiência permitiu a observação de algumas tendências relativas a cada área de atuação que passamos a discorrer a seguir:

No que se refere à formação dos estagiários de Psicologia, observamos uma dificuldade na integração em temas mais gerais como cultura, música, dança, literatura e uma forte tendência a psicologização das demandas levando a uma dificuldade na lida com as outras áreas de atuação, tendendo a construção de uma prática isolada e a identificação das usuárias como sendo “suas usuárias”, inclusive omitindo e, em alguns casos, resistindo ao registro dos atendimentos no prontuário (BRASIL, 2009). Havia certa tendência a hipervalorização do discurso *psi* e uma dificuldade de relação com as usuárias no cotidiano do bairro. Diferente de muitos campos de estágio e trabalho onde os profissionais são estrangeiros ao espaço, no caso do CRMMCR, acabamos por fazer parte do cotidiano do bairro, a conviver, encontrar as pessoas no mercado, na padaria e nas lojas. Esta é uma das potências do trabalho em comunidades, pois permite a construção de laços que se constituem uma nova possibilidade para a prática do profissional psicólogo.

No campo Jurídico, percebemos a dificuldade das alunas de Direito na escuta qualificada das usuárias para além das suas demandas enunciadas devido à formação voltada para a tutela jurisdicional que indica caminhos e representa a tutelada, dizendo o que elas

devem ou não fazer e, em muitos casos valoriza o registro policial como o caminho a seguir quando a usuária ainda não tem condições de constituir uma denúncia formal contra o agressor. Curiosamente, no que se referem à integração, com o bairro e as usuárias, as alunas do Direito foram as que mais se engajaram na construção de um discurso menos cristalizado no que diz respeito aos conceitos, fazeres e atribuições no cotidiano do CRMMCR, pareciam ter mais facilidade no convívio, talvez pelas características da relação dos advogados com seus clientes em outros espaços de atuação.

No campo do Serviço Social, observamos uma tendência para a realização de encaminhamentos frequentes para todas as mulheres acolhidas, semelhantes à indicação de múltiplos exames por alguns profissionais médicos. Em muitos casos as demandas eram muito mais do campo da escuta, relacionais e não indicam um encaminhamento objetivo, ao contrário, estes encaminhamentos precoces contribuem para ampliar o sentimento de fragilidade destas mulheres ou para reforçar o sentimento de exclusão, já que ao sair em busca de bens e serviços indicados pelas alunas, as usuárias esbarram na precariedade do acesso em superlotação de outros serviços públicos, ou ainda no mau atendimento por parte dos órgãos nos quais buscam ajuda o que faz com que muitas mulheres voltem ao CRMMCR ainda mais fragilizadas, com o sentimento de desamparo com relação às suas demandas ou ausentem-se dos atendimentos movidas pelo desânimo e o sentimento de fracasso.

Após um atendimento, uma usuária foi a uma Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM) para prestar uma queixa contra seu agressor, mas ao ser interpelada pelo atendente na DEAM que perguntou se ela estava certa de que iria denunciar o pai de seus filhos ela retrocedeu. Após este episódio, ficou muito envergonhada de retornar ao CRMMCR e dizer que não havia conseguido realizar a denúncia. Somente após um encontro informal com a advogada em uma farmácia do bairro, ela pôde falar sobre o assunto e depois de receber um novo convite para retornar se quisesse e, quando quisesse, a usuária conseguiu retornar às atividades no espaço. Esse episódio mostra-nos por um lado a fragilidade do trabalho com este público, um movimento, uma intervenção precoce pode incorrer em mais frustração. Por outro lado, mostra-nos que uma presença constante, perene e afetiva pode minimizar as distâncias e favorecer o enfrentamento, pelas mulheres das suas dificuldades, na direção de caminhos mais felizes.

Outra modalidade de encaminhamento no CRMMCR é específico para o profissional psicólogo, o que faz com que ocorra uma sobrecarga de trabalho deste profissional. Tanto entre os estagiários do Direito como do Serviço Social, esta prática é comum, mas denota-se

maior frequência entre os profissionais do Serviço Social. Parece-nos que a formação profissional do Assistente Social tem sido voltada para a resolução de problemas de ordem política e social, observamos uma dificuldade no trato com as sutilezas do discurso e o sentimento das usuárias para além das demandas explícitas.

Nestas três áreas de estágio observamos maior dificuldade de engajamento dos alunos nas atividades de grupo oferecidas no CRMMCR. Em muitas situações os alunos ficavam alheios ao longo da atividade e questionavam qual o papel do profissional nestes eventos, já que não viam como aplicar seus conhecimentos “na integra”. Para alguns, a partir de um primeiro momento de dúvida, foi possível compreender que durante estes momentos aparentemente “desconectados” da prática profissional, era possível perceber as sutilezas da compreensão do humano e que é justamente nestas atividades que se podiam identificar possíveis histórias de violência doméstica, bem como as atitudes de enfrentamento à violência doméstica. Em muitos momentos o espaço da clínica era visto como lugar para falar do sofrimento, no imaginário de algumas usuárias “estar entre quatro paredes era pra falar das mágoas”, outras ainda, alegavam “aqui com você eu falo das coisas boas, me dá força, mas também relembro muitos sofrimentos, quando estou em uma oficina, ou conversando com as mulheres, já falo de coisas felizes, mostro o que tem de melhor em mim, ninguém sabe tudo o que eu passei...”

Em que pese que cada área de atuação constitua seu discurso e saberes próprios além de um olhar específico sobre os problemas apresentados, o trabalho com mulheres em situação de violência doméstica requer um treinamento contínuo voltado para a construção de instrumentos para uma escuta qualificada na qual a perspectiva interdisciplinar seja o norte. Conforme apresenta-nos NEVES & ROMANELLI (2006): “A interdisciplinaridade não objetiva unificar as diversas ciências e sim levar à compreensão dessas de uma forma crítica e criativa”. Esse parece-nos ser o principal desafio para formação de quadros aptos ao enfrentamento dos desafios cotidianos que a prática profissional nos apresenta na atualidade, já que os temas aqui tratados não são restritos a um ou outro campo de atuação, mas constituem o cerne de nosso trabalho em qualquer área de atuação.

Nas oficinas e cursos eram oferecidos além de conhecimentos técnicos, debates, filmes, músicas, passeios pela cidade que eram escolhidos pelos grupos. Foram visitados lugares como: Jardim Botânico, Santa Teresa, Centro Cultural Banco do Brasil, Teatro João Caetano, Espaço Cultural do Consulado de Angola no Rio de Janeiro, entre outros. Através da apropriação do espaço da cidade muitas mulheres puderam ousar em outros momentos ir sozinhas e com seus filhos e filhas. Uma mulher, viúva de 53 anos, com relato de “dificuldade

para guardar as coisas na cabeça” por que era “muito tonta e esquecida”, após a visita ao Espaço Cultural de Angola, durante o atendimento, relatou longamente trechos da sua infância e juventude, lembrou-se do primeiro emprego, como passadeira em um hotel no centro da cidade, do primeiro vestido que comprou com seu dinheiro, do baile que foi com a roupa nova... “engraçado, depois desse passeio lembrei como eu era bonita, bem cuidada, de como não tinha medo da cidade, tudo como um sonho bom.”

Outra usuária, após um passeio ao Centro Cultural Banco do Brasil, tomou coragem e foi à DEAM apresentar uma queixa contra o então marido depois de mais de oito meses de acompanhamento no CRMMCR. Durante o evento os estagiários que acompanhavam o grupo disseram que ela parecia alheia a tudo, a maior parte do tempo manteve-se calada, distante do grupo. Quando, no espaço clínico foi interrogada sobre o que achou do passeio, a usuária relata que aquele havia sido o melhor dia da sua vida, que ela não conseguiu nem falar muito olhando aquele lugar tão lindo, que ela nunca havia entrado e que “ao ver meus filhos correndo e brincando em um lugar como aquele, junto com as outras crianças, senti que também merecia uma vida melhor do que a que levava.” O interessante neste caso é que a usuária não conseguiu efetuar a queixa na primeira vez, porque não entrou na DEAM. Na segunda, disse que o atendente debochou dela, dizendo que era difícil prender os agressores, só em último caso. Mesmo assim, no retorno para o atendimento, a usuária encontrava-se fortalecida e alegou que “já entendi que as coisas não funcionam como a gente quer, mas que ainda assim tenho que continuar”. A partir desse dia, a usuária moveu todos os seus esforços, conseguiu separar-se do marido e arranhou um emprego com o qual sustentava seus filhos.

CONCLUSÃO

O desafio para a consolidação das Políticas Públicas para a superação da violência doméstica contra a mulher traz no seu rastro um sem número de fatores envolvidos e que tem nos centros de referência um marco primordial. Outro ponto do debate é o papel das Universidades Públicas, através da formação de quadros, do fomento ao debate e na consolidação de ações voltadas às comunidades populares com o compromisso de disseminar saberes e minimizar diferenças. Vemos que a cada movimento na direção da consolidação destas políticas, ocorrem avanços e recuos sistemáticos que apontam para a complexidade da questão e a fragilidade de algumas práticas isoladas, mas também para a potência de nossos gestos cotidianos na discussão, construção, invenção de novas metodologias para tratar o problema e, conseqüentemente, intervir na formação de profissionais não só sensíveis ao tema como também aptos a enfrentá-lo no cotidiano de trabalho.

A organização dos serviços, a estruturação da rede de atenção às mulheres em situação de violência é um desafio para as diversas áreas do setor público, no sentido de concentrar esforços múltiplos no enfrentamento cotidiano das situações de violência. Neste sentido, pensar a formação de quadros habilitados no trato com o problema é de fundamental importância para a ampliação dos núcleos de atenção à mulher em situação de violência doméstica, mas, sobretudo, para a formação de profissionais sensíveis ao tema em diversas áreas de atuação que possam identificar, orientar e encaminhar mulheres às unidades de referência na atenção desses casos como também instrumentalizar professores, orientadores educacionais e vários outros profissionais na identificação dos indícios de situações de violência doméstica, que por ventura venham a atravessar seus caminhos. Essa proposta é no sentido de tratar o tema de forma desmistificadora permitindo o debate amplo na sociedade sob variados aspectos e com o intuito de desvelá-lo, trazendo à tona conversas silenciadas, com o lema ainda muito em voga em nossa sociedade de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Vemos que no enfrentamento da violência doméstica, o silêncio ao contrário de ser o melhor conselheiro é sim, o maior dos inimigos. Sabemos, porém, que ter ciência da lei não garante a sua efetivação no cotidiano das mulheres em situação de violência. Cabe ao poder público criar as condições necessárias para que Lei Maria da Penha seja colocada em prática, em sua totalidade.

Há que se pensar ainda, em medidas que voltadas para a atenção à saúde mental dos profissionais, proposta na Norma Técnica, no intuito de minimizar ou eliminar os efeitos da síndrome de estresse pós-traumático, conhecida como síndrome de *Burnout* (2004), cada dia mais comum entre as doenças relacionadas ao trabalho entre profissionais de saúde, em especial aqueles que vivem em situações limite como é o que tem se apresentado não só no trabalho do CRMMCR como em outros espaços de atenção públicos e privados. Este é mais um dos desafios para pensarmos a prática do psicólogo em tempos de profundas mudanças no mundo do trabalho. É no fluxo e refluxo dessas várias marés e seus paradoxos que este trabalho se inscreve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. *Violência e Subjetividade*. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (ORGS). **Clínica e Política: Subjetividade e violação de direitos humanos**. Equipe clínico-grupal, Grupo tortura nunca mais - RJ, Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro, p. 45-64, 2002.

_____. *Essa violência mal-dita*. In: ALMEIDA, S. (org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Série Didáticos, p. 23-41, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar: Orientações para a Prática em Serviço**. Cadernos de Atenção Básica nº 8, p. 10. 1997.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**, Brasília, DF, 2004.

BRASIL, V. V. *Subjetivação e violência*. In: MOURÃO, J. C. (org.) **Clínica e Política 2: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas**. Rio de Janeiro: Grupo tortura nunca mais, p. 259-275, 2009.

CAMPOS, C. R. de C.; INOCENTE, N. J.; ALVES, O. D. A.; GUIMARÃES, L. A. & AREIAS, M. E. Q. *Síndrome de Burnout em profissionais de saúde*. In: GUIMARÃES, L. A. & GRUBITS, S. (ORGS). **Série Saúde Mental e Trabalho**. Vol. III. São Paulo: Casa do Psicólogo, Universidade de Dom Bosco, p. 63-77. 2004.

CARVALHO, M.; COSTA, Ana C. **Guerra de traficantes no Complexo da Maré deixa mortos e feridos**. Disponível em: <http://oglobo.oglobo.com/rio/mat/2009/05/31/guerra-de-trafficantes-no-complexo-da-mare-deixa-mortos-e-feridos>. Acesso em: 12/11/2009.

CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. **Censo Maré 2000: Dados censitários e análise preliminar**. Rio de Janeiro, 2000.

COIMBRA, C. M. B. *Violência do Estado e violência doméstica: o que têm em comum?* In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (ORGS). **Clínica e Política: Subjetividade e violação de direitos humanos**. Equipe clínico-grupal, Grupo tortura nunca mais - RJ, Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro, p. 77-88, 2002.

G1 no Rio. **Violência na Maré deixa 7.232 alunos sem aulas**. Disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/Rio/0.,MRP1177950-5606,00.html>. Acesso em 11/11/2009.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. **A violência na sociedade contemporânea e suas repercussões na saúde coletiva**. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2006.

NEVES & ROMANELLI. **A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar**. *Estudos de Psicologia*. Campinas, 23(3) 299-306, julho-setembro. 2006.

SILVEIRA, M. L. S. Dimensões da violência e processos de subjetivação. In: ALMEIDA, S. (org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Série Didáticos, p. 107-106, 2007.

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E COMPROMISSO SOCIAL: A PRODUÇÃO MICROPOLÍTICA DE NOVOS SENTIDOS”

PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO – ppbicalho@ufrj.br

Doutor em Psicologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

LUAN CARPES BARROS CASSAL – luancassal@yahoo.com.br

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro

KELY CRISTINA MAGALHÃES – kelyzinharj@yahoo.com.br

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro

JANAÍNA RODRIGUES GERALDINI – jgeraldinipsi@yahoo.com.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro

Resumo

A proposta deste artigo é pensar a noção de Direitos Humanos como produção de subjetividade, problematizando tanto os saberes e as práticas da Psicologia como agenciadores desta produção assim como os efeitos que por ela são produzidos. Questionando a perspectiva positivista que naturaliza os objetos estudados, entende-se que não existem direitos humanos naturais, mas contextos históricos que os produzem. Por meio da noção de acontecimento, é possível entender que os direitos são datados, localizados, descontínuos, produzidos pelo cotidiano de práticas e de ações. Pensar a formação e atuação dos psicólogos inseridas em tal contexto de análise é convocá-los para se pensar nos lugares que eles ocupam, nas subjetividades que eles estão produzindo, nas forças que os atravessam ao construírem uma certa fisionomia para o objeto Direitos Humanos.

Palavras-chave: Psicologia, Produção de Subjetividade, Direitos Humanos.

Abstract

The purpose of this article is to think the notion of Human Rights as production of subjectivity, questioning both the knowledge and practice of psychology as agents of production and the effects that it is produced. Questioning the positivist perspective that naturalizes the objects studied, it is understood that there are natural human rights, but the historical contexts that produce them. Through the notion of event, it is possible to understand that rights are dated, located, discontinuous, produced by the everyday practices and actions. Thinking about the training and activities of psychologists inserted in such a context analysis is calling them to think about the places they occupy in the subjectivities that they are producing, the forces that go through to build a certain face to the object on Human Rights.

Key-words: Psychology, Production of Subjectivity, Human Rights.

INTRODUÇÃO

A tarefa que habitualmente se espera da Psicologia é psicologizar (no sentido de humanizar) e oferecer resultados, desvelando assim uma determinada ‘essência’ do sujeito, em favor do desenvolvimento de técnicas de gerenciamento – e ‘amansamento’ – das relações. Assim é na escola, na assistência, no trabalho e na esfera da justiça. Discursos que têm o poder de marcar, estigmatizar e matar o outro, pela força e presença de uma certa perspectiva epistemológica de corte positivista, que insiste em um projeto objetivista, asséptico, neutro, inodoro e incolor para a Psicologia, cujas demandas são endereçadas a intervir e resolver problemas de desajustamento em situações definidas como problemas, ou a emitir pareceres técnicos e laudos sobre ‘perfis psicológicos’.

A Psicologia, hegemonicamente, tem se constituído como ferramenta de adequação e ajustamento intimizado, universal, natural e a-histórico; não se colocando, assim, a questão que se refere a práticas datadas historicamente, instituindo modelos de ser e de estar no mundo segundo padrões de normalidade produzidos como únicos e verdadeiros, inferiorizando e desqualificando os lugares ocupados pelos chamados diferentes, anormais, perigosos, desvinculando-os dos seus contextos sócio-histórico-político-sociais, tornando-os não-humanos. A estes seriam endereçados um constante monitoramento, vigilância e tutela.

A ideia de que existem direitos humanos naturais surge em determinados contextos históricos, a partir de condições de possibilidade que permitem o surgimento desta concepção

enquanto verdade única e inquestionável. Conceituados como ‘necessidades humanas fundamentais para que as pessoas sobrevivam e se desenvolvam’ e de que devem ser protegidos não somente pelas nações, mas por um ordenamento jurídico mundial ‘que propusesse um mínimo de regras para evitar absurdos, a partir da questão de como coibir novas atrocidades’.

Sinalizamos, aqui, que tal concepção é hegemônica, mas não única. Apostamos na ideia de que é possível atravessar as discussões e práticas de direitos humanos por pensamentos como os de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari e, assim, pensar tal questão não somente como um dado natural ou um ordenamento jurídico, mas enquanto produção de subjetividade. Compromisso social, portanto, como prática. Prática cotidiana de direitos humanos.

DIREITOS HUMANOS: COMO SE ESCREVE ESTA HISTÓRIA?

Terminada a Segunda Guerra Mundial foi criada em 1945, pela Carta de São Francisco, a Organização das Nações Unidas (ONU), propondo-se à comunidade internacional a discussão e o resgate da noção de direitos humanos. Tais propostas ‘consumaram-se’¹ redundando na promulgação, em 1948, de uma declaração que, embora destituída de força legal, constituía-se como uma carta de recomendações, composta por um preâmbulo com sete considerações e mais trinta artigos. Os vinte e um primeiros abrangiam direitos civis e políticos (direitos e garantias do indivíduo), os sete seguintes tratavam dos direitos econômicos, sociais e culturais e os dois últimos, respectivamente, da responsabilidade do indivíduo em relação à sua comunidade e a vedação de qualquer interpretação da Declaração de modo a ‘destruir’ os direitos e liberdades nela estabelecidos.

Desta forma se transmite o tema direitos humanos: como se não houvesse uma história anterior à Declaração Universal de 1948, com suas implicações na Segunda Guerra Mundial e na criação da ONU².

Foram produzidos ainda, em 1966, dois pactos exigíveis dos países signatários (não apenas recomendações): o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, com o objetivo de criação de instrumentos para efetiva aplicação desses direitos. Cada região, deste modo, criou organismos internacionais que regulariam os chamados direitos humanos, como a Corte

¹ Para aqueles que acreditam que o tema ‘direitos humanos’ esgota-se no direito positivo.

² Esta é a história instituída. A questão dos direitos humanos, porém, já se anunciava há muito mais tempo, em especial com o advento das Revoluções Burguesas.

Interamericana e a Corte Europeia de Direitos Humanos e a Declaração de Direitos e Deveres dos Povos Africanos, além de declarações, tratados e convenções específicos, como a Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio (1948), a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992), dentre outras.

Trindade (2002) chama a atenção para o fato de que em nome dos ideais de igualdade e fraternidade contidos nas inúmeras concepções de direitos humanos foi erigido, por meio do AI-5, um dos regimes que mais crimes cometeu contra os mesmos direitos em toda a história brasileira. Ou mesmo o *Main Kampf* de Adolf Hitler, livro sobre o qual o mesmo escrevera: “Os direitos humanos estão acima dos direitos do Estado”. Resta para nós, enfim, a questão: se os direitos humanos são argumentos utilizados por tão diferentes práticas sociais, afinal, de que direitos se trata ou ainda, de que humanos está se tratando? Como nos diz Trindade (2002):

Talvez não tenha havido opressor nos últimos duzentos anos, ao menos no Ocidente, que não tivesse, em nenhum momento, lançado mão da *linguagem* dos direitos humanos. Hitler foi apenas mais um a adotar esse procedimento. (...) Por que tem sido tão fácil falar em direitos humanos e por que essa expressão tornou-se assim maleável, tão complacente e moldável, a ponto de a vermos ser pronunciada sem rubor pelos mais insólitos personagens? O que significa ela exatamente? (p.5; 16).

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E DIREITOS HUMANOS

Foucault pensa o homem como a fisionomia de uma forma dominante, como uma resultante de relações de força que compõem tal forma (Deleuze, 1992). Homem, assim, é pensado como relação, como “um singular que não pode existir sem o outro” (Conselho Federal de Psicologia, s.n.t.). Homem, deste modo, é pensado como subjetivação. Formahomem como resultante de relações de força (sempre em relação com outras forças) que constituem o poder. Da mesma forma, Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas o termo ‘subjetivação’ como processo. Trata-se da invenção de modos de existência e de possibilidades de vida que não cessam de se recriar, e não pessoas ou identidades (Deleuze, 1992).

É neste sentido que Foucault nos ensina que o homem não possui uma interioridade, pois é formado como resultante de forças que o atravessam. Forças que se configuram enquanto práticas históricas que o objetivam, que o subjetivam e que provocam um exercício ético (Revel, 2005). São produções que dizem respeito a um solo histórico, com arranjos políticos, com jogos de saber, de poder e de técnicas de si. O homem é, portanto, efeito de uma constituição que se dá na imanência histórica, sem essências, sem naturalizações, sem um caráter de a-prioris ou de transcendência.

Partimos, então, do pressuposto de que o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e suas práticas sociais são produzidas historicamente, não tendo, portanto uma existência em si, coisas já dadas, essência ou natureza. Somos solicitados, de acordo com Guattari e Rolnik (2000), “o tempo todo e de todos os lados a investir a poderosa fábrica de subjetividade serializada, produtora destes homens que somos. (...) Muitas vezes não há outra saída. (...) Corremos o risco de sermos confinados quando ousamos criar quaisquer territórios singulares³, independentes das serializações subjetivas” (p.12). Ainda segundo eles:

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um *‘être-là’*, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. (...) A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção (...). A problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade. (...) Todos os fenômenos importantes da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade (p.25, 28).

Hegemonicamente produzem-se subjetividades normalizadas, articuladas por sistemas hierárquicos, por sistemas de valores e sistemas de submissão, internalizados por uma ideia de subjetividade que precisa ‘ser preenchida’, oposta a um modo de subjetivação singular, conceituado por Guattari e Rolnik (2000) como ‘processos de singularização’ – que recusaria os modos de manipulação preestabelecidos.

Direito humano é, como nos diz Almeida (2002), “direito de viver bem, direito de acesso às políticas, direito de conviver na diversidade, direito de viver com todos em um mundo melhor” (p. 23).

³ O termo ‘singularização’ é usado por Guattari para designar os processos de ruptura com o modo de produção da subjetividade capitalística. Guattari chama a atenção para a importância política de tais processos, entre os quais se situariam os movimentos sociais, as minorias – enfim, os desvios de toda a espécie. Guattari utiliza também outros termos, como revoluções moleculares, minorização ou autonomização. Segundo ele: “É um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística” (Guattari e Rolnik, 2000).

Os ‘Direitos Humanos’ (substantivo), ao contrário são concebidos – desde a sua gênese – enquanto um objeto natural, como prerrogativa inalienável à essência de um determinado modelo de homem.

Pensar direitos humanos como produção de subjetividade é a afirmação de direitos locais, descontínuos, fragmentários, processuais, em constante construção, produzidos pelo cotidiano de nossas práticas e ações. Deste modo, não entendemos a noção de direitos humanos a partir de uma história linear assinalada por grandes eventos marcados e discriminada em períodos históricos, mas a partir da noção de acontecimento⁴, como condições de possibilidade que assinalam formas diferentes de saber e poder, que representam rupturas na forma de conhecer as coisas ou na forma das relações de poder. A proposta é trabalhar, enfim, a história dos direitos humanos por analises históricas.

Na Psicologia, podemos pensar em como ocorrem suas intervenções sobre a homossexualidade; podemos pensar sobre um modelo hegemônico do que seria anormalidade e normalidade da infância e, por conseguinte, sobre a eleição de garantias para um modo de existência nesta fase da vida; ou ainda com relação ao sistema prisional e as discussões que giram em torno das melhorias neste sistema, por exemplo. As propostas de adequar melhores condições de vida para os homossexuais, crianças e aprisionados, no intuito de promoção de práticas a favor da cidadania, indicam uma certa ‘humanização’ menos no sentido de se pensar a produção de outras formas de subjetividade e mais no sentido de se vincular regras socialmente aceitas como imposição de um modelo de ‘cidadão de bem’. Em outras palavras, quer-se dizer que ao propor direitos e melhores condições de vida, impõem-se certas regras sociais que cumprem o papel de ‘habilitá-los’ – ou normalizá-los, para usar o termo de Foucault (2005) – como melhores pessoas, tal como frequentar a escola, ter bom convívio com a comunidade, trabalhar, participar de projetos sociais, etc. Reeducação, ressocialização, viver bem e em sociedade significa atrelar-se a subjetivações que estão condecoradas com uma valoração político-moral.

Assim, não faz sentido continuar falando de ‘direitos humanos’ de modo genérico, sem pôr em questão de que humanos ou de que direitos – e de que concepção de cidadania – se fala.

⁴ “Acontecimento para Deleuze, Guattari e Foucault, mesmo em suas sutis diferenças, é um efeito sem corpo, um traçado de linhas e percursos que cruzam estruturas diversas e conjuntos específicos. O acontecimento não se dá a partir de uma intenção primordial ou como resultado de algo; ele põe em cena o jogo de forças que emerge no acaso da luta. Produz rupturas, decompondo o que se apresenta como totalidade excludente; é datado, localizado e funciona por conexão e contágio. Nele não há sujeito. As quebras que produz podem se irradiar, encontrar ressonância em uma multiplicidade de outros acontecimentos ainda invisíveis, e suas potenciais invenções numa forma de atualização” (Neves, 2002, p.2-3)

Podemos, de modo encarnado, pôr em questão o escravismo e o tráfico de ‘carne humana negra’⁵ ou a primeira greve de mulheres operárias, em 8 de março de 1857 na cidade de Nova York, em que 129 tecelãs pararam seu trabalho e exigiram redução de carga de trabalho – até então de quatorze horas – em que a polícia cercou e incendiou o prédio, terminando o protesto em tragédia.

Pode-se citar a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki ou a Comuna de Paris, experiência de construção de um poder popular em que mais de 20 mil parisienses morreram combatendo – milhares fuzilados, logo após se renderem –, além de 43 mil aprisionados e 13400 condenados à deportação, à prisão perpétua com trabalhos forçados ou à morte.

Temos ainda os movimentos operários europeus e o 1º de maio de 1886, em Chicago, quando em uma greve que reivindicava oito horas de trabalho diário a polícia matou e feriu operários e explodiu uma bomba sobre grevistas remanescentes em uma praça.

Lembremos, inclusive, do período pós Primeira Guerra e seus efeitos sobre uma infância vitimada, bem como o fomento da formação educacional de uma nova geração pautada na paz e na democracia. Tal contexto produz a primeira Declaração para os Direitos da Criança em 1924 sob uma prerrogativa de proteção da infância.

Pode-se falar ainda do holocausto vivido pelos judeus ou do movimento que ficou conhecido como ‘Stonewall’, de 28 de junho de 1969, data em que se comemora o dia Internacional do Orgulho Gay, quando homossexuais frequentadores do bar Sonewall Inn, em Greenwich Village, revidaram pela primeira vez às habituais agressões e abordagens da polícia, dando início a um confronto que durou dias na região. Ou ainda ‘analísadores locais’ (e que não são poucos), como as chacinas da Candelária e Vigário Geral e tantas outras que habitualmente ocorrem nos ‘redutos pobres’ do Rio de Janeiro⁶ – subjetividades que unem indissolúvel e naturalmente pobreza e criminalidade. Há, portanto, que se perguntar, em relação aos direitos humanos, não somente quais (ou o quê) são esses direitos, mas também o que é o humano, tarefa à qual a Psicologia não pode se esquivar, por mais embaraçoso que seja considerado seu objeto (Canguilhem, 1972). Não cabe, aqui, dizer do que realmente se trata, mas sinalizar que o modo pelo qual vem sendo tratado não corresponde a uma ‘natureza verdadeira’ do humano, mas à construção de um modelo possível, a partir de tecnologias de

⁵ Referência à “A carne mais barata do mercado é a carne negra/ E vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico/ E vai de graça para o sub-emprego e para os hospitais psiquiátricos”, trecho da canção “A carne”, de Marcelo Yuka, Wilson Capelletti e ‘Seu’ Jorge, gravada por Elza Soares (álbum “Do cóccix até o pescoço”, 2002)

⁶ De acordo com Negri (2003): “Na modernidade (...) o mundo dos direitos humanos é, ao mesmo tempo, proclamado e rompido pelo uso produtivo e pelo assujeitamento político do pobre” (p.123).

controle social, advindas de um contexto e uma concepção hegemônica e burguesa do que é (ou o que é possível ser) o mundo no qual vivemos. Retomando a pergunta de Canguilhem (1972) em “O que é a Psicologia?”, podemos tentar responder: depende das forças que se apoderam dela.

Façamos, enfim, como nos sugerem Deleuze e Guattari (1997), nossas máquinas de guerra, que significam aqui a ousadia de colocar em análise algumas produções de subjetividades – umas hegemônicas, outras nem tanto – que forjam uma certa fisionomia para o objeto Direitos Humanos. Fisionomias que nos possam alertar para que não nos acostumemos com práticas cotidianas de violações dos mais diferentes direitos, fazendo com que não percamos nossa capacidade de estranhamento e, portanto, de indignação, acreditando na possibilidade de experimentação de ferramentas que afirmem diferentes potências de vida.

Significa, assim, pensar tais fisionomias como datadas historicamente, não sendo, portanto, naturais, pois dizem respeito ao modo como se fala, age e pensa no mundo, a partir de um permanente processo de modelização conforme configurações de forças que são produzidas o tempo todo na história – construções competentes e eficazes advindas dos mais diversos equipamentos sociais, as quais estão sempre presentes, atravessando, influenciando e transversalizando as práticas diárias. Práticas de psicologia, inclusive; como poderosos e eficientes processos de subjetivação que forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis, vagabundos e vilões, excluídos e perigosos.

Pôr em análise nossas práticas não significa estar aquém ou além de uma adesão ou recusa de suas enunciações. O que interessa, aqui, é problematizá-las e pensá-las em seus efeitos, nos agenciamentos que produzem e atualizam, expressos nas ‘diferentes formas de se estar nos verbos da vida’ (Neves, 2002).

Autores como Foucault e Deleuze nos ensinam que a produção social da existência é tecida em meio à complexidade das combinações entre forças presentes e atuantes no homem, advindas do mundo que cerca e atravessa esse homem, produzindo, portanto uma dada forma hegemônica sempre ‘metamorfosável’. “Cada configuração histórica exhibe suas dominâncias imbricadas nos entrelaces dos processos de saber, poder e subjetivação” (Neves, 2002, p.40). O *socius*, aqui, não é pensado como um todo autônomo, mas “um campo de variações entre uma instância de agregação (máquinas molares – técnicas e sociais) e uma superfície de errância (máquinas desejantes) como regimes diferentes de uma mesma produção imanente (Neves, 2002, p.44). Tal afirmação implica, por um lado, à desnaturalização das análises que

inscrevem o campo social numa dicotomia totalizante e excludente entre molar (macropolítica) e molecular (micropolítica)⁷.

ANALISADORES DA CONSTITUIÇÃO DE UMA PRÁTICA

A Psicologia compõe o imenso aparato de saberes e práticas que, de diversas formas, vão interferir nos modos de existência do humano. Baptista (1999), diz que discursos hegemônicos tomam a diferença e a existência fora da norma como negativos, transformando sujeitos em carentes de cuidado e dignos de pena, que podem ainda ser eliminados pela sua condição menos que humana. O autor afirma ainda que práticas que desqualificam populações determinadas são genocidas, pois eliminam modos de existência e potências de vida. Tomemos agora alguns analisadores sobre as produções discursivas e práticas da Psicologia.

Em 2009, teve destaque na grande mídia⁸ um julgamento que seria realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, órgão de regulamentação da profissão no país. Dizia respeito a uma psicóloga que foi denunciada eticamente por divulgar um serviço de ‘cura’ de homossexuais, no sentido de adequar o desejo sexual à norma vigente – a heterossexualidade. Tal prática fere regulamentações da profissão, como a Resolução CFP 001/99 e o Código de Ética Profissional (Resolução CFP 010/05). A psicóloga afirmou, em meios públicos de comunicação, que atende apenas homossexuais que chegam ao seu consultório solicitando auxílio, pois sofrem com sua orientação sexual.

O que significa acolher um relato de sofrimento como uma demanda curativa? Os processos de violência e exclusão sofridos por homossexuais são manifestações de uma situação ‘doentia’? Por que patologizar sexualidades que fogem da norma, e como a Psicologia entra em cena nesse campo? Será que oferecer a cura aos sujeitos que sofrem é uma prática de direitos humanos?

Para Foucault (2007), as normas sociais sobre sexualidade atualmente vigentes no Ocidente fazem parte de um complexo dispositivo de poder sobre corpos, populações e subjetividade. Como parte do sistema de regras, os saberes médico-científicos categorizam

⁷ “Molar e molecular são dois modos de recortar a realidade, são planos indissociáveis que, apesar de terem seus modos próprios de funcionamento, se atravessam o tempo todo. [...] O plano molar seria o plano da segmentaridade dura, do visível, dos processos constituídos, onde encontramos a predominância das linhas duras (família, profissão, trabalho...). Estas são subordinadas a um ponto de referência que lhes dá sentido e implicam dispositivos de poder diversos que sobrecodificam os agenciamentos em grandes conjuntos, identidades, individualidades, sujeitos e objetos. O plano molecular, por sua vez, refere-se ao plano de formalização do desejo, do invisível, onde não se tem unidades, mas intensidades. Nele temos a predominância das linhas flexíveis (fluxos, devir...) que buscam se desviar da sobrecodificação totalizadora das linhas duras e das linhas de fuga que, compondo um plano submolecular, nos conectam com o desconhecido, operando aberturas para um campo de multiplicidades (Neves, 2002, p.45).

⁸ Ver, por exemplo, Linhares & D’Almeida, 2009.

todas as manifestações então consideradas marginais, e as descrevem, investigam, buscam origens e por vezes correções. Assim, no século XIX surge a homossexualidade como categoria psiquiátrica, transformada em identidade. E mais: significada como uma essência do sujeito, onde “nada do que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (Foucault, 2007, p.50).

E a Psicologia se torna um dos atores estratégicos na produção de discursos e práticas sobre a homossexualidade, em especial com o advento da Psicanálise. Então, deve-se colocar em análise quais são os paradigmas e as supostas ‘verdades’ nas quais se baseia.

A Psicologia compõe o imenso aparato de saberes e práticas que, de diversas formas, vão interferir nos modos de existência do humano. Baptista (1999), diz que discursos hegemônicos tomam a diferença e a existência fora da norma como negativos, transformando sujeitos em carentes de cuidado e dignos de pena, que podem ainda ser eliminados pela sua condição menos que humana. O autor afirma ainda que práticas que desqualificam populações determinadas são genocidas, pois eliminam modos de existência e potências de vida.

Podemos pensar que estes e outros discursos proferidos por ‘amoladores de facas’ (Baptista, 1999) se materializam em práticas de discriminação e violência contra a população que não experimenta a sexualidade segundo a norma hegemônica.

A individualização do sofrimento, como resultado de uma característica ‘anormal’ ou ‘disfuncional’ do sujeito é um processo de culpabilização. Para Baptista (1999), tal posicionamento dos especialistas sobre modos de existência retira da vida seu caráter político e coletivo. Além disso, as representações construídas sobre as identidades sexuais por vezes retiram de cena outros atravessamentos que produzem desigualdade social.

E o que dizer dos direitos da infância? Infância que dentro de uma discussão de Direitos Humanos deve ser protegida e garantida em termos de uma existência universal e normatizante. Ao tomarmos o modo hegemônico de ser-criança e a luta por seus direitos como analisadores, vislumbramos a presença da psicologia como legitimadora de direitos específicos para uma infância específica. Esta, ao ser considerada alvo de proteção, fala sobre uma história que lhe é anterior. Fala sobre a emergência de um sentimento sobre ela que nem sempre existiu. No entanto, mediante condições de possibilidade, a ideia de essência da criança enquanto verdade única vai se tornando hegemônica. Para se falar em direitos da criança, fez-se necessário eleger uma fisionomia para a mesma, inseri-la na condição de sujeito de direitos bem como enquadrar suas necessidades natural, universal e essencial.

Philippe Ariès (1981) nos ajuda a pensar que isto só é possível quando, no advento da modernidade, a família se intimiza e organiza em torno das crianças. Só assim, estas passam a ser vistas como seres frágeis e dependentes dos cuidados dos adultos e, desta forma, são preparadas para a inserção no mundo deles. Assim, a tutela é integrada a uma preocupação de futuro autônomo. A Revolução Industrial, no século XIX, pode ser aqui tomada como importante acontecimento na emergência dos direitos de uma infância universal. Para o modo fabril capitalista cada membro da família é visto como força de trabalho e valorizado segundo sua possibilidade de gerar progresso ao capital. A organização da escola e a nova organização familiar vêm atender ao projeto capitalista moderno de infância. Instituições como estas proporcionam à criança as condições de formação, conhecimento, preparo, higiene, saúde; para, sob a égide do igualitarismo, galgar lugares em uma sociedade capitalista, como aponta Patto (1993). A educação passa a ser, principalmente depois da Primeira Grande Guerra, o aparelho responsável pela formação do cidadão na sociedade da democracia e paz idealizada. Estão postas as condições de possibilidade para o aparecimento dos direitos da infância.

A ciência psicológica bem serviu (serve) ao papel de legitimar os direitos essenciais nos diferentes momentos históricos em que se encontrou (encontra) com a infância. Enquanto especialidade capaz de solucionar problemas, verificar experimentalmente, medir diferenças individuais, ela se insere neste contexto a partir do erro. A explicação deste lhe fornecerá subsídios para a formulação do que seria o acerto. O especialismo psi atende a um anseio de ortopedia social quando atua em um domínio de poder que classifica, normatiza e previne, instituindo modelos dicotômicos de verdade: bom/mau; normal/anormal; capaz/incapaz. Neste fazer, vai dissociando indivíduo e sociedade, entendendo a subjetividade como processo puramente interior e substancial, isolado de atravessamentos políticos e econômicos. Desta forma, o modelo da infância normal é instituído; ao passo que o desvio, o problema e a diferença individual são considerados como anormalidade.

Neste contexto, assim como a escola e a família, a Psicologia também é um equipamento social de saber-poder, que ordena a vida, instituindo e sendo instituída em um único processo. Quando é chamada a legitimar uma produção de infância normal através de seu aparato técnico, também se autoproduz como prática de ajustamento do humano desviante.

Outro analisador acerca das produções discursivas e das práticas da Psicologia pode ser pensado por meio da promoção de melhores condições para os apenados. Se visualizarmos o nascimento das prisões vinculado à construção de técnicas de controle, disciplinarização e vigilância que ocorreram nos séculos XVII e XVIII, conforme nos mostra Foucault (2005),

podemos percorrer as transformações ('metamorfoses', rupturas) dos saberes e poderes que se produziram em diferentes contextos históricos, e entendê-los como dispositivos que atuam tanto nos regimes políticos, quanto nos aparelhos e nas instituições (Foucault, 1979). Tal dispositivo é atravessado por forças que se cruzam, que se modificam, que tecem novas configurações, que fazem novos arranjos, que são investidas por diferentes práticas e saberes, que, assim, vão produzir ora corpos vigilantes e vigiáveis, ora técnicas de vigilâncias para corpos sociais, ora 'tecnologias eletrônicas' para apenados. E aqui podemos perceber quais valores e práticas são instituídos ao longo da história, com relação às produções da Psicologia junto aos criminosos⁹.

Foucault (2005) entende o surgimento da Psicologia como uma ciência do indivíduo, como uma disciplina da norma que regula, que vigia, que realiza uma ortopedia das subjetividades. Conforme o autor, ela nasce no final do século XIX, dentro de um exercício de poder não mais centrado no corpo, mas na subjetividade. É uma ciência que tem a norma como seu instrumento técnico. Tal instrumento de poder permite estudar e comparar os indivíduos, elaborar uma curva normal através de uma matemática política – a estatística – criando normatizações, construindo padrões a priori de normalidade e depois normalizando os indivíduos que são encaixados nesta curva, onde são marcados seus desvios ou sua normalidade. Posteriormente, tais desvios são nomeados, instituídos, criam-se os diagnósticos e os tratamentos. Através da Psicologia, é possível avaliar e validar os comportamentos conforme as regras. Ela produz um saber epistemológico e também tecnológico, e, de certa forma, um saber clínico (assim como a psiquiatria e a criminologia). Entendemos, assim, que a Psicologia surge para dar conta das individualidades, o que torna tal sistemática um problema político ao invés de um problema simplesmente técnico, pois se trata de um saber produtor de verdades, produtor de rituais e de técnicas, produtor de realidade.

A Psicologia contribuía (e se constituía) com (em) moldes disciplinares, propondo ortopetizar transgressores, encarcerando aqueles à margem do sistema, discorrendo acerca de personalidades com padrões transgressores. Atualmente – e não que isso tenha totalmente se extinguido –, ela opera na promoção da dignidade e dos direitos humanos dos apenados muitas vezes agenciando um 'modelo-de-melhor' ao viabilizar, em conjunto com outros discursos e práticas, propostas ditas mais humanas. Produzimos, assim, formatos-modelos de dignidade e de humanidade para os que se encontram à margem do sistema, mas não

⁹ Ao relacionarmos contextos históricos entre as produções da Psicologia e os criminosos, estamos tomando tal relação como analisador neste texto, o que não significa que tais produções estão vinculadas estritamente aos encarcerados, pois, conforme apontamos acima com Michel Foucault (2005), os dispositivos atuam em uma rede de relações que percorrem diferentes regimes, aparelhos e instituições.

estranhamos tais discursos e tais práticas, não pensamos novos modos de existência, não questionamos nossa valoração que configura um modelo para a aquisição de Direitos Humanos. Saberes e ações que, sem estranhamento, se reservam inquestionáveis e verdades únicas.

Diante de tais analisadores, podemos entender que as rupturas históricas existentes no fazer e no pensar da Psicologia não necessariamente implicam que atualmente há uma ‘humanização’ das teorias e práticas da mesma. Pensar acerca da atuação dos profissionais de Psicologia e dos discursos que se constroem por meio desta ‘especialidade’, deve trazer a tona o movimento de perceber as forças que atravessam tal contexto de produção.

Uma prática da Psicologia compromissada com os Direitos Humanos pode produzir outras alternativas, que não envolvam a criminalização e tentativa de adequação de modos de existência. As psicólogas e os psicólogos não precisam (e não devem) ocupar o lugar de ortopedistas sociais. Pelo contrário, podem colocar em análise práticas naturalizadas e ressignificar a diferença, tomada como negativa, para a possibilidade de invenção de novos processos de experimentar o mundo e as relações, em permanente transformação.

Esta Psicologia não é ensinada em modelos. Nem exposições teóricas sobre Direitos Humanos ou explicações do Código de Ética Profissional. Há uma dimensão deste aprendizado que se dá no encontro micropolítico. Pois se falamos de uma prática de Direitos Humanos, precisamos trabalhar no exercício de fato. E mais: a graduação não dá conta. Não há resposta pronta, não há uma formação em Psicologia enquanto saber pronto a ser obtido, concluído e aplicado. A que se pensar de forma ético-política nas fragilidades da formação em Psicologia e na complexidade de seu objeto. Para tanto se faz necessário ir contra a urgência das soluções demandadas a nós, em prol da construção de um campo de indagações sobre quais forças estão atravessadas na produção de uma demanda. Formação assim pode ser pensada como produção de sentidos, como acontecimento, em que não há previsibilidades nem repetição de ministrações conteudísticas. O aluno dará outros manejos ao pensamento e aos conceitos, potencializando os usos diferenciados de acordo com as necessidades encontradas. Kastrup (2007) fala de formação permeada por uma política inventiva na qual se mantém vivo o aprender a aprender. Não se perde a condição de aprendiz. Formação e aplicação caminham lado a lado, mantendo-se uma tensão permanente entre ação e problematização, por uma psicologia que não só solucione problemas, mas que também os invente. Os Direitos Humanos atravessarão todas as nossas práticas, e temos o desafio da permanente reflexão e criação de que práticas são essas, a partir de que estatutos de verdade, e com quais efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que efeitos têm sido produzidos em nosso cotidiano? Que sujeitos, saberes e objetos – os quais não existem em si - estamos o tempo todo produzindo? É preciso colocar em análise nossas práticas, discutindo que psicólogos estamos produzindo e que saberes estamos perpetuando.

Recusamos, aqui, a perspectiva que incompatibiliza psicologia e política, um tipo hegemônico de racionalidade que impõe a oposição dicotômica entre teoria e prática, ciência e ideologia. Habitualmente, intervir como psicólogo pressupõe analisar um território individual, interiorizado ou, no máximo, circunscrito a relações interpessoais, transferindo as produções políticas, sociais e econômicas ao campo de estudos de um ‘outro especialista’. ‘São exteriores à realidade psíquica’, talvez seja esse o argumento. Tentar percorrer outros caminhos e recusar esse destino, lançando mão de uma ‘caixa de ferramentas’ teórico-conceitual foi (é) o desafio. Recusar o lugar de ‘ortopedista social’, com seus saberes prontos em planejamentos metodológicos assépticos, mesmo sabendo que inúmeras vezes fomos (somos) capturados pelo enfoque positivista.

É preciso, enfim, pôr em questão nossas implicações: que lugar ocupamos como especialistas? Não é negar o lugar de saber-poder, é assumi-lo, pondo-o o tempo todo em análise, pensando que práticas e lugares são esses que, como psicólogos, somos convidados a ocupar.

E, sobretudo, o que fazemos quando ocupamos o lugar de professores? O que significa atravessar a formação em Psicologia com discussões sobre direitos humanos? Que efeitos são produzidos quando colocamos em análise a vida, através de sua proveniência, saberes, diferentes confrontos e produções? Com que ética estamos articulados e quais subjetividades estamos produzindo? É preciso adquirir a clareza de que nosso trabalho profissional é também um trabalho político, nunca isento nem neutro. Nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade, de homem, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, T. M. S. “Homenagem a D. Paulo Evaristo Arns”. *In*: CONSELHO FEDERAL

DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Direitos Humanos – Práticas Psicológicas:** Compromissos e Comprometimentos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. *In:* **Cidade dos Sábios.** São Paulo: Summus, 1999.

BICUDO, H. **Direitos Humanos e sua proteção.** São Paulo: FTD, 1997.

CANGUILHEM, G. “O que é a Psicologia?”. *In:* **Epistemologia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

COIMBRA, C. M. B. “Comprometimentos e compromissos da Psicologia em relação aos Direitos Humanos”. *In:* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000a.

_____. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, 2001(a).

_____. “Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo”. *In:* **Revista de Psicologia Política.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia Política, 2001(b).

_____. “Direitos Humanos e a atuação na área jurídica”. *In:* COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os Direitos Humanos na prática profissional dos psicólogos.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

_____. “Os direitos humanos na luta contra as dominações totalitárias”. *In:* MENDONÇA FILHO, M. (org.). **Educação, Violência e Polícia:** Direitos humanos? Salvador/ Aracaju: Ed. UFBA/ Ed. UFS, 2004(a).

_____. “Gênero, Militância, Tortura”. *In:* AZAMBUJA, M. P. R.; JAGGER, F. P.; STREY, M. (org.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004(b).

_____. **Justiça Surda e Muda.** [s.n.t.]

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os Direitos Humanos e a formação profissional dos psicólogos.** [s.n.t.]

DELEUZE, G. “Michel Foucault”. *In:* **Conversações.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “Tratado de Nomadologia: a Máquina de Guerra”. *In:* **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia.** Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC, 1979.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 30ª ed. Tradução de R. Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2005.

- _____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** São Paulo: Graal, 2007.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do Desejo.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição.** Campinas: Papyrus, 2007.
- LINHARES, J.; D'ALMEIDA, E. Entrevista: Rosângela Alves Justino. **Revista VEJA.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/120809/homossexuais-podem-mudar-p-015.shtml>>. Acesso em: 20/ago/2009.
- NEGRI, A. “Alma Venus, prolegômenos sobre a pobreza”. In: **Kairòs, Alma Vênus, Multitudo:** nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEVES, C. E. A. B. **Interferir entre desejo e capital.** Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.
- TRINDADE, J. D. L. **História Social dos Direitos Humanos.** São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.
- VEYNE, P. “Foucault Revolucionou a História” In: **Como se escreve a história.** Brasília: UnB, 1990.
- WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SIMBÓLICA

PROCESSES OF SUBJECTIVATION AND SYMBOLIC LIMITATION

Valéria Marques – Doutora em Psicologia.

Professora Adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / DEPSI/IE.

valeriamarques@ufrj.br

Cecilia Satriano – Doutora em Psicologia.

Professora Associada na Universidad Nacional de Rosario (UNR), Investigadora CIUNR de carreira de pesquisador científico – UNR, Argentina.

ceciliasatriano@fibertel.com.ar

Resumo

Este artigo pretende discutir sobre a relação entre processos de subjetivação e precarização simbólica. A subjetividade nasce de uma marca biológica e logo se converte no fruto de um processo complexo e singular. Surge uma questão importante: que fatores interferem na constituição do sujeito? Um conjunto de subsistemas, fatores multifacetados que interagem entre si, desde fatores biológicos, sociológicos, psicológicos aos contextuais. Todavia, há um elo que permeia todos – o aspecto simbólico inerente ao humano, que influencia ao mesmo tempo em que é influenciado. Em alguns casos, pode haver um comprometimento neste aspecto, a precarização simbólica. Este artigo pretende focalizar este tema com destaque para o psicólogo como mediador neste processo, agindo diretamente com o sujeito e/ou com outros subsistemas como: a família, a escola, a comunidade etc. O fundamental é ter como premissa básica o sujeito da enunciação, desejante e empoderado.

Palavras-chave: processos de subjetivação, precarização simbólica, sujeito da enunciação.

Abstract

This article intends to discuss the relationship between processes of subjectivation and symbolic's poverty. Subjectivity begins as a biological mark and then, changes into a singular and complex process. Another question arises: what factors interfere in the constitution of the subject? A set of subsystems, multi-pronged factors that interact among themselves, since biological factors, sociological, psychological until the contextual. However, there is a link

that permeates all _ the symbolic aspect inherent in the human that influences while is influenced. In some cases, there may be a compromise in this respect, the symbolic poverty. This article intends to focus this topic with highlight to the psychologist as mediator in this process, acting directly with the subject and/or with other subsystems such as: family, school, community, etc. The key is from the subject leadership, who desires and has power.

Key-words: processes of subjectivation, symbolic poverty, prone leadership.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade aponta para processos de subjetivação calcados na discussão sobre ordem e caos. A ruptura de paradigmas, a transformação de relações e valores atinge não apenas a consciência, mas também aos processos de subjetivação. Diferentemente da posição teórica que defende a proposta da personalidade única, delineamento do sujeito completo na ordem e distante do caos, ou da posição teórica que defende a proposta da constituição de sujeito alheio ao social, este artigo defende a ideia do homem em processo, de constituição permanente, sujeito faltante, com abertura interativa para si, para o outro e para o mundo (FIGUEIREDO, 1999; MARQUES, 2005). Os aspectos sócio-histórico e cultural ganham relevância dada à negociação intrínseca permanente exigida na interação homem-meio, visto que não é possível uma divisão estanque entre indivíduo e sociedade. O sujeito se constitui a partir de sua relação com o outro e esta conexão não é biologicamente determinada, mas atravessada por diferentes marcas e realidades internas e externas. O amadurecimento e a saúde se referem à articulação de um conjunto de “eus” (si mesmos) que interagem e se atualizam.

Hoje dispomos de referências teóricas e empíricas suficientes para compreender o si-mesmo como formação sempre historicamente circunstanciada e culturalmente contingenciada. Sendo assim, qualquer *práxis* que aponte para a produção subjetiva deve considerar a formação de “si-mesmos” múltiplos, distribuídos interpessoalmente (Bruner), e correlativos às práticas dos agentes em interação. O “si-mesmo” não é simples resultado da reflexão contemplativa (Bruner), mas é negociado nas diversas situações em que a *práxis* produz significados. [...]

Em qualquer caso, o que vemos surgir na pesquisa psicológica é a subjetivação como **processo**. Já muito longe do sujeito abstrato (dos universalismos epistemológicos), a subjetividade se produz na possibilidade da matriz biológica ser, em muitas circunstâncias, solicitado a **tornar-se sujeito** (MONTEIRO, 2008, p.67-68).

A escolha da palavra “processos” no título deste trabalho busca enfatizar dois aspectos: o primeiro trata da construção, do movimento, da transformação em curso em contraposição a algo inerente, definido, concluído. Mudanças estas, que compõem um texto, não ocorrem no vazio, e sim na troca, na interação, na promoção do intertexto dentro de um contexto. O outro aspecto é o uso do plural, para indicar que são diversos caminhos e possibilidades, potencialidades que podem ou não se concretizar até mesmo perdurar. Assume-se uma posição epistemológica, divergente do inatismo e do condutismo, relativas às teorias da complexidade e ecológica (BRONFENBRENNER, 1996, MARQUES, 2005).

A palavra subjetivação enaltece a constituição do sujeito que transcende sua mera condição biológica. O ser humano não “nasce” pronto, ele se constitui como membro de sua espécie, ultrapassa sua herança genética, avança seus instintos e deixa sua marca. Thá (2007) destaca três conceitos básicos da subjetividade da teoria psicanalítica de Freud: o conceito de eu, o conceito de objeto e o conceito de mundo. Para o autor, pautada na divisão do eu, esta teoria considera a experiência “interior” do eu em relação ao objeto, isto se desdobra na formulação dos conceitos básicos fundantes da subjetivação: “o conceito de eu, cindido em eu-prazer e eu-realidade, o conceito de objeto, cindido em objeto bom e objeto mau e o conceito de mundo, cindido em mundo interno e mundo externo” (THÁ, 2007, p.235). Estes três conceitos se formam na interação sujeito-meio, além da interação mútua, e modificam a si e aos demais ao longo da vida. A construção de sujeito abstrato de uma teoria nomotética, não cabe neste enquadre, não há um resultado final anteriormente previsto e controlado. Há uma explosão de possibilidades que se configuram ao longo de tornar-se sujeito, que modifica e é modificado, na criatividade, na (re)invenção, (re)descoberta constante de si e do mundo.

Novos modelos que põem em foco a novela edípica se destacam, novas articulações teóricas despontam. Consequentemente torna-se necessário revisar não apenas os modos pelos quais se constitui a produção psíquica, mas também suas consequências na produção subjetiva. Estas mudanças nos modos de engendramentos provocam efeitos nas vicissitudes identitárias das crianças.

O que é comum na constituição psíquica em todos os modelos culturais é a proposição que impede a apropriação da criança por parte do adulto como seu objeto de gozo. Os resultados que se produzem pelas diferentes junções e os diferentes modos históricos, vão gerar novas subjetividades, que vão enraizar os processos ideativos e fazer impactos na estruturação psíquica.

Subjetivação remonta então, a este sujeito tornar-se parte da comunidade humana, tornar-se ao mesmo tempo semelhante e diferente, consciente e inconsciente, influenciado e influenciável, permanente e mutante. Em seu íntimo, no seu *si mesmo*, o ser humano, é um ser múltiplo e único, vários *eus* em um *eu*.

Se este sujeito não se constitui em um vazio, ele é atravessado pelo contexto espaço-temporal presentificado na realidade sócio-cultural que influencia seu modo de ser e pensar. Esta construção da realidade é carregada de simbolismos. Há diversas maneiras de acessar a simbolização humana, destaca-se a que mais se aproxima ao conhecimento do *si mesmo*, a narrativa, capacidade exclusiva do ser humano.

O pertencimento cultural assegura ao indivíduo a participação nos sistemas simbólicos que ele utiliza, então, para explicar e prever os comportamentos.[...]

Nas versões mais avançadas da psicologia cognitiva um valor preponderante é colocado sobre o ato narrativo. É no processo de narrar que a subjetividade se produz. A estrutura narrativa da psicologia popular resulta da tensão entre os estados percebidos do mundo e os desejos da pessoa (MONTEIRO, 2008, p. 64-65)

Neto (2004) acrescenta que:

A subjetividade (é) entendida como emergência histórica de processos, não determinado pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, midiáticos, ecológicos, urbanos, que participam da sua constituição e de seu funcionamento (NETO, 2004, p.4).

Por vezes, o processo de constituição do sujeito é comprometido quer seja por questões afetivas, quer seja por questões cognitivas, ou ambas concomitantemente. A entrada no universo simbólico torna-se necessária para a simbolização do desejo e a postergação de sua satisfação. O simbólico favorece a transposição do limite do real, e seu bom manejo conduz à saúde e ao bem estar. Mas, o que acontece se este aspecto é relegado? Se o humano é privado e sua condição criativa e de criação do mundo, ele adocece. A alienação, a ignorância são duas saídas possíveis para não se defrontar com a angústia (MARQUES, 2002, SOUZA, 1995), mas não significa que são as melhores escolhas. Há um preço nesta trajetória.

Estamos aí no litoral, entre Sujeito e Outro. Em particular, este que concerne à borda entre o erótico e o sexual, entre o campo da representação (inscrição fálica) e posição sexuada (i.e., os modos singulares de inscrição e legitimação do gozo). Na inscrição de heterogêneos (corpo e linguagem), encontramos o trabalho do “não”, construção da borda entre o nem um, nem outro que se traduz na psicanálise pelas condições de afirmação sexuada do sujeito (POLI, 2009, p. 307).

Este trabalho pretende discutir o efeito da precarização simbólica nos processos de subjetivação, com ênfase na relação entre a precarização simbólica e o social, no âmbito da privação e da exclusão. Ao final, busca-se levantar a contribuição da psicologia na área da saúde.

A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA E OS PROCESSOS DE SIMBOLIZAÇÃO

As condições de constituição do psiquismo transcendem os modelos sociais e históricos tendo um caráter organizador e permeável a novos modos de produção dos fantasmas singulares. Então, quando se fala de fundação do originário se faz referência à constituição da subjetividade e de todas aquelas representações que fundam o inconsciente. Considera-se que se a concepção de criança depende do contexto de onde esta se desenvolve, o sintoma da criança pode responder ao que tem de sintomático na estrutura familiar e responder a verdade do casal, a qual conforma na atualidade, uma variação muito importante. Estas são as transformações que dão conta do movimento que transcorre desde o humano ao sexuada, conformando os significantes do desejo dos pais e formando a matriz simbólica que constitui a subjetividade da criança.

Os denominados condicionantes subjetivos são as relações com os primeiros objetos que produzem as impressões que conformarão as matrizes dos modos de relacionar-se com estes objetos. Assim, a constituição subjetiva é a consequência do entremeado representacional e identificatório que conforma a subjetividade da criança e que lhe serve para constituir suas referências sociais.

Por outro lado, também se agregam os grupos de referência e pertinência os que brindam as condições de constituição da subjetividade, permitindo estabelecer a inscrição e a transmissão dos dispositivos de intermediação. Seu grupo cultural e as instituições sociais que lhe perpassam, pelo amor ou pelo ódio, pela aproximação ou pelo distanciamento, provocam

marcas. Por esta razão, a função que cumprem os adultos é reguladora, metabolizadora do ambiente e mediatizadora da realidade que se apresenta a criança.

A noção de sujeito defendida neste trabalho é do sujeito descentrado, não entificado, cindido e faltante, “subordinado à ordem do inconsciente determinante que gera significações e à ordem simbólica, que produz, antes dele vir ao mundo, aquilo que vai engendrá-lo” (BRAZIL, 1988, p.2). Portanto, o sujeito se constitui a partir da separação eu/outro antes não existente. É preciso romper com a relação simbiótica com a mãe, com a relação binária do Tudo e do Nada, anterior ao processo de socialização, para inaugurar o sujeito. O início da formação do eu decorre do imaginário e do simbólico, que marca a oposição entre a fase simbólica, de indiferenciação primária, e a edipiana, de constituição do sujeito. A díade mãe-filho tem grande valor, pois pode interferir positivamente ou não neste processo. A função paterna estabelece um corte na simbiose mãe-filho e possibilita a entrada no simbólico. A criança inserida na ordem simbólica torna-se capaz de reconhecer a diferença.

A sexuação é o que permite desprender a criança de sua mãe e instalar uma diferença. Sexuação designa o modo que, no inconsciente, os dois sexos se reconhecem e se diferenciam, a maneira em que homens e mulheres se relacionam com seu próprio sexo, com as questões da castração e da diferença entre os sexos. Um dos significantes primordiais é aquele que lhe dá sua ubiquidade através da nomação própria. Por isso, se diz que a criança é um objeto enlaçado na estrutura do desejo do Outro mediante a linguagem, também os fantasmas que sustentam as funções parentais. Conclui-se então, que a função simbólica não pré-existe ao sujeito e ela não é resultado da pressão externa, senão que a qualidade da interação do investimento simbólico é o que intervém neste processo.

A produção subjetiva está formada por todos os aspectos que fazem a construção social, incluindo modos de produção e reprodução ideológica, que se encontram nos espaços próximos da criança, por exemplo, a família como forma social, com suas “idas e vindas” e mudanças. A presença do outro é inseparável à organização mesma do sujeito. Neste sentido, a posição subjetiva se executa em uma dupla inscrição: como consequência da repressão se produz um estranhamento, que é o processo mediante ao qual algo ou alguém se torna estrangeiro. Sua importância é que marca os lugares que definem e fixam as representações no inconsciente. Ali se produz uma diferenciação quando uma parte de si mesmo sobrevive alheia. Desta maneira o espaço materno deixa de ser uma continuidade e se desencadeia a intersubjetividade.

Os processos de simbolização se ordenam a partir da mesma constituição subjetiva, a qual se produz na relação com o Outro. A constituição da alteridade é um pré-requisito para que se constitua a simbolização e a inteligência, por isso está ligada necessariamente a presença e a função subjetivante do semelhante. Quando se produz a separação na criança, permanece ligado através das estruturas significantes formadas por lógicas de representações e significantes paternos que precedem a criança (SATRIANO, 2010).

A linguagem tem papel primordial neste processo, pois através de sua estrutura como representativa da ordem social e simbólica, é possível o distanciamento entre o vivido e o simbolizado. Antes de ascender à linguagem, a criança é o sujeito do enunciado e não da enunciação (MARQUES, 2005). Ela precisa desprender-se do desejo do Outro e descobrir e defender o seu desejo. Mrech (1999) realça que o processo de constituição do sujeito vai depender das condições tecidas através da linguagem e da fala que o Outro lhe der.

Como sujeito da enunciação, o indivíduo está referido à determinação da língua enquanto sistema de regras, convenção social, isto é, à ordem do simbólico constituída e constituinte. O campo da linguagem é o recesso de significações e o *locus* do inconsciente como lugar de estruturação (BRAZIL, 1988, p.14)

Percebe-se o valor da dinâmica, o papel da linguagem e do aspecto simbólico nesta articulação.

A partir desta proposição linguística as narrativas pessoais e culturais organizam a experiência na maior proximidade possível, dando origem a um mundo que consideramos íntimo e que sustentam nossas trocas com um mundo considerado exterior (MONTEIRO, 2008, p.67).

A atualidade desmascara a certeza, e deixa a certeza da incerteza. Não se busca acabar com a ordem, mas considerar o caos. Não se trata de escolher um ou o outro, visto que não existe um sem o outro, mas evidenciar o movimento e suas conexões. Contudo, a configuração desta realidade tão fluida e aberta por vezes provoca no ser humano a tendência à radicalização, permanecer em um extremo e destruir o outro. Em um extremo, a verdade não existe, nada é permanente, tudo é fugaz, portanto, o desdobramento é inevitável – opta-se pelo descarte, pela superfície e pelo não envolvimento. De modo ilusório, acredita-se traçar o caminho da “não angústia”, da total permeabilidade entre sujeito e meio, alcançar supostamente a felicidade plena e não tão somente a autopreservação. Em outro extremo, a verdade é única, o certo é permanente, tudo responde a um princípio, a rigidez é a solução – opta-se pelo foco, pelo elo positivo, factual. Do mesmo modo, também supõe que esta escolha

vá pelo caminho da “não angústia”, da ausência de permeabilidade entre sujeito e meio, alcançar a felicidade, além da autopreservação.

Entretanto, existe uma terceira saída que seria o movimento de atualização, a semi-permeabilidade (CALIL, 1987), convive-se simultaneamente a certeza e a incerteza, isto é, pontos que estão na interação, que assumem uma configuração que podem se modificar na atualização das trocas constantes. Somando-se a isto, existem pontos de vista assumidos conscientemente e pontos de vista cegos ao próprio sujeito que interferem nesta interação. Diferentes fatores, dentre eles fatores biológicos, sócio-culturais, cognitivos, afetivos, contextuais estão presentes e qualificam a interação. A intenção de autopreservação permanece, mas não sem angústia. O movimento permanente de ir e vir, da reflexão e crítica, da interação com diferentes sistemas e subsistemas com intensidades distintas provocam sensações de tranquilidade e de inquietação, em papéis e situações conhecidas e atendidas conjuntamente com outras desconhecidas, por vezes conflitantes, em construção ou pelo menos incertas.

O que ocorre quando não há um investimento simbólico suficientemente positivo no processo de constituição do sujeito?

PRECARIZAÇÃO SIMBÓLICA E O SOCIAL

Uma grande distinção entre o ser humano e os demais animais está nos processos psicológicos, diferenciados em primários e secundários, ou básicos/elementares e superiores respectivamente, e sua relação com a capacidade de simbolização. O simbólico dá um novo matiz na relação homem e meio, ele amplia suas chances e qualidade de vida.

Os processos psicológicos básicos relacionam-se com a capacidade de sobrevivência, a herança genética, o instinto, a relação imediata com a realidade, podendo nos casos mais avançados chegar até ao aprendizado do ensaio e erro. O uso da percepção, memória, resolução de problemas entre outros marcados pela espécie com comportamentos padrões, dentro de um espectro de interação.

Os processos psicológicos superiores ampliam a capacidade de adaptação humana, aprimoramento de sua prole e superação de seus limites no rompimento do tempo e espaço na construção da realidade através de sua capacidade de representação. A capacidade de

simbolizar transcende a percepção e aponta para a dupla inscrição ausência/presença (BRAZIL, 1988). O sujeito não apenas interage com a realidade, mas “cria” e internaliza a realidade, torna-se capaz de formar e compartilhar novas estratégias que qualificam seu estar no mundo. A capacidade de representação é um forte instrumento psicológico, a linguagem e sua expressão na cultura são alguns de seus desdobramentos. Os processos psicológicos superiores não são decorrentes unicamente da hereditariedade humana, esta apenas o potencializa, mas ele precisa fazê-los funcionar. Este processo não é automático.

A importância do estudo sobre os processos de simbolização se deve às problemáticas que as crianças apresentam na atualidade, diz respeito às dificuldades de aprendizagem, as que realçam as restrições na produção simbólica que se manifestam nas próprias atuações escolares, como assim também em suas produções narrativas, orais, escritas, na leitura etc.

Isto estaria implicando um empobrecimento da passagem ao processo secundário e a diferentes processos de investimentos a objetos substitutos. Uma evidência clara é a formulação oral da expressividade na qual se nota uma restrição nos tempos historizantes, os quais permitem o sujeito projetar-se de forma autônoma. Também esta falta de elaboração e reinscrição da própria história denunciam uma carência de projeto identificatório que nos relança a analisar a construção da subjetividade.

Carneiro (2006) focaliza a importância dos contextos sociais e do acesso ao universo dos signos e dos processos de significação. Sem eles, não se desenvolvem formas superiores de pensamento. As crianças adquirem os instrumentos simbólicos que necessitam para desenvolver-se no mundo através de um processo mediado social e semioticamente pelos membros mais experimentados de sua cultura.

O homem se torna humano não apenas por sua carga genética, mas pela relação com o semelhante e com o mundo, e sua inserção na cultura. Quando há uma falta de riqueza ou investimento simbólico, a formação do sujeito fica comprometida tanto nos seus aspectos afetivos quanto cognitivos. Marques & Satriano (2009) apresentam a relação entre precarização simbólica e constituição do sujeito.

Se concluyen por lo tanto que la función simbólica no pre-existe al sujeto y ella no es automáticamente fruto apenas de la presión externa, sino que la cualidad de interacción del investimento simbólico es lo que interfiere en este proceso. De esta forma, situaciones inadecuadas pueden conducir a la

precarización simbólica y en consecuencia compromete la constitución (del yo - afectivo) y la estructuración (del yo - cognitivo) del sujeto (MARQUES; SATRIANO, 2009, p.1)

A precarização simbólica pode advir de situações de privação social que podem produzir uma precariedade nos investimentos libidinais que afetam a constituição egóica e a percepção de si mesmo (SATRIANO, 2007).

As falhas nas constituições narcísicas geram vulnerabilidade e vazios subjetivos. Estas carências na contenção e interdição podem produzir sujeitos sem limites, sem bordas que o contenham, sem delimitação em seu espaço psíquico, tanto em respeito de si próprio como com o semelhante. São sujeitos clara e profundamente dependentes em sua constituição subjetiva, com problemas de identidade.

Satriano (2009) estuda a relação entre a precarização simbólica e a constituição do sujeito. Em suas palavras:

Se propone un abordaje clínico que permita determinar los efectos que generan las condiciones de carencia en la contención subjetiva que conllevan las fallas en el psiquismo infantil y restringen su capacidad simbólica. Se registraron situaciones de deprivación social en la que viven algunos niños, que limitan los procesos de simbolización y afectan la constitución subjetiva (SATRIANO, 2009, p.1).

As falhas nos processos de estruturação psíquica na infância se devem às instáveis inscrições nas quais não dão lugar a que a repressão opere como uma manifestação neurótica. Quer dizer, não permitindo uma organização psíquica adequada, aparecem diversos efeitos que atuam no déficit sobre a contenção estrutural. Quando não se constitui a repressão, quando tem um fracasso em sua instalação, não se produz o ordenamento ou a estruturação do psiquismo.

Existem algumas famílias que não estão em condições adequadas de garantir sua função de sustento, os contextos, nos quais se desenvolvem seus membros, se convertem em um elemento de risco para a constituição subjetiva. Por si, a precariedade implica que as famílias não podem prover as condições de suportes a seus membros, pondo em risco o desenvolvimento da criança.

A privação social, associada à exclusão social pode distanciar o sujeito do lado efetivo da cultura. Pelo contrário, pode prevalecer a cultura do estigma, que reduz o indivíduo em

uma posição social pejorativa e apática, sem poder de voz e sem vez no grupo, depositário de baixas expectativas e imagens negativas. Baseado em Geertz (1978), Correia (2003) interpreta cultura como “imbricadas e complexas “teias” de significados que são construídos e compartilhados pelos membros de um dado grupo social” (CORREIA, 2003, p.506). O sujeito desponta destas relações. Dos encontros e desencontros, e das tensões destas conexões emerge sua história. Mais uma vez, destaca-se o aspecto simbólico, simultaneamente, o sentido compartilhado e o sentido individual. Ferreira e Grossi (2002) baseados em Perelmutter (1998) citam os quatro pilares que sustentam a subjetividade: 1) o da subjetividade enquanto emoção; 2) o da subjetividade enquanto faculdade psicológica; 3) a subjetividade enquanto identidade individual e 4) a subjetividade enquanto identidade coletiva. Esta colocação aponta mais uma vez para o aspecto processual e contextual da subjetividade, para os processos que a influenciam. Não se trata meramente da experiência vivida, mas do seu significado e sentido atribuído individualmente e coletivamente, de algo construído no simbólico no encontro entre o real e o imaginário. O sujeito deve estar no foco, nas experiências que significam seu ser no mundo. Seu discurso, sua memória, seu pensamento, seus valores e crenças não são desvinculados do seu contexto e devem ser refletidos e analisados para serem assumidos em sua enunciação. A narrativa do sujeito se dá em diferentes canais, não apenas no oral, ele próprio deve aprender a valorizar a construção de significado para sua própria existência, diferenciando-se dos demais e ao mesmo tempo encontrando elos de semelhança. Há uma mediação possível e desejável neste processo, que busque quebrar com a estereotipia e o preconceito. A mediação – quer seja fruto de uma intervenção clínica, quer seja fruto de uma intervenção psicossocial – deve estar pautada na figura de um mediador que prime pela saúde e autoconhecimento do sujeito.

Marques e Satriano (2009, p.2) resumem que:

Así la constitución subjetiva es la consecuencia del entramado representacional e identificadorio que conforman la subjetividad del niño y que le sirve para constituir sus referencias sociales.

Los grupos de referencia y pertinencia son los que brindan las condiciones de constitución de la subjetividad, permitiendo establecer la inscripción y la transmisión de los dispositivos de intermediación. Por esa razón, la función que cumplen los adultos es reguladora, metabolizadora del ambiente o mediatizadora de la realidad que se le presenta al niño.

La producción subjetiva está formada por todos los aspectos que hacen a la construcción social, incluyendo modos de producción y reproducción ideológica, que se encuentran en los espacios próximos al niño. Es decir, la familia como forma social, con sus vaivenes y cambios. La presencia del otro es inseparable a la organización misma del sujeto.

Neste panorama sobressai a pessoa excluída, marcada pela pobreza de bens materiais e simbólicos. Esta pessoa que tem prejuízos na sua constituição enquanto sujeito por se aprisionar a fragmentos da realidade, quer seja interior ou exterior. Os estigmas aderem-se facilmente neste cenário e comprometem a atualização e modificação de papéis. Há um encapsulamento e perde-se a semi-permeabilidade dos sistemas e subsistemas, com realidades rigidamente definidas e reproduzidas, sem mudanças, expectativas ou esperanças. O discurso torna-se vazio de significado, empobrecido pela falta de uma possibilidade de articulação simbólica da realidade, quer seja pela concretude, quer seja pela fantasia. O excesso de ambos paralisa.

Com poucos elementos para simbolização e distanciamento da realidade, o sujeito fracassa ou empobrece sua representação sobre si mesmo, sobre a representação que os outros fazem de si e de sua representação sobre a realidade em geral. Entra em um processo de automatização, “de comer, trabalhar e dormir” em sua vida, sem perspectivas, sonhos ou sublimação. Pode-se reduzir ao objeto de desejo do outro sem ter “vida própria”, “deixar a vida lhe levar”, viver um dia atrás do outro de modo alienado. O acesso ao bem material não significa ser consumista e possuir todos os produtos comercializados, mas significa acesso a bens que dignificam e qualificam seu estar no mundo. É inconcebível no avanço tecnológico alcançado pela humanidade que existam comunidades (não precisa ir longe) que não tenham o mínimo para sua saúde integral, como o direito à alimentação, à moradia, com infraestrutura de água e esgoto, por exemplo.

A constituição da representação de si mesmo é inseparável da representação que os outros fazem de si, elas são interdependentes e mutuamente influenciáveis. No caso da exclusão social, quer seja por questão sócio-econômica, quer seja por questão de condição de algum déficit orgânico, esta representação precisa de atenção e estimulação. Nesta discussão sobre o caráter simbólico, Carneiro (2006) conclui que:

Portanto, este não desenvolvimento tem muito mais a ver com a escassez ou mesmo ausência de oportunidades de mediação semiótica do que com a lesão, com a alteração cromossômica ou com qualquer outra condição, orgânica ou não, significada como incapacidade individual. [...] Partindo do princípio de que todo ser humano pode aprender, podemos afirmar que todos, ainda que com condições físicas, mentais, sensoriais, neurológicas ou emocionais significativamente diferentes, podem desenvolver sua inteligência (CARNEIRO, p.4, 2006).

A constituição do sujeito do desejo e do conhecimento é alimentada pelo aspecto simbólico, motor propulsor dos processos psicológicos superiores. A precarização simbólica traz sérios prejuízos ao desenvolvimento integral e a constituição deste sujeito. A escassez de estimulação significativa pode ser revertida, caso se veja efetivamente o outro como semelhante e não como objeto.

Sem identidade, não há sentimento de pertença. Sem interação social não há formação de comunidade. Sem comunidade emerge a fragilidade e o sentimento de solidão e isolamento. A cultura é um elo forte. A limitação ao acesso a bens culturais, ao lazer e desportos reforçam a subalternidade, construída socialmente, alimentada e reproduzida em meio à ignorância de direitos, restrições, alienação e ausência de foco das ações sociais do Estado. Em um panorama de precarização a saúde psíquica e a interação social podem ficar debilitadas.

O psicólogo tem muito a contribuir, não apenas em sua ação clínica, mas também na sua ação psicossocial, não apenas na ação terapêutica, mas também na sua ação de promoção de saúde.

A PSICOLOGIA E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DE SAÚDE

Neto (2004) reconhece o perigo da distorção em considerar sintomas psicológicos como sinais meramente de interioridade desconectados dos processos de subjetivação. Os psicólogos, prioritariamente, devem estar atentos a uma análise em rede, não se pode desmembrar a vivência intra-subjetiva do contexto espaço-temporal-político. Esta posição profissional se desdobra em um posicionamento teórico, ético, clínico e político. O autor propõe uma clínica transdisciplinar em contraste com a disciplinar. Isto não significa sair de seu saber, mas abrir para a conexão com outros saberes. Outra colocação importante é a ampliação da ação do psicólogo e sua articulação clínica e política, ao conferir em sua leitura significações não exclusivamente individuais, mas também contextuais, portanto propõe uma clínica política.

Nas últimas décadas, a psicologia tem despertado para seu comprometimento social e a importância de sua ação junto à política pública, em especial no que se refere à saúde coletiva. Pinto (2007) em sua discussão sobre a relação entre subjetivação, música e musicoterapia, apresenta uma reflexão interessante sobre a política:

A consequência política está na atitude de mediar, traduzir, misturar as situações, coisas, música, teoria. Estar aqui, costurando sentidos, potências e vínculos. Política no sentido do esforço da tradução para o que se desloca nos grupos (LATOURET, *id*), na efetivação do fazer elo de entendimento entre o sofrimento humano, a compaixão, a paixão, o singular e o coletivo; a abertura de espaços nos espaços públicos; a aplicação da musicoterapia na saúde mental, na saúde do trabalhador, nas políticas junto à infância, aos idosos, a saúde da família. Político no combate ao desânimo tanto quanto no combate à arrogância, e na preservação da esperança. (PINTO, 2007, p.165.)

Por esta razão, a intervenção clínica deve orientar-se a dar um lugar simbólico a criança. Tal estratégia permite não culpabilizar os pais pelas consequências em seus filhos, senão localizá-los em sua função. Quer dizer, a intervenção deve sustentar uma clara posição do profissional, que deve abrir as vias à simbolização em vez de produzir um julgamento.

O sentimento de pertença emerge a história e origem da comunidade, sem necessitar permanecer no saudosismo ou na exaltação do passado em detrimento do presente e do futuro. Aliás, não há presente e futuro, sem passado. A sociedade pós-moderna impulsiona para o individualismo e a redução dos grupos familiares, tudo que lembre tradição tende a ser descartado e caracterizado como negativo. Todavia, esta direção pode ser modificada.

Na contramão desta tendência, propõe-se o resgate de identificação através dos referenciais culturais para fortalecer o sujeito e sua comunidade. Reconhecer tanto a diferença quanto a semelhança. Propõe-se a valorização de expressões culturais, tais como falas, histórias, rituais, músicas, danças, festas e brincadeiras, presentes no cotidiano ou que fazem parte da história da comunidade. Estas expressões podem ser utilizadas para refletir sobre si, sobre a comunidade, sobre direitos e deveres, além de proporcionar e revitalizar a vivência, potencialidade e memória do grupo. A abertura para a diversidade de expressões culturais possibilita a convivência com o antigo e o novo, com o respeito aos modelos estéticos de diferentes gerações e origens.

Tedesco (2006) discute que a ação clínica do psicólogo deve centrar-se na interrogação da paralisia do processo de subjetivação e de seus referenciais absolutos de julgamento. Deve-se favorecer a criação, a renovação, a possibilidade de investimento em novas relações, na capacidade de invenção de formas anteriormente impensáveis de si e do mundo. Ela coloca que:

A tarefa clínica, neste contexto, se cumpriria no zelo pelo duplo movimento, pelo qual reconhecemos o caráter cambiante da subjetividade. Quando determinada configuração da rede discursiva/não discursiva, no seu movimento convergente de produção de realidade, obstaculiza o nomadismo da subjetividade, caberia a intervenção clínica reenviar o sujeito ao seu plano de produção e deste modo incitar a máquina a retomar seu movimento. (TEDESCO, 2006, p.362.)

O psicólogo pode colaborar na promoção da autonomia e do empoderamento tanto individual quanto comunitário. Não como representante da verdade absoluta e solucionador de problemas, mas como facilitador e mediador na interação sujeito-meio. Ele pode incentivar e colaborar no fortalecimento de lideranças locais, assim como no treinamento de dinamizadores e trabalhar de modo cooperativo e interdisciplinar com outros profissionais. Pode valorizar a enunciação do sujeito, a criatividade e a criticidade, além de sinalizar sua potencialidade e gerenciamento de suas limitações. O protagonismo social e a pró-atividade são práticas que exigem tempo e experiência, uma construção ético-política individual e coletiva, com idas e vindas.

Expressões artísticas e eventos culturais são ótimos canais para a saúde plena. A arte e a cultura disponibilizam eixos para a articulação entre a tradição e a modernidade, o antigo e o novo. Eles não precisam ser excludentes, não é necessário abrir mão da história, ou da identificação da origem para ascender ao futuro e a criação de novos patamares e valores. A psicologia pode utilizar-se desta abertura.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu reunir elementos e discutir o efeito da precarização simbólica nos processos de subjetivação, com ênfase na relação entre a precarização simbólica e o social, no âmbito da privação e da exclusão.

A constituição subjetiva mantém estreita relação com o processo de simbolização, tanto na saúde quanto na patologia. Não se pode olhar o sujeito isoladamente, de modo descontextualizado, sua história, suas referências pessoais e sociais, sua cultura e valores estão entremeados em cada detalhe do ser, presentificado em sua relação no cotidiano, permitindo estabelecer a inscrição e a transmissão dos dispositivos de intermediação.

A ação dos adultos é reguladora, metabolizadora do ambiente e mediatizadora da realidade que se apresenta a criança. Quando isto não ocorre, quando não há uma sustentação que favoreça o movimento de interação e atualização o sujeito em constituição enfraquece ou paralisa. A intervenção de uma ação psicológica clínica e/ou psicossocial busca furar e romper com esta barreira, colaborando com a construção e/ou resgate de saúde do sujeito.

Quando a pessoa está paralisada, ela está adoecida, uma das possíveis consequências é um agravamento no seu processo de subjetivação e simbolização, ou seja, um comprometimento com a construção do mundo interno e externo. O rompimento com as diversas possibilidades de ação, reação, criação, interação no espaço tempo, isto é, não há movimento saudável, ou tudo flui, ou tudo bloqueia. Há de todo modo um aprisionamento.

A precarização simbólica pode advir de situações de privação de identificação primária ou de caráter mais amplo, social. Em ambos há precariedade nos investimentos libidinais que afetam a constituição egóica, a percepção de si mesmo e da realidade. A privação pessoal e social, associada à exclusão social podem aniquilar o sujeito desejante e alimentar uma ilusão de predestinação diante da situação que provocaria a alienação, a apatia e a falta de identidade positiva pessoal e social. O resultado negativo é o reforçamento do preconceito e da reprodução de estigmas.

O uso da narrativa como instrumento de ação pelo psicólogo permite tanto o valor do sujeito da enunciação quanto o descobrimento/fortalecimento da identidade social e resgate de origem. A narrativa valoriza a singularidade e a mutualidade ao mesmo tempo. O psicólogo pode trabalhar como mediador e incentivar o movimento de libertação, autonomia e autoconhecimento.

É necessária a assunção da responsabilidade social para a construção de uma sociedade democrática mais justa e igualitária. Um passo possível é a divulgação dos direitos, eles devem ser conhecidos para serem conquistados. A ética é o pilar mestre de toda a discussão. A indignação, o espanto e a recusa à violação dos direitos humanos estão em estreita relação com a saúde coletiva e a mudança do quadro de violência atual. A compreensão da relação entre a representação social e o término ou a diminuição da estigmatização e da marginalização dos grupos excluídos contribuem para o estabelecimento de novos valores sociais.

A valorização do conhecimento popular, suas origens e tradições não em uma perspectiva saudosista, mas identificatória. Luta por espaços de criação, criticidade, renovação e expressão. Expressões artísticas e eventos culturais são ótimos canais para a saúde que podem ser utilizados na intervenção psicológica. A arte e a cultura, exemplos de possibilidade de sublimação e de mutualidade, sem oprimir a singularidade. Elas disponibilizam espaço para a articulação entre a tradição e a modernidade, o antigo e o novo. Estas possibilidades não precisam ser excludentes, não é necessário abrir mão da história, ou da identificação da origem para ascender ao futuro e a criação de novos patamares e valores.

Uma sugestão de direcionamento de ação é a emancipação como desconstrução do processo de alienação. O exercício da autonomia a partir do cotidiano. O resgate do ser humano saudável nos seus aspectos individuais e coletivos aponta para o processo emancipatório do cidadão através da organização pessoal e social. O psicólogo tem ampla participação neste processo. Ao colaborar com o sujeito na quebra da alienação e na assunção de seu desejo. Fortalecer os investimentos libidinais, os laços afetivos, a riqueza simbólica nos aspectos afetivos e cognitivos colaboram para a saúde e fortalecimento do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZIL, C. N. V. **O jogo e a constituição do sujeito na dialética social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALIL, V. L. L. **Terapia familiar e de casal**. São Paulo: Summus, 1987.

CARNEIRO, M. S. C. **O uso de métodos narrativos na pesquisa sobre a deficiência mental**. GT Educação especial. (UFSC/UFRS). 29ª reunião Anual da ANPEd. Tema: Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos 15 a 18 de outubro de 2006. Caxambu. <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-2342--Int.pdf>. 2006 .

CORREIA, M. F. B. A constituição social da mente: (re)descobrimo Jerome Bruner e construção de significados. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8(3), 505-513.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. **A narrativa na trama da subjetividade:** perspectivas e desafios. *Economia & gestão*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2002.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A invenção do psicológico:** quatro séculos de subjetivação 1500-1900. São Paulo: Escuta, 1999.

MARQUES, V. **A ruptura epistemológica e a psicologia:** a importância do olhar fluido. Tese de doutorado. UERJ. Rio de Janeiro. 2005.

_____ **O que insiste em não se deixar calar no discurso da pessoa com deficiência mental.** Jornada: “A Psicanálise e os Outros Discursos”. Escola Letra Freudiana. Rio de Janeiro. 29 e 30/11/02.

_____ & SATRIANO, C. R. La constitución de la función semiótica. **Extensión Digital.** ISSN 1851-9237. < https://extensiondigital.fpsico.unr.edu.ar/marques-satriano-n3-2009?quickestabs_8=1>. Vol.3, 2009.

MONTEIRO, R. C. *Cognição, cultura e subjetividade:* domínios da psicologia no processo ensino-aprendizagem. In VASCONCELOS, H. C. (org.) **Docência no ensino superior:** singularidade de uma experiência interdisciplinar. Seropédica (RJ): EDUR (UFRRJ), 2008, p.60-69.

MRECH, L. M. **Psicanálise e educação:** Novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneiras, 1999.

NETO, J. L. F. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia** (UFF), Niterói, v. 16, n. 01, p. 111-120, 2004.

PINTO, M. C. O. **Processos de subjetivação na música e na musicoterapia.** Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Psicologia- Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2007.

POLI, M. C. Sexuação e formas contemporâneas de representação. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** v.12, n.2, p. 303-315. São Paulo, junho, 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n2/v12n2a05.pdf> >. Acesso em maio de 2010.

SATRIANO, C. R. Investigación clínica en niños con precarización simbólica. **Extensión Digital**. ISSN 1851-9237. < <http://extensiondigital.fpsico.unr.edu.ar/satriano-n1-2009> >. Vol.1, 2009.

SOUZA, A. S. L. **Pensando a inibição intelectual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

TEDESCO, S. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. **Interação em Psicologia**. jul./dez. 2006, (10)2, p. 357-362. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/7694/5486>>. Acesso em maio de 2009.

**MUDANÇAS NA CONJUGALIDADE – REPERCUSSÕES NA PARENTALIDADE:
SEPARAÇÃO CONJUGAL E GUARDA COMPARTILHADA SOB O OLHAR DA
PSICOLOGIA JURÍDICA.**

**CHANGES IN CONJUGALITY - REPERCUSSIONS IN PARENTING: MARITAL
SEPARATION AND JOINT CUSTODY LOOK UNDER THE JURIDICAL
PSYCHOLOGY.**

SOARES, LAURA CRISTINA EIRAS COELHO

Doutoranda em Psicologia Social - UERJ.

Mestre em Psicologia Social - UERJ.

Especialista em Psicologia Jurídica - UERJ.

Endereço eletrônico: laurauerj@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo aborda questões que envolvem as transformações recentes na conjugalidade e seus desdobramentos no exercício da parentalidade após separação conjugal. Tem como objetivo principal apontar como vem sendo discutido e entendido o processo de construção do casal e da família, bem como a estrutura familiar no pós-divórcio, a partir de recentes investigações científicas realizadas sobre a temática. O estudo do tema se deu por meio de pesquisa bibliográfica. Foram enfocadas as transformações que a família contemporânea tem passado, a fim de se perceber em que contexto surge a possibilidade do divórcio. A experiência do rompimento conjugal suscita diversas implicações que irão refletir em todos os integrantes desta família. A principal dificuldade enfrentada pelo ex-casal reside na separação entre a conjugalidade e a parentalidade. Diversos autores destacam a importância da manutenção de um vínculo próximo entre pais e filhos após o divórcio, apontando a guarda compartilhada como a modalidade de guarda que propicia a preservação do laço parental a despeito da separação no âmbito conjugal.

Palavras-chave: Família, Psicologia Jurídica, Guarda Compartilhada.

Abstract

This article intend to discuss recent changes that happened to relationships and your consequences in the exercise of parenting after a breakup of a marriage. Using recent scientific studies, the principal goal of this paper work is to demonstrate the understanding that have been made about family formation process and the family structure after a divorce.

This scientific work is based on bibliographic search. The changes that contemporary family have been living were emphasized in the study to become clear in which situation appears a divorce possibility. The breakup of a marriage experience has consequences that will operate in all family members. The hardest problem the ex-couple have to pass through is to separate conjugal and parenting. Several authors discuss the importance of keeping a strong link between parents and children after a divorce, considering the shared custody as the best solution to keep family tie in spite of a marital separation.

Key-words: Family, Juridical Psychology, Joint Custody.

MUDANÇAS NA CONJUGALIDADE – REPERCUSSÕES NA PARENTALIDADE: SEPARAÇÃO CONJUGAL E GUARDA COMPARTILHADA SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA JURÍDICA.

O presente artigo aborda mudanças observadas no contexto contemporâneo no que se refere à construção do casal, da família e aos desdobramentos de uma separação conjugal. Este trabalho desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica, empreendida durante a realização da dissertação de Mestrado “No Fogo Cruzado: Desafios e Vivências de Pais e Mães Recasados”¹⁰, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, na qual buscou-se investigar como pais e mães recasados vivenciam e conduzem as mudanças na família, em decorrência do recasamento após separação conjugal.

A INDIVIDUALIZAÇÃO DO CASAL

Diversas mudanças que ocorreram, nos últimos tempos, na sociedade ocidental contribuíram para a valorização do par conjugal (Dias, 2000) e aceleraram o processo de individualização (Singly, 2000). Vaitsman (2001) expõe que, ao mesmo tempo em que as funções sociais de homens e mulheres foram se mesclando, os relacionamentos também foram atingidos por esta maior flexibilidade dos papéis masculinos e femininos. O distanciamento do casal contemporâneo em relação à família de origem e o fato de as escolhas amorosas não mais serem mediadas pelo interesse das famílias, mostra a ênfase no casal e não nas

¹⁰ SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho. “No Fogo Cruzado”: Desafios e Vivências de pais e Mães Recasados. Dissertação Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 162f, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp079533.pdf> Acesso em 04/06/2009.

exigências externas (Dias, 2000). Trata-se da saída de um casamento marcado pela formalização para uma estruturação baseada no “casal por amor” (Bozon, 2003, p.133).

O afastamento, tanto feminino quanto masculino, de antigos estereótipos determinados de acordo com o gênero, permitiu a formação de outras maneiras do casal se relacionar. Como aponta Araújo (2005) esta foi a “a grande conquista do projeto feminista *igualdade na diferença*” (p.48). Como marco do momento contemporâneo pode-se destacar o ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho, e os movimentos sociais que proporcionaram maior autonomia e independência às mulheres, modificando as relações sociais e afetivas do casal e da família.

Sobre a valorização da individualização nas relações amorosas, Singly (2000) justifica pela existência de duas dimensões: a autonomia, que é a capacidade de exercer um posicionamento individual sobre qualquer questão, e a independência, prioritariamente a econômica. Estes dois itens conjugados conferem ao sujeito “o sentimento de estar livre” (p.18), a possibilidade de escolher entre manter ou não o vínculo afetivo. E é propriamente este sentimento que os casais buscam conservar durante o relacionamento. Anteriormente, no casamento existia uma hierarquização das individualidades, de maneira que a masculina se sobrepujava a feminina.

Atualmente, com o princípio da isonomia, legalmente instituído pela Constituição Federal Brasileira de 1988¹¹, o casal passa a ser regido pela igualdade de valor sobre suas individualidades e procura conciliar o projeto individual com o projeto conjugal. Na relação do casal contemporâneo os cônjuges possuem os mesmos direitos, porém não querem que suas diferenças sejam desconsideradas (Peixoto e Cicchelli, 2000). Sarti (2003) resume a problemática da atual conjugalidade da seguinte maneira: “[...] o problema da nossa época é, então, o de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas querem aprender, ao mesmo tempo, a serem sós e a ‘serem juntas’” (p.43). A saída para este impasse, como sugere Singly (2000), pode ser a busca do “entre-dois”, ou seja, a abertura para o outro sem a anulação de si. Como aponta Brito (2003) ao mencionar Théry (1999), trata-se do “casamento-conversa” em que ideias, pensamentos e convicções próprias de cada um dos cônjuges deverão ser debatidas respeitando as diferenças e atribuindo a mesma importância ao posicionamento tanto do homem quanto da mulher, ou seja, é dar autonomia a ambos.

¹¹ Como aponta Vitale (2003) o princípio da isonomia se expressa em dois artigos da Constituição Federal de 1988, são eles: Art.5º, inciso I: “homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos desta Constituição”, e o Art.226, parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

A importância dada à individualidade permite que o elo de ligação do casal se estabeleça por critérios pessoais. Dias (2000) aponta que, na atualidade, os relacionamentos passam a ter como princípio regulador a satisfação pessoal dos envolvidos. Portanto, como pontua Vaitsman (2001), este princípio passa a dirigir a conduta do indivíduo pós-moderno, que avalia a permanência ou o rompimento do relacionamento em que se sente infeliz. Na contemporaneidade, a união afetiva, de acordo com Singly (2000), é percebida como possibilidade de expressão da identidade e, portanto, não pode bloquear seu desenvolvimento. O retrato das relações na contemporaneidade, desenvolvido na obra de Bauman (2004), tem como foco o equilíbrio que deve ser estabelecido em um vínculo afetivo-conjugal que precisa ser mantido frouxo, considerando-se a existência “[...] dos prazeres do convívio e dos horrores da clausura” (p.12).

Portanto, os casais contemporâneos, ou os da modernidade líquida como Bauman (2004) optou por chamar, vão estabelecendo relações menos estáveis, que adquirem diversos contornos. A definição fornecida por Attali (2001) do termo “Casamento” expressa as novas bases sobre as quais as uniões atuais se erigem:

Sendo o individualismo o valor supremo, todos se tornarão antes de mais nada consumidores de sentimentos. O casamento vai se tornar cada vez mais precário. Com isto, será encarado, já ao ser contratado, como provisório, comprometendo os cônjuges apenas enquanto assim quiserem. (p.92)

Assim, o grande desafio colocado para os casais é o da construção da conjugalidade sem o sufocamento da individualidade dos envolvidos, isto é, manter a singularidade sem por em risco a manutenção do vínculo conjugal. É exatamente a procura pelo que Singly (2000) chamou de viver “livre junto” (p.16). Este embate entre o individual e o conjugal, caso não encontre o equilíbrio, pode resultar no rompimento do laço afetivo. A separação, no entanto, trará consigo outro desafio: a reconstrução da identidade que pode ter se mesclado com a conjugalidade.

Quando o casal separado possui filhos, o desafio se inscreve também em outra ordem, a dos papéis parentais. O ex-casal deverá estruturar-se no que tange à parentalidade e a principal mudança a ser enfrentada pelos ex-cônjuges refere-se à manutenção da relação parental, resguardando as individualidades de cada genitor (Brito, 2005).

GUARDA COMPARTILHADA

As mudanças provenientes da separação conjugal são inúmeras e exigem dos integrantes da família muitas adaptações. Wallerstein, Lewis e Blakeslee (2002) retratam esta

realidade de maneira bastante contundente, ao explicarem que, independentemente da situação final que o indivíduo se encontrará, ele terá experimentado profundas modificações em sua vida devido ao divórcio. Peck e Manocherian (1995) ampliam o reflexo do divórcio a toda família, apontando que o divórcio atinge a família em sua totalidade, e não unicamente os membros da família nuclear. A separação apresenta um desafio para o ex-casal expresso na reconstrução da identidade de cada um. Giddens (2002) observa, a partir do trabalho de Wallerstein e Blakeslee (1989), que aqueles que conseguem abrir mão da identidade conjugal enfrentam a dificuldade de redefinir uma nova identidade, já que durante o casamento esta se mescla com a do outro cônjuge.

Ramires (2004) aponta que o pós-divórcio pode ser conduzido de diferentes maneiras, podendo ser uma chance de estreitar os laços com os filhos ou de conservar-se como “[...] palco privilegiado de antigos e novos conflitos, relativos à pensão, condução da educação, acordos de guarda e regulamentação de visitas”. Segundo pesquisa empreendida por Brito (2002) com 22 pais e mães separados, um dado apontado reiteradas vezes pelos entrevistados refere-se à dificuldade em separar a conjugalidade da parentalidade, após o rompimento conjugal. Daí a dificuldade dos pais em se perceberem como responsáveis pelo exercício da parentalidade, quando a atenção está voltada para a sua conjugalidade. Como identificaram Peck e Manocherian (1995): “Os pais que estão lutando com seus próprios sentimentos de fracasso, raiva, culpa e perda têm dificuldade em proporcionar um ambiente estabilizador, consistente, para seus filhos” (p.303).

Brito (2002) observou que os sentimentos negativos direcionados ao ex-cônjuge devido à separação podem contribuir para o afastamento dos filhos, pois alguns pais se deparam com a contradição entre querer distanciar-se do ex-cônjuge e não podê-lo por conta da parentalidade que os une. Este paradoxo entre o desejo de se afastar do ex-cônjuge e a impossibilidade decorrente do laço que é o filho, pode levar alguns pais à medidas extremas como a ideia de adoção do filho por seu atual cônjuge.

A motivação para a denominada adoção por cônjuge, segundo Brito e Diuana (2002), em alguns casos está relacionada a uma separação litigiosa, na qual o guardião anseia por esquecer o ex-cônjuge, ou tem vontade de vingar-se. Desta forma, o pano de fundo para este pedido é, muitas vezes, a separação do ex-casal. A mãe, geralmente a guardiã, encontra na adoção por cônjuge a possibilidade de romper com o único laço que ainda a ligava ao ex-marido: o filho.

Nesta medida, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, após a destituição do poder familiar do pai da criança, o padrasto se torna legalmente o pai, tendo o seu nome e o de seus pais colocados na certidão de nascimento do enteado, substituindo o nome do genitor e dos avós paternos. Assim, apaga-se do registro civil da criança qualquer marca do pai e sua linhagem, e o filho passa a ser, legalmente, descendente do atual companheiro da mãe. O mesmo procedimento pode ser solicitado pela madrasta.

Castro (1998) aponta que a dificuldade em se diferenciar conjugalidade de parentalidade após a separação conjugal tem reduzido o vínculo entre os filhos e o genitor não guardião. Maldonado (2001) entende que manter a parentalidade implica em preservar as funções de pai e de mãe, apesar da dissolução dos papéis de marido e esposa, ou seja, é importante separar a noção de família da ideia de casal conjugal, pois o que está sendo finalizado é o casamento, e não a família. O divórcio altera a configuração familiar, não a destrói.

Acredita-se, no entanto, que são múltiplos os fatores que irão influenciar a maneira pela qual os filhos de pais separados enfrentarão as mudanças em sua família. Brito (2006) cita alguns fatores que estão relacionados à experiência do divórcio, são eles:

[...] a conduta dos responsáveis, o disposto na legislação, a operacionalização do Direito de Família, como também a forma com que instituições escolares, hospitais e creches, entre outras, lidam com a atribuição dos papéis após o rompimento do casal – situação que pode apoiar ou fragilizar o exercício dos mesmos. (p.532)

As mudanças no modelo familiar, ou seja, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o conceito de isonomia jurídica de homens e mulheres, a crescente participação dos homens no cuidado da casa e dos filhos, provocaram alterações no entendimento sobre a guarda de filhos. Dias (2000), ao utilizar o trabalho de Théry (1996), aponta que houve mudança de parâmetro a respeito do estabelecimento do parentesco; antes este era dado por meio do casamento, hoje, é estabelecido pela filiação, já que os relacionamentos podem ser desfeitos, mas o laço parental não. Como ressalta Brito (2002): “[...] a indissolubilidade não se aplica mais à união conjugal, e sim a filiação, sendo necessário manter a dupla inscrição desse sistema, ou seja, a linhagem materna e paterna” (p.435).

No Brasil, antes da aprovação da Lei da Guarda Compartilhada, o artigo 1.584 do Código Civil previa que “Art. 1.584: Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar

melhores condições para exercê-la”¹². Este posicionamento legal propiciou uma série de práticas que buscava avaliar quem era o melhor genitor, estabelecendo o binômio perdedor-vencedor. Compreende-se que a necessidade de se indicar aquele com melhor condição de deter a guarda vinha acompanhada por uma visão que equiparava o rompimento conjugal ao parental, no qual após a separação, obrigatoriamente, deveria ser determinado quem ficaria responsável pela criança (Brito, 2002).

Esta perspectiva desconsiderava os efeitos da batalha judicial levada a termo nessas disputas, o afastamento do genitor colocado como visitante dos filhos, e a possibilidade de ambos os pais permanecerem cuidando da prole. Brito (2002), em sua pesquisa, percebeu que as reclamações que surgiam dos pais visitantes não eram exclusivas do gênero masculino, mas faziam parte da posição de alojamento ocupada na condição de visitante. As principais queixas destes se referiam à ausência de participação na educação dos filhos, o que evidencia a precariedade do laço afetivo entre a criança e o pai não guardião, decorrente deste arranjo de guarda. Conforme sinalizado por Karan (1998): “[...] o direito à convivência familiar, convivência que, evidentemente, não se limita ao lado materno e que, também evidentemente, não se dá em relações limitadas a encontros em fins de semana alternados” (p.191), denota a importância do convívio ampliado com ambos os pais após a separação conjugal.

Como a posição de visitante geralmente é ocupada pelo genitor, torna-se necessário discutir, aqui, as mudanças que ocorreram no papel de pai, e a luta travada pela modificação da legislação referente à guarda de filhos após a separação conjugal, que culminou na recente aprovação, no Brasil, da lei da guarda compartilhada.

Muitos pais contemporâneos reivindicam participação no cuidado e na educação de seus filhos após a separação conjugal, assim como, buscam lograr direitos sociais, tais como creche para os filhos e a extensão da licença paternidade¹³. A respeito da ampliação da licença paternidade, a Rede de Homens pela Equidade de Gênero, o Instituto Papai e o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades lançaram, em agosto de 2008, a campanha nacional "Dá licença, eu sou pai!", um dos objetivos é aumentar o período de licença para pelo menos um mês.¹⁴ Giddens (1999) pontua que, segundo as pesquisas que estudou, “a grande maioria dos homens não sente alívio ao perder suas responsabilidades pelos filhos. A maior parte tenta manter seus relacionamentos com eles, mesmo em face de grandes dificuldades” (p.106).

¹² Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza/474350.html>. Acesso em 16/02/2006.

¹³ “A licença-paternidade de 5 (cinco) dias foi concedida pela Constituição Federal/88 em seu artigo 7º, XIX e art. 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que até então era de 1 (um) dia conforme estabelecia o artigo 473, III da CLT”. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias_licenca_paternidade.htm. Acesso em 15/02/2006.

¹⁴ Disponível em: <http://www.papai.org.br/index.php?goto=noticias.php&cod=155> Acesso em 15/12/2008.

Enfim, este pai procura a atualização de seus direitos, para que estejam de acordo com sua nova condição social (Silveira, 1998). Trata-se de um movimento de valorização da paternidade, encontrado em diversos países. No Brasil, também há associações que reivindicam direitos de pais separados, como a APASE – Associação de Pais e Mães Separados, pioneira no país, tendo surgido em 1997. Outros movimentos que caminham nesta mesma direção são a Associação Pais Para Sempre¹⁵ que existe desde 2000, e a Associação Participais¹⁶.

Esta manifestação dos pais não é exclusividade brasileira. Em 2004¹⁷, foi noticiada a prisão de um homem vestido como o personagem “batman” que invadiu o Palácio de Buckingham, a fim de protestar a favor de uma associação de pais separados da Inglaterra, o grupo Fathers 4 Justice (Pais por Justiça), exibindo uma faixa que dizia: “Superpais do Father 4 Justice lutando por seus direitos de ver seus filhos”¹⁸.

A participação de ambos os pais no cuidado dos filhos exerce influência não só na relação entre pai e filho, mas permite que o genitor guardião não se sinta sobrecarregado, como alguns relatam sentirem-se (Brito, 2002). Peck e Manocherian (1995) confirmam esta posição ao encontrarem, por meio de pesquisa bibliográfica, que: “Estudos diferentes descobriram que todos os membros da família se beneficiam quando existe uma paternidade continuamente compartilhada” (p.299).

Logo, garantir a permanência do contato dos filhos com ambos os pais sinaliza para a mãe a importância do papel do pai, como também fornece um lugar para o pai ocupar (Brito, 2003). É, portanto, convocar os pais a assumirem seus papéis de corresponsáveis pelo cuidado de seus filhos, permitindo que ambos exerçam o dever de proporcionar a convivência familiar aos seus filhos.

Diante desta realidade, buscando garantir o convívio entre pais e filhos, os movimentos de pais separados, citados anteriormente, lutaram pela aprovação da lei da guarda compartilhada que foi sancionada pelo Presidente da República em 13 de junho de 2008, alterando os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil¹⁹. Observa-se que mesmo antes de promulgada a lei da Guarda Compartilhada, a mesma já era

¹⁵ Disponível em: <http://www.paisparasemprebrasil.org/>. Acesso em: 15/01/2006

¹⁶ Disponível em: <http://www.participais.com.br/>. Acesso em: 15/01/2006

¹⁷ Disponível em: <http://www.apase.org.br/16116-batman.htm>. Acesso em 28/01/2006.

¹⁸ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2004/09/13/ult729u39837.jhtm>. Acesso em 29/01/2006.

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm. Acesso em 17/06/2008.

aplicada pelo Direito de Família Brasileiro. A importância da lei da guarda compartilhada, ou seja, de uma legislação específica é a de marcar este lugar de pai e de mãe. Brito (1997) aponta para a força do texto legal, como um regulador das relações familiares e das funções sociais, porém, reconhece que não basta a legislação dar espaço para o exercício pleno da paternidade, sendo importante que a sociedade e a família também reafirmem este papel do pai.

No entanto, no Brasil, a guarda compartilhada, tem sido contraindicada por alguns profissionais, que utilizam como base argumentações atribuídas às Ciências Humanas. Uma das argumentações frequentemente apresentadas, trata da suposta “confusão” que o fato de ter duas casas poderia provocar nos filhos. Quanto a esta questão Silva (2005) aponta que o vínculo a ser preservado é com os pais e não com a residência. Portanto, quando os filhos se sentem seguros próximos aos pais, o sentirão da mesma maneira na casa deles. Para Brito (2006), a partir do momento que foi instituído o divórcio, a possibilidade de os filhos terem duas casas pode ser compreendida como consequência, pois a família deixou de coabitar. Os filhos devem perceber ambas as casas -a do pai e a da mãe- como suas, “[...] identificando cada um desses espaços como um porto seguro onde sentem firmeza para ancorar suas alegrias, tristezas e dificuldades” (Brito, 2004, p.362).

Logo, a presença de duas residências é inerente ao processo de separação conjugal, não sendo prejudicial para a criança circular entre as casas, pois a diversidade de comportamentos acha-se presente mesmo quando os pais estão casados. Brito (2005) argumenta que o contato com a diversidade de comportamentos faz parte do processo de socialização infantil. As crianças são capazes de diferenciar os códigos educativos, tanto que, mesmo na vigência do casamento, sabem o que pedir a cada um dos pais a fim de aumentar suas chances de conseguir o que desejam. Explica a autora que a variedade de procedimentos educativos não se limita à separação dos pais, ela está presente nos ambientes pelos quais as crianças circulam, como por exemplo, a casa dos avós e a creche.

Outra questão apontada em oposição à guarda compartilhada refere-se ao conflito existente entre os ex-cônjuges. Nazareth (1997), por exemplo, contra indica a implantação da guarda compartilhada nos casos em que os filhos ocupam a posição de intermediários das brigas do casal, quando a disputa pela guarda é usada como palco para a reedição dos conflitos. Neste caso, o litígio não termina após a separação, apenas tem seu conteúdo renovado, se estendendo às questões referentes à pensão, visitação e outras.

Silva (2005) aponta que se tanto o pai quanto a mãe, estão igualmente aptos a ocupar o lugar de guardião, ambos devem cumprir seu papel, não importando seu relacionamento enquanto ex-casal. Esta é, propriamente, a divisão entre conjugalidade e parentalidade que deve ser concretizada após a separação dos cônjuges. A relação entre pais e filhos deve ser preservada, mesmo que o ex-casal permaneça em litígio. Silva (2005) reafirma seu posicionamento ao explicar que a aplicação de um modelo de guarda não deveria estar relacionada à existência ou não de animosidade entre os ex-cônjuges. Segundo este autor, dizer que não poderia haver a guarda compartilhada quando os pais não se entendem seria um equívoco, já que nestes casos a guarda exclusiva também não seria bem sucedida, pois as visitas não ocorreriam. Brito (2005) defende que, nos casos de litígio, a guarda compartilhada irá marcar para aquele que está dificultando o acesso ao filho que ele não é o único responsável pela criança. Logo, seria exatamente nestas situações que deveria ser enfatizada a dupla filiação, não se atribuindo a guarda a um único genitor, que poderia usar a criança como moeda de troca.

Nazareth (1997) não indica a guarda compartilhada até que a criança atinja “os quatro ou cinco anos de idade” (p.83), pois esta necessitaria de um ambiente estável e não possuiria capacidade de flexibilização suficiente para lidar com as mudanças de ambiente. Brito (2006), em sua pesquisa com filhos de pais separados observou que a distância entre pais e filhos pequenos pode causar um vazio irremediável, o que se contrapõe à afirmação anterior de que filhos pequenos não devem ter a guarda compartilhada. Segundo a autora, crianças pequenas que convivem unicamente com um dos genitores, tendo o outro apenas o direito a visitar, poderão ter mais dificuldades na construção de um elo com o genitor não guardião.

Peck e Manocherian (1995) também entendem que independentemente da idade dos filhos a guarda compartilhada pode se estabelecer, já que os bebês e as crianças pequenas necessitam de um contato frequente para formarem vínculos. Este laço afetivo se constrói, exatamente, no decorrer das atividades diárias, como por exemplo, a hora do banho, o café da manhã e o beijo de boa noite.

Diante de todas estas controvérsias e argumentações que surgem sobre a guarda compartilhada, deve-se refletir a respeito da contribuição significativa deste modelo. O foco desta modalidade de guarda de filhos é a manutenção do vínculo parental a despeito da separação no âmbito conjugal. Silva (2005) reafirma esta necessidade ao ressaltar que é fundamental que os pais possam ir além de suas brigas pessoais, percebendo a importância de ambos participarem da vida de seus filhos. McGoldrick e Carter (1995) encontraram, durante a pesquisa bibliográfica, estudos como o de Nolan (1997), Ahrons (1980), e Isaacs et al

(1986) constatando que a proximidade com ambos os pais ajuda os filhos a superar as dificuldades do pós-divórcio. Este achado reafirma a convicção de que a guarda compartilhada se apresenta como um modelo que propicia a permanência do laço entre pais e filhos.

Estes são os conceitos principais que devem nortear a adoção desta modalidade de guarda, a fim de garantir a participação de ambos os pais na criação de seus filhos. Muitas famílias exercem a guarda compartilhada sem saberem o nome deste arranjo, a denominação não é essencial, pois como afirmam Peck e Manocherian (1995), o mais importante é a permanência do vínculo entre pais e filhos.

Os pais separados devem compreender que o exercício da coparentalidade beneficiará a todos os membros da família (Brito, 2002). Os filhos têm o direito de manter a proximidade com ambos os pais após a separação matrimonial. O modelo de guarda compartilhada vem se apresentando como a modalidade de guarda de filhos que propicia a convivência familiar após o divórcio. No Brasil, a recente aprovação da Lei da Guarda Compartilhada veio atender às demandas dos movimentos de pais separados, já apresentadas, como também adequar-se às modificações que a família brasileira passou nas últimas décadas. Com esta lei busca-se garantir a manutenção do vínculo entre pais e filhos, e a participação de ambos nas decisões sobre o desenvolvimento e educação de sua prole.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sociais contemporâneas, principalmente as que envolvem uma menor delimitação dos papéis masculinos e femininos, a redução da prole, o ingresso da mulher no mercado de trabalho e o divórcio, geraram o que se entende por família hipermoderna (Lipovetski, 2004). Portanto, como apontado por vários autores (Vaitsman, 2001; Araújo, 2005; Figueira, 1986), estas modificações nas atribuições sociais de homens e mulheres atingiram a construção do casal e da família.

O casamento deixou de ser percebido como a constituição de um núcleo familiar definitivo e passou à condição de um acordo entre o casal, que pode ser desfeito a qualquer momento. Os cônjuges vêm buscando estabelecer um relacionamento que não seja deveras passageiro, mas também que não possua o peso da eternidade (Dias, 2000; Bauman, 2004). Cabe ressaltar, no entanto que não há linearidade no processo histórico, o que faz com que se observe a coexistência de modelos “modernos” e “arcaicos” de casal e de família, como classifica Figueira (1986).

No contexto hipermoderno, com a fragilização das relações e das amarras sociais, como conceitua Bauman (2004), aumenta, consideravelmente, o número de divórcios. A possibilidade de separação conjugal veio atender à demanda das pessoas em encerrar uma união na qual não se encontravam felizes, pois a demanda dos sujeitos passou a ser a satisfação nas relações afetivas, com foco no casal e no indivíduo, ao invés de ser no casamento (Dias, 2000). No Brasil, a Lei do Divórcio de 1977, viabilizou juridicamente a dissolução matrimonial.

No entanto, apesar de se considerar legítima a possibilidade de término do casamento, entende-se que se deve estar atento aos desdobramentos e às novas questões que surgem na família pós-divórcio. De um momento para outro os pais se veem diante da necessidade de conciliar o exercício da parentalidade com as mudanças pessoais e emocionais que vivenciam, podendo se deparar com dificuldades em reestruturar esse papel na ausência da conjugalidade. É nesse sentido que se entende que o casal conjugal se desfez, mas a parentalidade permanece. Essa passagem do lugar de ex-cônjuges para o de pais é identificada como o grande desafio que envolve a família após a separação (Maldonado, 2001; Brito, 1997). Estas dificuldades podem obstaculizar a efetivação de uma relação próxima dos filhos com ambos os pais, após o divórcio. A guarda compartilhada é apontada pelos autores como a modalidade de guarda dos filhos que permite o permanente contato do filho com ambos os pais após o divórcio (Brito, 2002; Peck e Manocherian, 1995).

Recentemente, este dispositivo de guarda foi aprovado, no Brasil, em lei específica, sancionada pelo Presidente da República em 13 de junho de 2008. No entanto, sabe-se que apenas a aprovação da lei não garantirá sua efetiva aplicação; o debate torna-se indispensável, neste momento, a fim de proporcionar maiores esclarecimentos à sociedade. Torna-se fundamental que tanto o pai quanto a mãe, percebam o espaço que o Estado está atribuindo a cada um e que tenham ciência de que após a separação conjugal o que se indica é que o cuidado do filho será definido em bases distintas das práticas anteriores, visando-se, agora, à manutenção do convívio familiar com ambas as linhagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro vol. 17, n°. 2, 2005, p. 41-52.

ATTALI, Jacques. **Dicionário do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Apaixonar-se e desapaixonar-se. In: BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p.7-54.

BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**. Campinas, n°20, 2003, p.131-156.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Pais de fim de semana – questões para uma análise jurídico-psicológica. **Revista Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro: PUC-RJ. Vol. 8, n°8, 1997, p.139-152.

_____. Impasses na condição da guarda e da visitação: o Palco da Discórdia. In: PEREIRA, R da C.(org) **Família e cidadania – o novo CCB e a vacatio legis**. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2002, p.433-447.

_____. Igualdade e divisão de responsabilidades: pressupostos e consequências da guarda conjunta. In: GROENINGA, G. C. & PEREIRA, R da C. (coords). **Direito de Família e Psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. RJ: Editora Imago, 2003, p.325-337.

_____. Guarda conjunta: conceitos, preconceitos e prática no consenso e no litígio. In: PEREIRA, R. da C. (coord). **Afeto, Ética, Família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.355-367.

_____. Guarda compartilhada: um passaporte para a convivência familiar. In: **Guarda Compartilhada**: aspectos psicológicos e jurídicos. Organizado por Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005.p.53-71.

_____. Desdobramentos da Família Pós-Divórcio: o relato dos filhos. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org). **Anais do V Congresso do IBDFAM**. SP: IOB Thompson, 2006, p.531-542.

_____; DIUANA, Solange. Adoção por cônjuge – reais vantagens, quando? **Revista Brasileira do Direito de Família**, n ° 13, Abr-Mai-Jun, 2002.

CASTRO, Ismênio Pereira. A Relação dos filhos menores com os pais após a ruptura da tradicional convivência familiar: uma ótica sociojurídica. In: SILVEIRA, Paulo. (org). **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.p.217-223.

DIAS, Mônica. **A construção do casal contemporâneo**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2000.

FIGUEIRA, Sérvulo (Org). **Uma Nova Família:** o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.

GIDDENS, Anthony. A família democrática. *In:* GIDDENS, Anthony. **A terceira via:** reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.99-108.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

KARAN, Maria Lúcia. A superação da ideologia patriarcal e as relações familiares. *In:* SILVEIRA, Paulo. (org). **Exercício da Paternidade.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1998, p.185-192.

LIPOVETSKY, Gilles. Entrevista. *In:* FRAGA, C. **Entrevista com Gilles Lipovetsky.** Realizada em 2004. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cibercidades/lipovetsky.pdf>. Acesso em 24/01/2006.

MALDONADO, Maria Tereza. Até que a separação nos una. *In:* CASIMIRO, Vitor. **Entrevista com Maria Tereza Maldonado.** Realizada em junho de 2001. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/entrevista0064.asp>. Acesso em 05/01/2006.

McGOLDRICK, Mônica; CARTER, Betty. Constituindo uma Família Recasada. *In:* CARTER, Betty; McGOLDRICK, Mônica. (Org.). **As Mudanças do Ciclo de Vida Familiar:** Uma Estrutura para a Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 344-369.

NAZARETH, Eliana Riberti. Com quem fico, com papai ou com mamãe? – Considerações sobre a Guarda Compartilhada – Contribuições da Psicanálise ao Direito de Família. *In:* NAZARETH, Eliana Riberti. (Coord). **Direito de família e ciências humanas.** 2ª ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1997, Cadernos de Estudos 1, p.77-86.

PECK, Judith Stern; MANOCHERIAN, Jennifer. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. *In:* McGOLDRICK, Mônica; CARTER, Betty (Org.). **As Mudanças do Ciclo de Vida Familiar:** Uma Estrutura para a Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Cap.15, p.291-320.

PEIXOTO, Clarice; CICCHELLI, Vincenzo. **Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil.** Os paradoxos da mudança. *In:* PEIXOTO, Clarice; SINGLY, François; CICCHELLI, Vincenzo (Orgs). **Família e Individualização.** Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.7-11.

RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 9, n° 2, p.183-193, maio/ago 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04/01/2006

SARTI, Cynthia. Família e individualidade: um problema moderno. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.p.39-50.

SILVA, Evandro Luiz. Guarda de filhos: aspectos psicológicos. *In*: **Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos**. Organizado por Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005, p.13-31.

SILVEIRA, Paulo. O Exercício da Paternidade. *In*: SILVEIRA, Paulo.(org). **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998. p.27-39.

SINGLY, François. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. *In*: PEIXOTO, Clarice; SINGLY, François; CICHHELLI, Vincenzo (Orgs). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.13-19.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho. “**No Fogo Cruzado**”: Desafios e Vivências de pais e Mães Recasados. Dissertação Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 162f, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp079533.pdf> Acesso em 04/06/2009.

VAITSMAN, Jeni. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. *In*: PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie.(orgs). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2001, p.13-20.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p.89-96.

WALLERSTEIN, Judith; LEWIS, Julia; BLAKESLEE, Sandra. **Filhos do Divórcio**. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

A PSICOLOGIA POLAR²⁰

THE POLAR PSYCHOLOGY

GENY DE OLIVEIRA COBRA - geny.cobra@gmail.com

Doutora em Ciências, Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz; Mestra em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia - PUC/RJ; Pesquisadora e Psicoterapeuta.

Resumo

O final da fase heroica na Antártica e a construção de estações com seus habitantes transitórios, ressaltam a necessidade e a oportunidade para o surgimento da Psicologia Polar: dividida em Psicologia do Ártico e Psicologia da Antártica. Consiste no estudo do ser humano vivendo em ambiente isolado e confinado, já que as estações antárticas representam laboratórios naturais para o estudo do comportamento humano. Este artigo pretende delinear, de forma resumida, a organização e aplicação da Psicologia na Antártica e a contribuição do Brasil no cenário internacional através do Projeto Antártico Brasileiro (PROANTAR).

Palavras chave: Psicologia polar, Antártica, isolamento, confinamento, PROANTAR.

Abstract

The end of Antarctic's heroic phase and the construction of the stations with its transient inhabitants, show the necessity and the opportunity for the beginning of Polar Psychology: divided in Arctic Psychology and Antarctic Psychology. That Psychology consists in the study of human being living in confined and isolated environment, since Antarctic's stations represent natural laboratories for the study of human behavior. This article intends to outline briefly the organization and application of Antarctic Psychology and the Brazil's contribution through the Brazilian Antarctic Project (PROANTAR) on the international scenario.

Key words: Polar Psychology, Antarctic, isolation, confinement, PROANTAR.

INTRODUÇÃO

Chama-se Psicologia Polar aquela que estuda os indivíduos ou comunidades que vivem de forma permanente ou transiente em lugares extremos do mundo. Consideram-se

²⁰ Apresentado na mesa redonda Psicologia Organizacional e o Trabalhador no Século XXI, III Seminário da Psicologia da UFRuralRJ, *Formação Profissional & Compromisso Social da Psicologia* em 27 de agosto de 2009.

como extremos os lugares físicos distantes que apresentam dificuldade de acesso tais como: picos de montanhas, ilhas desertas e as latitudes longínquas das regiões circumpolares como o Pólo Norte e o Pólo Sul, incluindo então a Antártica. Lugares extremos também existem como espaço de trabalho e experiências temporárias como longas viagens em barcos à vela, em submarinhos nucleares, viagens espaciais, plataformas de exploração de petróleo e muitos outros. Os lugares extremos são importantes para se pesquisar a influência do ambiente isolado na saúde física e mental e no comportamento humano seja individual, seja social.

Os estudos voltados para as condições e a interação humana em situação de isolamento e confinamento na Antártica decorrem de duas situações: a necessidade e a oportunidade. Necessidade no sentido de ajudar o ser humano a sobreviver nesses lugares; e oportunidade, como ocorreu na Antártica, decorrente das políticas internacionais que determinaram a construção de estações nesse continente. Para que isso ocorresse foi decidido pela comunidade internacional criar políticas e regras referentes ao uso e à relação com o ambiente Antártico – o Tratado da Antártica. O meio ambiente do Continente da Antártica ou continente Branco é completamente protegido e a pesquisa científica tem prioridade, por isso é considerado pelos integrantes do Tratado Antártico, como “uma reserva natural, dedicada à paz e à ciência” (PROANTAR, 2001:8).

Em 1958, ocorreu o Ano Geofísico Internacional, programa internacional de pesquisa com ênfase em regiões polares, e no qual participaram os países: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e Rússia. O sucesso desse programa motivou a criação de um Tratado Antártico, o qual foi assinado em Washington em 1º de dezembro de 1959 entre as doze nações que participaram do Ano Geofísico Internacional – IGY. Em resumo, firmou-se o compromisso entre esses países de se consultarem sobre o uso do continente e não torná-lo objeto de discórdia internacional; de ser usado para fins pacíficos, garantindo a liberdade para a continuidade da pesquisa científica e cooperação internacional (PROANTAR, 2001).

Com a construção das bases e estações científicas na Antártica, os seres humanos passaram a visitar, viver por tempo determinado e a trabalhar no “gelo” (forma que os pesquisadores coloquialmente chamam a Antártica). A necessidade de selecionar, treinar e compreender a experiência humana na Antártica organiza a psicologia antártica que é chamada de maneira mais ampla, de Psicologia Polar – o estudo da experiência do ser humano no gelo. Os pesquisadores brasileiros e internacionais se referem à Antártica de forma carinhosa como “ir para o gelo” (*go to the ice*).

A CRIAÇÃO DO PROANTAR

Com a criação do Programa Antártico Brasileiro-PROANTAR, o Brasil assinou o Tratado Antártico em maio de 1975. Coube à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - Secirme, criada em 1974 e subordinada diretamente ao Presidente da República, a elaboração em 1982 do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR, 2001).

Naquele ano, a Marinha do Brasil adquiriu o Navio Polar dinamarquês *Thalas Dan*, apropriado para trabalhos nas regiões polares, que recebeu o nome de Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) Barão de Teffé. No início de dezembro de 1983, o NApOc Barão de Teffé zarpu pela primeira vez levando uma expedição científica à Antártica, com a missão de realizar um reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico de áreas do setor noroeste da Antártica e selecionar o local onde seria instalada a futura estação brasileira na Antártica – esta foi a Operação Antártica I.

Antes mesmo da construção da estação brasileira, o Navio Oceanográfica Professor Wladimir Besnard, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, teve participação significativa no PROANTAR com o propósito de desenvolver trabalhos nos campos de Meteorologia, de Oceanografia Física e de Biologia Marinha (CAPOZOLI, 1995). A partir dessas pesquisas pioneiras do setor científico brasileiro, é que o Brasil foi admitido membro consultivo do Tratado Antártico. Os resultados da primeira expedição e das pesquisas, já em andamento, fizeram com que o Brasil recebesse o reconhecimento internacional com relação à sua participação no programa internacional antártico. Decorrente disto, em 12 de setembro de 1983 o Brasil foi aceito como membro consultivo do Tratado da Antártica, com direito a voto nas questões sobre o destino daquele continente (PROANTAR, 2001).

A Estação Antártica Comandante Ferraz foi inaugurada em 6 de fevereiro de 1984, na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Arquipélago das Shetlands do Sul e marcou a presença brasileira na Antártica (PROANTAR, 2001). A partir de 1986, passou a ser habitada por todo o ano, inicialmente por dois grupos de oito militares da Marinha do Brasil e alguns pesquisadores; mais tarde, o número de pesquisadores passou a ser vinte e quatro no verão e cinco no inverno. A Estação Antártica Comandante Ferraz, inicialmente com oito módulos, conta hoje com sessenta e dois, e é constituída por alojamentos, refeitórios, oficina, sala de estar, enfermaria, armazéns, cozinha, lavanderia, biblioteca e um pequeno ginásio de esportes. Em 1994, foi construído um heliporto com capacidade de operar helicópteros de médio porte. Hoje ela pode abrigar até quarenta e seis pessoas entre pesquisadores e pessoal da Marinha

(CIRM, 1999). Complementarmente, e para ampliar o espaço geográfico das pesquisas, foram instalados, no decorrer das diversas comissões, quatro refúgios nos seguintes locais: um na Ilha Nelson (Astrônomo Cruls); dois na Ilha Elefante (Emílio Goeldi e Engenheiro Wiltgen); e um na Ilha Rei George (Padre Rambo). Entretanto, hoje estão em operação somente dois refúgios. Cada refúgio pode abrigar seis pessoas por um período de trinta a quarenta dias. Por vezes, os pesquisadores se valem de acampamentos para desenvolverem os seus trabalhos, principalmente nas áreas de Geologia e Glaciologia. Visando dotar o PROANTAR de transporte mais moderno e possibilitar o incremento de novos projetos a serem desenvolvidos no mar da Antártica, a Marinha do Brasil adquiriu o navio norueguês MN Polar Queen, incorporado em 25 de abril de 1994 com o nome de Navio Oceanográfico Ary Rongel. O NApOc Ary Rongel, substituto do NApOc Barão de Teffé, tem capacidade para operar dois helicópteros de pequeno porte, transportar 2.400m de carga e está dotado de um laboratório para pesquisas nas áreas de Oceanografia Física e Biológica (PROANTAR, 2001).

As atividades logísticas, que compreendem a fase de seleção e treinamento do pessoal (militares e pesquisadores), até o suprimento do material necessário à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), refúgios e acampamentos, estão a cargo da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Para isso, conta com o auxílio da Força Aérea Brasileira, que realiza anualmente sete voos de apoio ao PROANTAR; da Diretoria de Hidrografia e Navegação, que exerce o esforço principal do apoio logístico por meio do NApOc Ary Rongel; e do Ministério de Minas e Energia e Petrobrás que fornecem combustível para o navio, para a Estação Antártica e para os aviões da FAB.

OS PIONEIROS NA ANTÁRTICA

O continente antártico foi, durante muito tempo, visitado por exploradores de baleias e leões marinhos – esta consistiu o período de depredação selvagem da riqueza marinha da Antártica, especialmente pelos japoneses, chineses, russos e outros. No entanto, outros exploradores perseguiram o sonho de conhecer o continente da Antártica - considerado o período heroico (CAPOZOLI, 1995). Como por exemplo, o capitão da Marinha inglesa Robert Falcon Scott e o tenente irlandês Ernest Henry Shackleton, que em 1899 e a bordo do navio *Discovery*, tinham a missão confiada pela Royal Geographical Society de aproximarem-se o mais possível do Pólo Sul. O sonho de Scott, em ser o primeiro homem a pisar no Pólo Sul, termina quando ele consegue chegar ao extremo sul da terra, somente em 18 de janeiro de 1911. Constata, nessa segunda viagem à Antártica, que a bandeira norueguesa tremula há mais de um mês junto a uma tenda, em cujo interior encontra uma carta do norueguês Road Amundsen, pedindo-lhe que a entregasse ao rei da Noruega, caso percesse no meio do

caminho. Com a morte de Ernest Shackleton em 1922, a bordo do navio *Quest* quando realizava sua quarta viagem à Antártica, encerra-se o chamado “período heroico” de conquista do continente.

Como já foi falado acima, com o Tratado a Antártica consolida-se como um espaço da ciência. Dos cientistas brasileiros um dos mais atuantes foi o Professor Vilella “o primeiro brasileiro a pôr os pés no Pólo Sul (...) um experimentado viajante antártico” (CAPOZOLI, 1995:21). Esteve na operação de pesquisa III com o grupo da Universidade de São Paulo (USP), em final de 1984 e verão de 1985, a bordo do navio oceanográfico NOc *Professor Wladimir Besnard*. A expedição dava prosseguimento à realização das estações oceanográficas no estreito de Bransfield, iniciada na expedição de 1982/83, projetos estes vinculados ao BIOMASS, ou Investigações biológicas e estoques marinhos da Antártica. Nesse período a Operação Antártica III quase duplicava o trabalho científico de campo em relação à operação anterior, passando a executar vinte e nove projetos, a maioria multi-institucional e com a participação de cem pesquisadores.

A PSICOLOGIA ANTÁRTICA

A primeira experiência de passagem do inverno na Antártica foi da expedição Belga em 1898-1899, fase heroica, na qual o explorador e médico Frederick A. Cook relata a experiência emocional de seus homens no inverno antártico. Descreve como seus homens foram afetados pela depressão e melancolia nos dias de escuridão gelada. Cook decide tratar esses sintomas colocando toda sua tripulação sentada em frente a grandes fogueiras. Essa foi a primeira tentativa de tratar sintomas de depressão de inverno ou distúrbio sazonal conforme classificação do psicólogo americano Lawrence Palinkas (PALINKAS, 2003).

O ambiente antártico é considerado extremo e incomum (SUEDFELD e STEEL, 2000). Esses ambientes envolvem distâncias físicas ou possuem acesso difícil, também considerado ambientes exóticos, anormais ou de estresse. O ambiente da Antártica além de ser inóspito e distante de outras comunidades e das famílias dos expedicionários, tem como fonte de estresse as longas noites de 24 horas no inverno e a limitação na circulação. Nesse período seus habitantes ficam restritos ao espaço físico dos containeres. Suedfeld e Steel (2000) o classificam de “ambiente isolado e confinado”. Apresenta condições físicas incomuns e extremas como nos desertos, ilhas desertas, picos de montanhas e cápsulas de mergulho profundo ou naves espaciais. Em geral, é um ambiente com riscos para a vida humana e dificuldades de acesso. A característica dos “ambientes isolados e confinados” é de serem habitados por grupos de pessoas artificialmente selecionadas, removidas de suas interligações

sociais normais e destinadas a funcionar com eficiência em procedimentos e tarefas (LUGG, 1973; TAYLOR, 1987).

Conforme o continente foi sendo ocupado, pelos países que fazem parte do Tratado da Antártica, novos campos de pesquisa foram emergindo, bem como uma nova psicologia voltada para os problemas humanos na Antártica. A *sobrevivência* e o processo de *adaptação*, bem como os fatores emocionais, físicos relacionados à saúde, característicos de um ambiente inóspito e isolado, são alguns dos fatores que organizam a nova psicologia, conhecida como Psicologia Polar.

O campo da psicologia Antártica ou polar, inicia-se como empreendimento científico, logo após o Ano Geofísico Internacional (1956-1957) com o estabelecimento das estações de pesquisas permanentes. Foi liderado por Erich Guderson dos Estados Unidos, Jean Rivolier da França e Tony Taylor da Nova Zelândia (PALINKAS, 2003). A necessidade de selecionar indivíduos capazes de suportar um ano de isolamento, viver em grupo e em ambiente extremo, determinou uma psicologia voltada para a seleção e treinamento do pessoal. No Brasil, a Marinha está encarregada do processo de seleção e treinamento do grupo base e dos pesquisadores que vão para a Antártica. No treinamento, existem critérios diferentes para os grupos que passam somente o verão, para os que ficam de seis meses a doze meses e passam o inverno, e para aqueles que acampam.

Entretanto, viver em isolamento, distante da família e amigos, deflagra determinados comportamentos que precisam ser compreendidos. A aplicação da psicologia experimental e cognitiva no estudo do comportamento humano na Antártica compõem a psicologia polar. Especialmente o estudo do comportamento humano no inverno, quando se vive o confinamento. Entretanto, nosso estudo sobre os grupos de pesquisadores brasileiros, que será descrito mais adiante, foi uma contribuição da psicologia psicodinâmica aplicada ao ambiente extremo antártico.

Dentro da linha experimental e cognitiva atual, pode-se citar o psicólogo americano Lawrence Palinkas e colegas (1998; 2003), que definem o comportamento humano na Antártica através de quatro características principais: sazonal ou cíclica, situacional e salutogênico.

- 1) A característica sazonal compreende as variações de humor e comportamento relacionados ao ambiente extremo da Antártica e do Pólo Norte. Um exemplo é a síndrome de passagem do inverno (*winter-over syndrome*) identificada por diferentes pesquisadores com grupos de diferentes nacionalidades (PALINKAS e HOUSEAL,

2000; STEEL, 2001). Os sintomas mais evidentes na síndrome: aumento do consumo de cigarro e álcool, perturbações no sono, perda de apetite, fadiga, sintomas depressivos, irritabilidade, declínio no desempenho do trabalho, e declínio na capacidade de concentração.

- 2) A característica situacional compreende a avaliação do processo de adaptação e características de personalidade utilizadas como formas de suportar o isolamento e os comportamentos na interação social. Estas características são muito usadas no processo de seleção e de prognóstico dos comportamentos dos indivíduos que vão para a Antártica.
- 3) As características sociais são usadas para a avaliação dos comportamentos de interação grupal e de desempenho no trabalho. Pesquisas realizadas demonstram que o grande fator de estresse na Antártica está centrado nos estados de tensão e nos conflitos interpessoais. A passagem do inverno e outras situações pessoais requerem, muitas vezes, o apoio de companheiros de grupo e equipes de trabalho. Como a vida social e de trabalho são interligadas, geralmente as equipes de trabalho se definem como grupos de amigos. Em nossa pesquisa verificamos que frequentemente as relações de amizade se estabelecem entre os companheiros da própria equipe de trabalho. Na EACF muitos pesquisadores relataram que fizeram amizade com o pessoal da Marinha, sendo que os pesquisadores mais jovens sentiam-se mais à vontade com grupo do arsenal da Marinha, do que com os oficiais (chefe da estação, subchefe e médico).
- 4) As características salutogênicas, termo cunhado por Aaron Antonovsky em 1987, definem a capacidade de um indivíduo superar as adversidades e os desafios com persistência e sentimento dinâmico de confiança. Palinkas (PALINKAS, 2003) emprega esse termo com o intuito de definir a experiência na Antártica que, apesar das condições extremas e estressantes, de certa forma, pode ser salutogênico no sentido de promover a saúde e ser satisfatório. Talvez seja a razão de muitos pesquisadores sempre voltarem à Antártica.

Essas características foram aplicadas na seleção, treinamento e avaliação dos pesquisadores e pessoal para trabalhar nas estações da Antártica. Como a estação brasileira tem na Marinha a equipe que cuida desse processo, não se sabe os critérios adotados para essa avaliação. Supõe-se que a equipe da Marinha, responsável pela seleção, esteja afinada com os critérios internacionais.

As funções trabalho-pesquisa são consideradas como os fatores principais para a existência das estações na Antártica. A divisão do trabalho na Estação Antártica Comandante

Ferraz centra-se em duas categorias de trabalhadores: o *grupo da Marinha*, com suas diferentes funções e hierarquias e o *grupo civil* que é composto por pesquisadores doutores e estudantes de diferentes estados e universidades brasileiras com suas especialidades específicas, como será descrito abaixo.

Segundo o informe “Atividades Brasileira na Antártica – Plano de Atividades para 1999/2000”, do PROANTAR – O Programa Antártico Brasileiro, no período do verão, o grupo base conta com 15 indivíduos. Eles trabalham na manutenção da Estação e na logística do programa e estão assim distribuídos: Chefe, Subchefe, Médico, Cozinheiro, Encarregado de Viaturas e Tratorista, Encarregado de Eletrônica, Encarregado de Comunicações, Encarregado de Embarcações, Encarregado de Eletricidade e Encarregado de Motores e Lancha. Ano passado a Marinha operou uma mudança no grupo base, que passou a ser trocado a cada seis meses, pois, anteriormente, ele permanecia na estação por um ano.

O grupo civil é composto por pesquisadores que visitam a Antártica durante o verão austral, nos programas de atividades científicas, previamente estabelecidas com o CNPq. Estes pesquisadores são físicos, meteorologistas, biólogos, químicos, geofísicos, glaciologistas, ecólogos e alpinistas, os quais, também, participam da limpeza e manutenção da Estação.

No inverno, que é o período mais longo e estressante, vivem na Estação além do grupo base, seis a doze cientistas distribuídos entre biólogos, químicos e físicos. As atividades científicas contam com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, e estão agrupadas em programas abrangentes tais como: Ciências da Atmosfera, Ciências da Terra e Geofísica da Terra Sólida e Ciências da Vida. Tais programas compreendem as seguintes áreas de conhecimento: Circulação Atmosférica; Física da Alta Atmosfera; Climatologia; Meteorologia; Geologia Continental e Marinha; Glaciologia; Oceanografia; Biologia; Ecologia; Astrofísica; Geomagnetismo e Geofísica Nuclear. Os projetos para cada missão ou período variam a cada ano e dependem da aprovação do CNPq.

A Marinha do Brasil, por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação, desenvolve atividades de cartografia, já tendo editado duas cartas náuticas, uma da Baía do Almirantado e outra da Baía Maxwell, local de maior afluência de navios nas Ilhas Shetlands do Sul. Nas quinta e sexta operações, o Navio Oceanográfico Almirante Câmara, daquela Diretoria, em conjunto com a Petrobrás, executou trabalhos geofísicos nas áreas do Estreito de Bransfield, Passagem de Drake e Mar de Bellingshausen (PROANTAR, 2001).

Nosso estudo se deu sobre os grupos brasileiros na Antártica, pesquisa qualitativa e exploratória, na qual entrevistamos vinte pesquisadores egressos do PROANTAR dos anos de 2005, 2006 e 2007, residentes nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Desse grupo de pesquisadores, quatro eram do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Identificamos e analisamos três tipos de pequenos grupos: *os acampados*, *os embarcados* e *o grupo da estação* (COBRA, 2008). Utilizamos na descrição e análise, dos grupos, teorias da psicanálise de grupos e da psicologia social. Todos os grupos foram analisados em sua estrutura, ou seja, sua organização, sua cultura, os acontecimentos do grupo e lideranças.

“Os acampados” foi o grupo que acampou na ilha James Ross localizada na península Antártica, dentro do Círculo Polar Antártico. A Antártida, legalmente e por definição do Tratado Antártico, localiza-se no interior de um círculo, que corre ao longo da latitude de 60° Sul, dentro do qual está o Círculo Polar Antártico a 66° 33’ Sul. Esse grupo composto de geólogos e paleontólogos e dois alpinistas, idade média de 39 anos, composto só de homens, permaneceu nessa ilha durante trinta e sete dias consecutivos. A característica principal desse grupo é que seis indivíduos dos nove que o compunha, foi à Antártica pela primeira vez.

O grupo “os embarcados”, foi formado por três pesquisadores, com idade média de trinta e quatro anos. Seus integrantes são: um biólogo, uma mestrandia em mudanças climáticas e um oceanógrafo químico. Seu local de permanência e de trabalho foi o navio de pesquisa oceanográfica Ary Rongel. Durante todo o tempo que passaram na Antártica, eles permaneceram no navio e fizeram passagens rápidas pela Estação Ferraz.

O grupo “os pesquisadores da estação”, formado por dez pesquisadores, sendo sete homens e três mulheres; oito moram e trabalham no Rio de Janeiro e dois moram e trabalham em São Paulo. A idade média é de trinta e quatro anos. A característica mais marcante desse grupo é que seus integrantes possuem longa experiência em pesquisas na Antártica. Os menos experientes foram lá, pelo menos, duas vezes. Os mais experientes vão lá desde 1984, época da inauguração da Estação Ferraz e têm uma trajetória científica construída na Antártica. Nessa época, esses pesquisadores ainda estavam em projetos de iniciação científica. O grupo “os pesquisadores da estação” trabalha com biologia marinha, glaciologia, poluição atmosférica, química e ecofisiologia marinha.

PARA CONCLUIR

A interação dos vários campos científicos na Estação proporciona aos cientistas a oportunidade de resolver, o que muitos cientistas vivem - o isolamento científico. Por isso, o ambiente da Estação Ferraz é sempre multidisciplinar, já que lá convivem e, muitas vezes,

interagem vários campos da ciência. Esse tipo de ambiente consegue produzir e aplicar, na prática, a filosofia central do Comitê Científico Internacional sobre Pesquisa Antártica – SCAR (sigla em inglês), que é desenvolver uma Ciência multi e pluridisciplinar.

Muito se tem ainda para pesquisar no campo da psicologia antártica. O estudo de grupos na Antártica, sem dúvida, contribuiu para compreender os grupos vivendo em isolamento e confinamento em lugares extremos como a Antártica, o Ártico, em reservas isoladas, ou em outras circunstâncias de isolamento físico ou psíquico. Certamente é uma contribuição para a sociedade brasileira compreender o papel do Brasil na pesquisa Antártica. Um grupo vivendo em ambiente isolado e confinado, como afirma Palinkas (2003), representa um laboratório natural para o estudo do comportamento humano.

Nosso estudo (COBRA, 2008) possibilitou verificar a relação de amor e de respeito dos pesquisadores brasileiros com a Antártida, em geral, e com a Estação Ferraz em particular. A experiência na Antártica e a convivência dos grupos em ambiente isolado significaram aos entrevistados uma fonte de transformação e de crescimento pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPOZOLI, U. **Antártida a última terra**. São Paulo: Edusp, 1995.

CIRM, **Programa Antártico Brasileiro**: Estação Antártica Comandante Ferraz. Brasília: Editora UNB; 1998.

CIRM. **Brazil in Antarctica, Exchange Information (1999/2000)**. Brasília: Ct. Comunicação, 1999.

COBRA, G. **Psicologia de Grupos**: pesquisadores em isolamento e confinamento na Antártica, Tese de doutorado, ENSP-Fiocruz: Rio de Janeiro, 2008.

LUGG, D. J. The adaptation of small group to life on an isolated Antarctic station. **Polar Human Biology**, Londres: Heinemann, 401-409, 1973.

PALINKAS, L. A. et al. Longitudinal Studies of Behavior and Performance During a Winter at the South Pole, **Aviation, Space and Environment Medicine**, v. 69, n.1, p. 73-77, jan/1998.

PALINKAS, L. A, HOUSEAL, M. Stages of Change in Mood and Behavior During a Winter in Antarctica, **Environment & Behavior**, Califórnia: Sage, v.32, n.1, p.128-141, jan/ 2000.

PALINKAS, L. A. The Psychology of Isolated and Confined Environments, **The American Psychological Association**, v. 58, n.5, p. 353-363, maio/2003.

PROANTAR, **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri**, Brasília-DF, dez/2001.

SUEDFELD, P.; STEEL, G. D. The environmental psychology of capsule habitat. **Annual Review of Psychology**, v.51, p. 227-253, 2000.

STEEL G. D. Polar Moods: Third-Quarter Phenomena in the Antarctic. **Environment & Behavior**, California: Sage, v. 33, n.1, p. 126-133, jan/ 2001.

TAYLOR, A. J. W. **Antarctic Psychology**, Wellington: SIPC, 1987.

**NATUREZA INTEGRAL X NATUREZA (MEIO AMBIENTE): APONTAMENTOS
PARA UMA FILOSOFIA DA NATUREZA AFROCENTRADA E SUBJETIVIDADES
CONTRA-HEGEMÔNICAS**

Renato Nogueira Jr.

Doutor em Filosofia (UFRJ), professor do Instituto Multidisciplinar, Departamento de Educação e Sociedade, da UFRRJ.

O objetivo deste sucinto artigo com características de um ensaio introdutório é suscitar um debate sobre um dos temas sugeridos pelo *III Seminário Interfaces da Psicologia da UFRRJ: Formação Profissional & Compromisso Social da Psicologia*, a saber: subjetividades e ambiente nas sociabilidades contemporâneas. Este texto é mais um ensaio do que um artigo. Se trata de uma visão panorâmica que procura suscitar questões, levantar indagações, problematizar e dialogar com as dúvidas e pontos de vista que o debate acerca de uma compreensão de natureza afrocentrada pode trazer frente aos modos hegemônicos de tratamento da natureza. É oportuno situar que minhas pesquisas acadêmicas têm caráter afrocêntrico e todas as interlocuções e diálogos têm sido atravessadas pelo paradigma da afrocentricidade. Por afrocentricidade entendo, na esteira de Molefi K. Asante (1980) e Ama Mazama (2003), um paradigma que analisa e produz conhecimento partindo da localização psicológica e cultural dos povos africanos (incluindo os afrodiáspóricos).

O problema que o texto procura delinear diz respeito ao tema *subjetividades e ambiente nas sociabilidades contemporâneas*. De maneira específica, trata-se da análise das relações entre subjetividades e as sociabilidades contemporâneas, sublinhando as implicações éticas e políticas dos modos de subjetivação que produzem e são produzidos pelos diversos tipos de sociabilidades contemporâneas. O fio condutor para esse empreendimento é o debate em torno dos processos de subjetivação, na esteira de Foucault, Deleuze e Guattari, a subjetividade não deve ser entendida como um efeito do campo social; mas, emergência histórica de processos de todas as tipologias, em conexão com ocorrências sociais, midiáticas, culturais, ecológicas, econômicas, entre outros fatores, que constituem e integram os jogos de força. A proposta desta pesquisa é analisar alguns aspectos dos processos de subjetivação, especificamente as conexões que fizeram emergir ideias acerca da natureza, ora como um *Outro* em relação à espécie humana no contexto hegemônico dos jogos políticos contemporâneos. Mas, como conjunto de entes em que o ser humano está ao lado do meio ambiente e das outras espécies destituído em maior ou menor grau de uma faculdade ou atributo que lhe dê a prerrogativa de reinar sobre o planeta.

Para ilustrar e demarcar os processos de produção se subjetividade, seleciono um experimento simples realizado quando fui professor da Educação Básica; atuei durante 11 anos nos ensinamentos fundamental e médio (públicas e privadas), além do Ensino Superior em outras instituições, antes de ser docente da UFRRJ²¹. Por ocasião do exercício docente no 6º ano, onde os alunos têm em média entre 10 e 12 anos, eu solicitava que as estudantes desenhassem três coisas que representassem a natureza. Com raras exceções, elas optavam por uma ou outra coisa entre uma árvore, um sol, uma lua, uma nuvem, um animal domesticado (cachorro era o mais assíduo) ou um daqueles que é sequestrado com menos frequência para os lares e fica encarcerado em zoológicos (leão e onça eram muito comuns). Algumas alunas e alunos retratavam um ser humano. Eram poucas crianças que faziam isso. Por exemplo, não foi raro que numa turma com 35 estudantes entre 09 e 11 anos de idade, apenas, duas crianças terem desenhado deliberadamente uma pessoa entre os elementos que “representavam” a natureza. Eu gostava de mencionar que crianças dos povos Batwa²² e Guajajará²³ desenhariam seus pais, suas mãos ou pés, porque se percebem plenamente integrados à natureza. O que destoa muito do desenho de crianças ocidentais e ocidentalizadas – no sentido de Ocidente fornecido depois dos resultados das disputas imperialistas europeias.

Para os limites deste estudo, vamos contrastar, apenas, duas modalidades possíveis dos processos de subjetivação na produção de discursos e práticas acerca da natureza. Sem titubeios, os desenhos que tinham registrado um ser humano eram confrontados com a maioria que nem sequer tinha pensado nas pessoas como algo que fizesse parte da natureza. Esse mote servia para trazer à tona uma visão de mundo diferente da eurocêntrica tradicional. Com efeito, quero demonstrar que os desenhos que identificam natureza, apenas como o meio ambiente, são oriundos de uma visão hegemônica nas sociedades contemporâneas que remonta à interpretação proclamativa da tradição judaico-cristã (AGUIAR, 2004, p.8), ao discurso de fundação da modernidade europeia que tem na filosofia de Descartes uma das principais referências, além da lógica iluminista e seus desdobramentos que intensificaram a ideia de que cabe ao ser humano a centralidade e protagonismo nos usos dos recursos naturais do planeta como preço do processo civilizatório. Em outras palavras, um desenho que divorcia o ser humano da natureza é sintoma de uma perspectiva antropocêntrica que entende

²¹ Fui professor de várias instituições de ensino por onze anos antes de integrar o quadro docente da UFRRJ, fui professor da UERJ, UFRJ, CEFET-RJ, IFERJ, FAETEC e de várias escolas privadas como Escola Parque, Colégio São Vicente de Paulo e Escola Eliezer Max, além de ter sido professor do curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá por seis anos.

²² Batwa é um grupo étnico africano situado em regiões de Uganda, Quênia, Burundi, Ruanda, Tanzânia e República Democrática do Congo, são protagonistas no uso de técnicas de uso sustentável do solo.

²³ Guajajará é uma nação indígena que ocupa parte do Centro-Oeste e Nordeste brasileiro, são exímios em técnicas de ocupação sustentável do espaço geográfico onde vivem.

a “natureza” como *outro*. Na perspectiva hegemônica que permeia as sociabilidades nas sociedades contemporâneas, o meio ambiente existe para usos e desfrute da espécie humana; um tipo de supermercado onde os recursos naturais estariam numa prateleira prontos para acesso ilimitado e desmedido através do conjunto de avanços tecnológicos da humanidade.

Com efeito, para fins do escopo desta pesquisa vou demarcar duas perspectivas uma hegemônica que circula com mais intensidade nos circuitos sociais e outra contra-hegemônica, baseada numa perspectiva afrocêntrica. De modo estereotipado, mas não caricato, podemos atribuir aos desenhos que incluem o ser humano como ente da natureza, uma perspectiva afrocentrada ou indígena que atravessa as subjetividades de crianças batak e guajajará, por exemplo. Por outro lado, o estereótipo da natureza como uma árvore, o sol e um animal não humano é nitidamente uma visão que divorcia os seres humanos do meio ambiente e pertence à perspectiva hegemônica que está na matriz histórica do Ocidente.

Primeiro, vamos nos deter numa das raízes do divórcio entre o ser humano e a natureza. Pois bem, na tradição judaico-cristã e na formação do cristianismo europeu, fundamentais para o entendimento do paradigma dominante no Ocidente, existem duas tradições hermenêuticas, duas maneiras de leitura dos textos bíblicos (AGUIAR, 2004, p. 8). Na tradição proclamativa, o ser humano é dito como senhor de todas as coisas sobre o planeta; enquanto a tradição manifestativa entende que a salvação humana não pode estar desarticulada do cosmos, encerrando seu caráter cosmocêntrico. A primeira interpretação é um dos fatores que contribui para processos de subjetivação refratários à diversidade e convictos de que a “natureza” precisa ser escrutinada pela razão e dominada pela técnica. Nos termos de Leonel Aguiar, um dos cerne do problema está na:

ideologia tribalista do “povo eleito de Deus”. Esta arrogância de “eleição divina” produz, conseqüentemente, a lógica da exclusão, instaurando a negação da diversidade e a submissão do diferente. A ideologia tribalista da eleição funcionou como um dispositivo de produção de subjetividade modelador da figura do “fiel dogmático”, impondo ao Outro, no plano histórico o seu desígnio divino. Portanto, um modo de subjetivação que rompe com a ética ecológica de solidariedade universal e aliança espiritual (Idem, p.9).

Em certa medida, no rastro da tradição proclamativa, a filosofia moderna em um de seus maiores expoentes, Descartes, vai propor uma diferença substancial entre o ser humano e a natureza, além de advogar o dualismo entre alma e corpo. É contra essa perspectiva e os modos de subjetivação daí recorrentes que o texto pretende resistir, propondo outra perspectiva e, por conseguinte, outras maneiras de pensar e agir. Citar Espinosa é oportuno, à

medida que o filósofo entende que todos são modos da única substância que existe, a Natureza (Deus). “Tudo que existe exprime de modo certo e determinado a natureza ou essência de Deus” (ESPINOSA, 1983, p.114). Com isso, Espinosa rompe com a submissão do meio ambiente ao humano. Porque todas as coisas são modos de ser da natureza. Em algumas tradições africanas, por exemplo, iorubá e banto, a natureza diz respeito ao conjunto de todos os seres. No caso da língua iorubá, a palavra *Éda* significa Natureza inclui humanos, (outros) animais, vegetais, minerais, todos os elementos constituintes do cosmos. O que desenha, sem dúvida, uma perspectiva não utilitarista sobre o meio ambiente. Pois bem, no seio do que aqui denomino de filosofia afrocentrada, podemos encontrar elementos e conceitos férteis para uma noção de natureza integrada. A questão suscita dois encaminhamentos, a configuração de uma filosofia da natureza afrocentrada e a emergência dos processos de subjetivação herdeiras dessa estratégia descritiva.

O escopo desta pesquisa é justamente inquirir, indagar sobre a natureza integral e, ao mesmo tempo, constituir e delinear as subjetividades que emergem desse processo afrocentrado de compreensão da natureza. O conceito de agência para uma intelectual e ativista afrocentrista diz respeito à “capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana” (NASCIMENTO, E., 2008, p. 94). Numa perspectiva afrocentrada o avanço não tem nenhuma relação com progresso no sentido clássico erigido pela revolução industrial. Conforme Eduardo Oliveira, nas sociedades africanas tradicionais, “o tempo é orientado para o passado” (OLIVEIRA, 2006, p. 48). Ou seja, não faz sentido edificar e fabricar subjetividades em favor de uma utopia baseada no progresso através do domínio da natureza. Dar maior importância ao passado significa entender que todas as respostas para os conflitos no presente se encontram no passado. O futuro é relevante; mas, não pode ser entendido ou elaborado sem conexão com um presente que é desdobramento do passado. Paralelamente, falar em avanço não significa usar o meio ambiente.

De qualquer modo, resta uma interrogação: como se constituem as subjetividades numa perspectiva afrocentrada? De que maneira se configuram os modos de agir e pensar através do paradigma da afrocentricidade? Pois bem, o escopo deste texto não pretende esgotar essa sentença interrogativa. Basta delinear de maneira retinta, enegrecendo e intensificando a compreensão do leitor sustentando duas ideias. A saber: localização e agência. A subjetividade afrocentrada no que diz respeito às relações de força, práticas discursivas e intervenções no que tange à natureza definem que as emergências de práticas em relação ao meio ambiente equivalem às práticas consigo mesmo. Por exemplo, nas religiões

de matriz africana, no cristianismo afrocentrado ou quaisquer perspectivas religiosas e espirituais afrocentradas, o espaço físico mais importante para oração, prece, reza ou para a dinâmica dos rituais é o corpo. Ou seja, a pessoa precisa cuidar, tal como se diz em tradições iorubas, da sua cabeça (Ori), porque sua cabeça é o lugar de assentamento da energia divina. Em outras palavras, a própria experiência espiritual não parte do pressuposto europeu de uma queda, de uma carência ou necessidade de religação com o divino. O que está em jogo é menos se reconectar ou se religar; mas, ulteriormente, tomar ciência de que nunca estivemos cindidos, a cisão não passa de uma ilusão acerca de nossa constituição, sempre estivemos atravessados e imersos no divino, às vezes, esquecemos. Sem dúvida, essas ideias diferem muito da leitura proclamativa do Antigo Testamento. Não faz parte de nosso escopo nos concentrarmos na diferenciação da teologia africana e afrocentrada da teologia tradicional europeia que se tornou uma leitura hegemônica; mas, vale ressaltar que elas divergem em alguns aspectos-chave. O que nos interessa é que os pressupostos produzem interações e conexões sociais, culturais e, sobretudo, ecológicas muito diferentes. O que não significa caminhar num romantismo em busca de uma civilização pura (seja africana, indígena ou europeia sustentável); mas, em persistir em estratégias de sustentabilidade, busca por harmonia e atividades e práticas que reconheçam no meio ambiente a mesma natureza que o corpo das mulheres e homens que vivem naquela sociedade. O entendimento de que o meio ambiente é uma expressão da minha própria existência e cuidar da comunidade e de tudo que a integra é uma extensão dos cuidados com o meu corpo é uma perspectiva afrocentrada.

O meio ambiente é um dos elementos, entre outros, que faz parte da natureza, o que elimina quaisquer possibilidades de pensarmos numa identificação que reduziria natureza ao meio ambiente. O que difere das noções correntes de visões de mundo, leituras filosóficas e religiosas europeias e hegemônicas no Ocidente. Por essa razão, quero suscitar que numa perspectiva multilateral, numa sociedade pluriétnica, multiracial e multicultural. É muito relevante dar atenção para outras lógicas, estratégias e modos de intervir se quisermos compor em favor de perspectivas ecológicas e processos de subjetivação que possam ampliar a autonomia do ser humano consigo e com os outros membros da natureza. Desse modo, prestar atenção à afrocentricidade é um bom começo, seja para recolocar os africanos nos debates decisivos para os rumos do planeta ou para colocar sob suspeita a hegemonia europeia e suas consequências ruins para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo de. **A Ética do Retorno do Sagrado**: discurso ecológico radical e espiritualidade. *Tecnologia e Cultura: Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca*, Rio de Janeiro, ano 6, 2004, p.5-16.
- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity**. Rev. ed. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1988.
- . **Kemet, Afrocentricity, and Knowledge**. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990.
- . **The Afrocentric Idea**. Rev. and expanded ed. Philadelphia: Temple University Press, 1998.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. 2a.ed. Rio de Janeiro, 1978. Cap. X: Da tortura nas sociedades primitivas. 152.
- DELEUZE, Gilles. **O Mistério de Ariana**: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996.
- ESPINOSA, Baruch. **Ética**: demonstrada à maneira dos geômetras. Tradução Joaquim de Carvalho e Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Gomes. São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.
- LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. (Org.). **Nietzsche e Deleuze**: que pode o corpo. Rio de Janeiro; Fortaleza: Relume Dumará; Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.
- LOPES, Ney. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. Ed. Selo Negro: São Paulo, 2004.
- NASCIMENTO, Elisa (org.). **Afrocentricidade**. Ed. Selo Negro: São Paulo, 2008.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Ed. da UFRGS, 2006.
- MAZAMA, Ama, ed. **The Afrocentric Paradigm**. Trenton, N. J.: Africa World Press, 2002.
- MUDIMBE, V. Y. **The Invention of Africa**: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
- OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E O TRABALHADOR NO SÉCULO XXI: UMA APROXIMAÇÃO AO ESTUDO DE ANDRÉ GORZ SOBRE AS METAMORFOSES NO TRABALHO

MAURICIO CASTANHEIRA

Email: mauricio.castanheira@gmail.com

Doutor em Filosofia / UFRJ

Professor Titular do Mestrado em Educação / UCP

TAMIRIS DOS SANTOS DANTAS

Graduanda em Psicologia / UCP

Bolsista do PIBIC – CNPq / UCP

Resumo

Este texto é resultado de uma **reflexão** e de uma **prática**. Temos acompanhado a **desmobilização sindical** de portuários, bancários, ferroviários nos anos 90. Estudamos ainda o **desmantelamento da indústria têxtil e moveleira** numa cidade próxima a do Rio de Janeiro. Acompanhamos a forma como o avanço tecnológico torna tudo **descartável**, no padrão “se funciona já é **obsoleto**”. **Não somos nativos** no uso da tecnologia. Migramos no final do século passado e temos observado a forma como os nativos no uso da tecnologia são conduzidos pelas **quinquilharias** que acreditam dominar. Aprendemos que o tempo se acelerou e que **devemos fazer tudo rápido**. Por isso seremos breves: o que um Psicólogo deve pensar sobre trabalho e tecnologia?

Palavras-chave: Psicologia social, trabalho e tecnologia, André Gorz.

A IDEOLOGIA DO TRABALHO

O trabalho com finalidade econômica nem sempre foi a atividade humana dominante. Tornou-se dominante na escala de toda a sociedade depois do aparecimento do capitalismo industrial, há aproximadamente duzentos anos.

Nas sociedades pré-modernas, na Idade Média e na Antiguidade, assim como nas sociedades pré-capitalistas que subsistem ainda hoje, trabalhava-se menos, muito menos que hoje. A tal ponto que os primeiros industriais, nos séculos XVIII e XIX, tinham grandes dificuldades para obrigar sua mão de obra a trabalhar o dia inteiro, dia após dia. Levando os primeiros patrões de manufatura a falirem por causa disso.

Aquilo que os anglo-saxões chamam "a ética do trabalho" e "a sociedade do trabalho" são coisas bem recentes. O que caracteriza as "sociedades do trabalho" é que, nelas, o trabalho é considerado ao mesmo tempo um dever moral, uma obrigação social e também a via para o sucesso profissional.

A ideologia do trabalho tem por certo que:

- Quanto mais cada um trabalha, melhor vivem todos;
- Aqueles que trabalham pouco, ou aqueles que não trabalham, prejudicam a coletividade e não merecem ser seus membros;
- Quem trabalha como deve é socialmente um vencedor e quem não obtém sucesso é responsável por seu insucesso.

Muitos de nós continuamos profundamente impregnados desta ideologia e não há dia em que um político, de direita ou de esquerda, não nos venha exortar ao trabalho, afirmando que é através do trabalho que ultrapassaremos a presente crise. Para "vencer o desemprego", dizem, é preciso trabalhar mais, e não menos.

A CRISE DA ÉTICA DO TRABALHO

Na realidade, a ética do trabalho caducou!

Não é mais verdade que para produzir mais seja preciso trabalhar mais, nem que produzir mais signifique viver melhor. Isto vale, em particular, para nossas necessidades de ar, de água, de espaço, de silêncio, de beleza, de tempo, de contatos humanos. Essas necessidades serão satisfeitas não trabalhando e não produzindo mais, mas trabalhando e produzindo de outro modo.

Como canta Arnaldo Antunes, "*A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte*".

O ELO ENTRE MAIS E MELHOR FOI ROMPIDO

Para muitos dos produtos ou serviços, nossas necessidades estão completamente satisfeitas e muitas de nossas necessidades insatisfeitas não serão cumpridas produzindo mais, mas produzindo de outro modo, outra coisa, ou até mesmo produzindo menos. Também não é mais verdade que quanto mais cada um trabalhe, melhor vivam todos.

A atual crise impulsionou uma mutação técnica de uma amplitude e velocidade sem precedentes: a "revolução micro-eletrônica". Tendo essa revolução por efeito e por finalidade a redução de trabalho humano cada vez maior, tanto na indústria quanto nas administrações e

nos serviços. Produções crescentes são garantidas com quantidades decrescentes de trabalho. Disso resulta que o processo social de produção não exige mais que todos trabalhem em tempo integral. Sendo a antiga ética do trabalho impraticável a sociedade de trabalho está em crise.

Robôs trabalham 24 horas sem parar, sem férias, sem encargos sociais, dispensas, ... Robôs não militam em política, não criam conflitos sindicais. Mas e a parte humana? Com humanos era uma maravilha! Em compensação com os robôs!!! Como fazer para humilhar um robô?

(Joaquín Salvador Lavado - O Quino)

Nem todos estão conscientes desta crise; alguns estão conscientes, mas têm interesse em negá-la. É o caso, particularmente, de muitos "neo-conservadores". Querem perpetuar a ideologia do trabalho em um contexto em que o trabalho pago torna-se cada vez mais raro. Assim, incitam as pessoas a buscarem um trabalho pago cada vez mais concorrencial.

Como resultado da concorrência, esperam que o preço do trabalho (quer dizer, o salário) diminua e que os "fortes" eliminem os "fracos". Dessa seleção neo-darwinista dos "mais aptos", esperam o renascimento de um capitalismo dinâmico, livre de sua escória e liberado, em todo ou em parte, das leis sociais.

É preciso manter um exército que sustente os mais aptos, os vencedores, aqueles que venceram a concorrência, ou seja, a escória.

Nem toda atividade é necessariamente trabalho, nem todo trabalho é necessariamente pago ou realizado em vista de um pagamento.

Convém distinguir três tipos de trabalho:

1. O trabalho com finalidade econômica que se cumpre em vista de um pagamento. Trabalha-se, antes de tudo, para "ganhar a vida" e só acessoriamente visamos com ele satisfação ou prazer.
2. O trabalho doméstico e o trabalho para si que se cumpre, não em vista de uma troca mercantil, mas em vista de um resultado do qual somos, diretamente, o principal destinatário e beneficiário.
3. A atividade autônoma que é cumprida como um fim em si mesmo, livremente, sem necessidade.

A presente evolução conduzirá a uma segmentação da população ativa na seguinte proporção:

- 25% de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos por acordos coletivos nas grandes empresas;
- 25% de trabalhadores periféricos que, nas empresas subcontratadas e nas empresas de serviços, ocupam empregos precários, pouco qualificados, mal pagos, segundo horários que variam conforme deseja o empregador é sujeito às flutuações do mercado;
- 50% de trabalhadores marginais, desempregados ou semi-desempregados, fazendo trabalhos ocasionais ou sazonais, "pequenos trabalhos".

OS NOVOS DOMÉSTICOS

Uma nova ideologia patronal, chamada de "recursos humanos", procura integrar nas empresas modernas, os "empregos modestos", de "salários modestos", nas empresas de serviços e, nos serviços de "pessoa a pessoa". Estes serviços de "pessoa a pessoa" são, de fato, empregos domésticos ou de serviços, sob sua forma modernizada e socializada. Levando os trabalhadores a disputar entre si o "privilégio" de vender seus serviços pessoais àqueles que conservam uma renda confortável.

A solução ótima é aquela que permite a cada um trabalhar menos, trabalhar melhor e receber sob a forma de rendas reais crescentes sua parte da riqueza crescente que é socialmente produzida.

Isto supõe que a duração do trabalho (atualmente em torno de 1.600 horas por ano) seja conduzida por patamares e de maneira programada a atingir aproximadamente 1.000 horas em quinze ou vinte anos, sem diminuição do nível de vida.

Uma redução progressiva da duração do trabalho para 1000 horas por ano, ou menos, confere ao tempo disponível dimensões inteiramente novas. O tempo do não-trabalho não é mais necessariamente um tempo de repouso, de recuperação, de divertimento, de consumo; não serve mais para compensar o cansaço, as obrigações, as frustrações do tempo de trabalho. O tempo livre não é mais simplesmente este "tempo que sobra", sempre curto demais, que é preciso apressar-se para aproveitar e durante o qual nem se pensa em empreender algo. O tempo disponível pode ser preenchido por atividades sem fim econômico e que enriquecem a vida do indivíduo e do grupo.

O tempo consagrado a música, ao amor, a educação, a conversa, a reconfortar um doente, a criar etc. é o próprio tempo da vida, não tem preço pelo qual possa ser vendido ou comprado.

No entanto, a possibilidade de manter conjuntamente, ou de alternar, um trabalho pago e atividades autônomas não deve ser entendida como uma desvalorização do trabalho pago. O desenvolvimento pessoal por meio das atividades autônomas sempre se reflete no trabalho profissional, fecunda-o e enriquece-o. A ideia de que é preciso, para ser bem-sucedido ou para ser capaz de invenção, entregar-se inteiramente, durante todo o tempo, a um mesmo trabalho é uma ideia falsa.

NOVOS VALORES, NOVAS TAREFAS

A liberação do trabalho torna-se, pela primeira vez, uma perspectiva tangível. Não se deve, porém, subestimar o que isso implica para cada um de nós. A luta por uma redução contínua e substancial da duração do trabalho pago supõe que este deixe progressivamente de ser a única (ou mesmo a principal) ocupação de nossa vida. Não deverá mais ser nossa principal fonte de identidade e de inserção social. Outros valores, além dos econômicos, outras atividades, além daquelas funcionais, instrumentais, assalariadas a que nos obrigam os aparelhos e instituições sociais, devendo predominar na vida de cada um.

Tal mutação da sociedade e da cultura exige de cada pessoa um trabalho sobre si, podendo ser incentivada, mas que nenhum Estado, governo, partido ou sindicato pode fazer por ela. Exige que encontremos na vida outro sentido além do trabalho pago, da ética profissional, do rendimento.

A desafeição ao trabalho assalariado traduz não uma falta de interesse ou uma recusa do esforço, mas o desejo de que o trabalho faça parte da vida no lugar deste ser sacrificada ou subordinada a ele. A aspiração a recuperar o poder sobre sua vida é vista nos trabalhadores.

Experiências passadas mostraram que os trabalhadores tornam-se mais exigentes no que se refere às condições e as relações de trabalho quando estas lhes deixam tempo e energia para uma vida pessoal. Inversamente, o desenvolvimento pessoal tem por condição um trabalho que, por sua duração e sua natureza, não mutile as faculdades físicas e psíquicas do trabalhador.

Nas usinas robotizadas e nas indústrias de processo contínuo, em particular, o trabalho consiste essencialmente em vigiar, (re) programar e, quando é o caso, corrigir ou

reparar o funcionamento dos sistemas automáticos. O trabalhador deve com frequência respeitar os procedimentos estabelecidos de modo muito detalhado, que excluem a iniciativa e a criatividade.

A ética e as virtudes tradicionais do trabalho devem ceder diante de uma ética do serviço na medida em que a consciência profissional não consiste em se identificar ao valor do produto do trabalho, mas somente ao valor da função que se ocupa.

O trabalho tende a tornar-se uma força de produção secundária diante da potência, do automatismo e da complexidade dos equipamentos. Cada vez mais raros são os empregos onde as noções de esforço e de rendimento individuais fazem ainda sentido, onde a quantidade e a qualidade dos produtos dependem da aplicação dos trabalhadores e onde o orgulho pelo produto bem feito possa ser fonte de identidade social e pessoal.

A economia capitalista não pode mais garantir a cada um seu direito ao trabalho economicamente útil e remunerado.

Por isso, o direito ao trabalho só pode ser garantido a todos se:

- 1° a duração do trabalho na economia for reduzida; e,
- 2° as possibilidades de trabalhar fora da economia, em tarefas sem finalidades econômicas, forem desenvolvidas e abertas a todos.

O RESGATE DA UTOPIA (ou considerações finais)

Abolir uma concepção totalitária da sociedade, lutando para preservar a singularidade, a emancipação e a unicidade de cada pessoa, com a especificidade da esfera privada. Não confundindo o aperfeiçoamento das pessoas com a utilidade social de seu trabalho.

Mostrando que hoje o processo de produção, a economia, requer cada vez menos trabalho assalariado, perdendo então, sentido e necessidade. Eliminando o caráter arbitrário e opressivo da intensificação e densificação do trabalho. Realizando mudanças por meio de ações que ilustrem tal possibilidade. Tendo em vista que a ação cultural e o desenvolvimento de "atividades alternativas" adquirem uma importância particular nesse contexto.

A sociedade deverá inverter suas prioridades, e no lugar de privilegiar a formação de "computadores humanos", cujas capacidades de memorização, análise, cálculo etc. estão ultrapassadas e que, em grande parte, os computadores eletrônicos tornaram supérfluos, trata-se de privilegiar o desenvolvimento das capacidades insubstituivelmente humanas: manuais,

artísticas, afetivas, relacionais, morais, a capacidade de fazer perguntas imprevistas, de dar sentido, de recusar o não-sentido mesmo que não logicamente coerente etc.

PROCURANDO APONTAR UMA RESPOSTA À QUESTÃO INICIAL: O QUE UM PSICÓLOGO DEVE PENSAR SOBRE TRABALHO E TECNOLOGIA?

A tecnociência produziu um mundo que ultrapassa, contraria, viola o corpo humano pelas condutas que exige, pela aceleração e pela intensificação que solicita. As máquinas se tornarão soberanas, e os homens, seus submetidos.

Cabe ao profissional de saúde unir-se às forças que lutam contra o fortalecimento de uma humanidade humanicida, contra as forças que afastam o trabalhador de sua capacidade de manter-se crítico e ativo na sua capacidade de escolha.

É preciso ter consciência: O homem tende a ser obsoleto!

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Ed. Annablume, 2007.

PSICOLOGIA JURÍDICA E COMPORTAMENTO SOCIAL

Ana Célia Montemor Soares Rios Gonçalves.

Juíza da 4ª Vara de Família da Comarca de Nova Iguaçu.

No meu trabalho, há doze anos exercendo a jurisdição em Vara de Família, convivo diariamente com conflitos, incompreensões, tragédias e intolerância. Também, claro, vejo muitas vezes a beleza da alma humana e a infinita capacidade de amar.

É um trabalho em que necessito mais de conhecimento sobre a natureza humana do que conhecimentos específicos de Direito. Embora seja árduo, onde me vejo diante de situações de riscos, de difíceis soluções, também me traz inigualável satisfação a cada solução que influencia beneficentemente a vida de uma criança ou de uma família.

Ao longo destes anos creio ter aprendido a interpretar sinais, pois as pessoas muitas vezes não dizem qual é o problema, mas o demonstram por posturas, olhares, tom de voz e muitos outros pequenos detalhes. Os processos são várias vezes utilizados para fins do motivo descrito. Percebam o quanto me ajudaria conhecimentos de Psicologia.

Até cinco anos atrás o único auxiliar do Juiz, no quadro de funcionários do Tribunal, era o Oficial de Justiça, a quem muitas vezes mandávamos fazer uma verificação sobre onde determinada criança morava, como era tratada. Eram certidões, quase sempre, com poucas informações. O melhor que tínhamos era mesmo nosso contato com as pessoas na audiência, podendo sentir, ou melhor, tentando descobrir a verdade. Os psicólogos sabem como isto é difícil e sutil.

Por exemplo, decidir quem ficará com uma criança. Quase sempre, a criança chega sofrida, manipulada, temerosa do que vai dizer e os adultos que a disputam não mostram quem, no âmago, eles são.

Outro exemplo: um casal em que ambos se acusam de atitudes violentas. Quem está mentindo, ou quem está mentindo mais?

Como proteger as pessoas, principalmente as crianças? E mais importante ainda: Como promover a paz?

A função mais importante de um Juiz não é dar a sentença num processo, dizendo quem está certo, quem está errado e qual será a punição. A função-princípio do Magistrado deve ser promover a pacificação social, para isto fazendo com que as pessoas envolvidas naquela causa

compreendam sua responsabilidade na solução daquele conflito, conscientizando-as de que delas depende a real solução, a que poderá causar uma mudança positiva na vida dos envolvidos. Somente desta forma pode-se influir beneficentemente naquelas vidas. Uma decisão imposta pelo Judiciário, em matéria de família, na quase totalidade das vezes, apenas resolve por um curtíssimo prazo ou nem isto, por que a insatisfação que gera para um dos envolvidos aumenta a mágoa já existente e funciona como um veneno que deteriora as relações familiares.

Uma ajuda maravilhosa para o meu trabalho foi a presença, inicialmente, das Assistentes Sociais, que passaram a fazer verdadeiros estudos sobre a situação de crianças e idosos; logo depois, quando pude contar com o auxílio de um Psicólogo, para aclarar situações de grande complexidade, minha alegria foi imensa, pois tive a sensação de ganhar a bola de cristal que há tempos pedia.

Lembro-me que antes disso muitas vezes buscava soluções tateando no incerto do desconhecido, guiada pela intuição. Há uns anos apareceu-me um casal separado disputando a guarda do filho de um ano. A criança morava com a mãe e o pai a acusava de abusar do menino colocando o dedo em seu ânus. O garotinho apresentava comportamento normal, não rejeitava nenhum dos dois, o exame médico confirmava alguma manipulação no ânus que poderia ser abuso, decorrência de fezes duras por prisão de ventre ou coceira por vermes. O pai prosseguia jurando que era abuso, que ele presenciara um dia e ela negava, dizia que era vingança por causa do fim do relacionamento, que ele só queria lhe tirar o filho e todos choravam.

Que provas produzir? Os abusos costumam ser praticados sem testemunhas, o garotinho só tinha um ano e não aparentava estar sofrendo nenhuma violência. Conversei com cada um separadamente. Ninguém aparentava mentir e eu resolvi arriscar uma solução: Muito séria, chamei os dois e disse que iria colocá-los sob hipnose e saberia quem estava mentindo e este iria para a cadeia. Na hora os dois concordaram. Quando os chamei novamente, o pai não foi mais encontrado. Sua família disse que ele se mudara para longe e nunca mais apareceu.

A falsa acusação de abuso sexual, em casos de família é, infelizmente, uma covardia comum, por ser de difícil prova e deixar sempre aquela monstruosa suspeita no ar.

O auxílio do Psicólogo tem sido de importância ímpar, pois com seus conhecimentos para desvendar a mente e motivações, ou pelo menos, ver um pouco mais, mostra-me o melhor caminho para compor cada conflito e minorar o sofrimento das pessoas que precisam de Justiça.

Os adultos, amiúde, usam os filhos para ferir-se mutuamente, uns mais que os outros e em diferentes intensidades, chegando ao extremo da alienação parental, que vemos quando o guardião

destrói completamente a imagem que o filho tem do outro genitor, provocando um completo afastamento físico e sentimental, enchendo o coração da criança de rancor.

Neste tipo de problema, to comum no dia a dia do nosso trabalho, a ajuda do Psicólogo é fundamental, conscientizando as pessoas da gravidade de seus atos e buscando reverter esta situação, aproximando a família, ajudando, efetivamente, a que todos estes filhos sejam mais amados e felizes.

Estamos salvando vidas! A cada caso que, com a participação valiosa do Psicólogo, estamos conseguindo trazer mais responsabilidade, compreensão e tolerância aos pais, estamos beneficiando famílias e crianças, estamos dando a eles uma vida melhor e a todos, em decorrência, um mundo melhor para viver. É uma bola de neve do bem!

A Psicologia tem caminhos para libertar o ser humano de sentimentos destruidores, como a mágoa. Uma grande parte dos processos que chegam com pedidos de separações litigiosas, guarda e visitação de filhos, alimentos, indenizações, entre outros, tem como causa profunda a mágoa, embora constem justificados por outros motivos. As partes envolvidas na demanda têm imensa dificuldade em ver que estão ali brigando por várias mágoas e não por motivos que constam escritos nas petições.

Nós, os operadores do Direito, estamos cada vez mais cientes de que o problema das pessoas, muitas vezes, não é resolvido por um processo, ainda que ele seja rápido e com uma sentença formalmente perfeita. Por quê? Por que nas relações continuativas é necessário que os envolvidos mudem de atitude responsabilmente para construir o presente e o futuro de forma harmoniosa e pacífica.

O objetivo do Judiciário não é apenas aplicar a lei: é pacificar!

Neste enfoque de justiça pró-ativa temos uma nova forma de composição de conflitos em que o Psicólogo terá um grande e importante campo de trabalho: a Medição.

A Medição é um processo pelo qual um terceiro imparcial facilita a negociação entre pessoas em conflito, as habilita a assumir o controle de suas vidas e a encontrar soluções que compatibilizem-se aos seus interesses e necessidades. (Juiz de Direito, André Gomma de Azevedo)

Acredito que a Medição é a melhor forma de composição de conflito dentre as existentes, por que a solução é encontrada pelas pessoas envolvidas e é para elas a melhor de todas. Diferentemente da Conciliação, em que, teoricamente, cada um cede um pouco, na Medição não há

esta negociação de perda: todos entendem suas responsabilidades e necessidades e encontram a ideal solução, ficando inteiramente satisfeitos.

Pude assistir a uma palestra sobre Mediação e ver que, embora como descrito acima, pareça utopia, a Mediação é efetivamente aplicável. Há que ser estudada e praticada. As técnicas, creio, são quase todas da ciência da Psicologia.

Gostaria de aprofundar meus conhecimentos nesta área e implantar um serviço de Mediação no meu trabalho. Para isto precisarei de Psicólogos... Quem sabe deste evento pode nascer um grande projeto?

Sempre trabalhei com mente e coração, sentindo minha atuação como uma forma de ajudar as pessoas. Este é o meu ofício e o meu dever e agradeço aos Psicólogos que trabalham comigo, pois com sua sabedoria e dedicação mostram-me o caminho para mudar destinos.

**PSICOLOGIA, PRODUÇÃO DE SAÚDE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE:
COMPROMISSO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE.**

Eduardo Passos - UFF

Não podemos mais negligenciar a importância do problema da Inserção Social da Produção em Psicologia que está associado ao tema mais geral que Ana Bock²⁴ designou de “compromisso social do psicólogo”. Dos anos 70 aos 90 tal compromisso “passa de tema a lema”, como disse Osvaldo Yamamoto²⁵, se referindo a esta **atitude crítica** que já se inicia nos anos 70, quando Sylvia Leser de Mello²⁶, dentre outros, coloca em questão a prática do psicólogo como “atividade de luxo”.

É marca característica da Psicologia a **atitude crítica** na dupla acepção da palavra: arguição crítica das instituições, aí compreendida a própria instituição da psicologia e experiência de crise do instituído, o que faz da Psicologia um saber sem a estabilidade de uma “ciência normal” unificada por um paradigma, na acepção dada por Thomas Kuhn²⁷ às revoluções científicas. Na Psicologia, diferentemente do que temos nas ciências naturais, não temos revoluções, mas revoltas; não temos a unidade continental de uma disciplina como a Física ou a Química, mas a dispersão arquipelágica de um saber caracterizado por fortíssima heterogeneidade, por um contínuo debate acerca de sua unidade e, sobretudo, por uma atenção aos efeitos de sua ação sobre a realidade subjetiva e social. Desde sempre a Psicologia brasileira problematiza sua institucionalização como saber e tecnologia, como teoria e prática inseridas em uma realidade, corporificadas em intervenções concretas que produzem efeitos sobre o mundo em que vivemos.

A Psicologia não pode se furtar ao tema da inserção social da sua produção. O que produzimos? Por essa questão devemos entender não só os indicadores de produtividade que computam “produtos” acadêmicos relevantes, mas também a produção subjetiva e social da realidade. Produzimos artigos, livros, teses, relatórios, mas também estamos inseridos em um processo mais amplo de produção de mundo e de produção de sentidos de si.

No contexto brasileiro, a Psicologia cada vez mais é chamada a assumir seu compromisso com as políticas públicas de saúde, considerando os processos de produção de saúde em sua inextrincável relação com os processos de produção de subjetividade. É sempre em um determinado mundo, na relação com determinadas instituições, imersos em determinados jogos de

²⁴ A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4 (2), 315-329, 1999.

²⁵ Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, ano 1, jan/abr 2007.

²⁶ *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1975.

²⁷ *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

poder que nos constituímos como sujeitos e adoecemos. Neste sentido, problematizar o modo de subjetivação no contemporâneo em sua relação com as políticas públicas de saúde se torna agenda importante para nossos debates e, sobretudo, conteúdo que deve se tornar cada vez mais presente nos programas de formação das novas gerações de psicólogos.

É prioritário que construamos coletivamente parâmetros para a formação do psicólogo fortalecendo sua presença no Sistema Único de Saúde (SUS). De fato, a formação do psicólogo tem ocorrido sem uma discussão mais consolidada de saúde pública. A Psicologia não pode se furtar a esse debate que está posto na agenda contemporânea. Fazendo um recorte nesse debate mais amplo, eu gostaria de definir assim essa agenda: como pensar o engajamento da Psicologia no campo da saúde pública que no Brasil se compromete com o SUS? Como se articulam os processos de produção de saúde e de produção de subjetividade nas práticas concretas do SUS? Como alterar as práticas de saúde sem modificar, articuladamente, os processos de produção de subjetividade? Como apostar em novas práticas de atenção e gestão dos processos de trabalho, no campo da saúde, sem considerar para tais sujeitos autônomos e protagonistas no mundo em que vivem? De que sujeitos nós estamos falando quando apostamos na efetivação do projeto do SUS?

O SUS é uma conquista nascida das lutas pela democracia no país que em 1988 ganham estatuto constitucional. Passados quinze anos, desde a regulamentação da lei em 1990, inúmeros outros desafios vêm sendo colocados para o campo da saúde. Garantir o caráter constituinte do SUS impõe que possamos identificar os problemas contemporâneos que se dão na relação entre Estado e as políticas públicas. É esta relação que precisa ser problematizada pela Psicologia neste momento.

O SUS é o resultado de lutas pela redemocratização da sociedade brasileira que aconteciam em meio a movimentos de resistência à ditadura militar. No campo da saúde essa resistência se exprimiu, sobretudo, no Movimento da Reforma Sanitária a partir do qual foram formulados os princípios de universalidade, equidade e integralidade da saúde presentes no texto da Constituição de 1988 como direito de qualquer cidadão e como dever do Estado. Os anos 60, 70 e 80, no Brasil, foram marcados por essas lutas que impunham não só a realocação das funções e deveres do Estado, como também, os direitos dos homens. Todo um experimentalismo político caracteriza estes momentos de efervescência que na América Latina se orquestravam na forma geral da resistência ao autoritarismo de Estado e que no mundo ganhava a designação de contracultura. Não podemos, portanto, negligenciar a sintonia entre estes diferentes movimentos de resistência (Reforma Sanitária, Reforma Psiquiátrica, Movimento Feminista, Movimento Gay, Movimento Hippie, Tropicalismo, Movimentos organizados de luta contra a ditadura militar etc.) que compõem um ambiente dinamizado pela força de invenção e de contestação ao já dado. Há, nestes

anos, todo um debate que acompanha as experimentações políticas em curso que precisamos resgatar na sua potência de problematização do poder. Nesse cenário, devemos entender o SUS como expressão de um movimento no campo da saúde de enfrentamento dos poderes instituídos e de criação de resistências-instituintes no modo de lidar com o tema da saúde.

Esse desafio é o da consolidação de uma política pública de saúde – e público não deve ser confundido com estatal. Nas décadas de 70 e 80, as mudanças no campo da saúde pública foram evidenciando o sentido de coletivo que animou o movimento da Reforma Sanitária. Com o conceito de saúde coletiva a dimensão do público é revigorada nas políticas de saúde. Não mais identificado a estatal, o público indica assim a dimensão do coletivo. Política pública, política dos coletivos. Saúde pública, saúde coletiva. Saúde de cada sujeito, saúde da população.

Nesse sentido, é principalmente o modo coletivo e co-gestivo de produção de saúde e de sujeitos implicados nesta produção que orienta a construção de uma política pública.

Essa orientação impõe mudanças no modelo de atenção dos usuários e da gestão dos processos de trabalho, isto é, afirmar a saúde não como valor de troca, mas como valor de uso²⁸, o que faz com que se altere o padrão de atenção no sentido da ênfase no vínculo com os usuários, garantindo seus direitos. Estimular também o protagonismo dos atores do sistema de saúde seja através de sua ação de controle social, seja através do fomento de mecanismos de co-gestão. Garantir melhores condições para os trabalhadores e gestores realizarem seu trabalho.

Quando falamos de política de saúde é evidente que não podemos negligenciar o papel do Ministério da Saúde (MS). Aproximar-se do MS é deparar com a máquina do Estado com seu intrincado de poder ali expresso em programas, projetos, burocracias, instâncias e esferas de governo político. A complexidade desta máquina faz de seu interior um mundo que tende a nos atrair e capturar. Percebe-se que o Estado, embora não sendo a fonte de onde emanam as linhas de capilarização do poder, tende a absorvê-las, interiorizando-as. Contudo, a experiência no MS também nos indica que estas linhas não dobram só para dentro. Há algo que resiste a esta interiorização, algo que insiste em sua exterioridade fazendo com que a máquina do Estado se abra para o que é o seu fora. Chamamos este fora de plano coletivo, aí onde se constroem, de fato, políticas públicas. Operar no limite entre a máquina do Estado e o plano coletivo é apostar que, na série governo-Estado-políticas públicas, é este último termo que deve prevalecer na orientação das ações governamentais. São alterações da experiência coletiva que podem gerar políticas públicas malgrado o movimento de interiorização da máquina de Estado. Na série governo-Estado-políticas

²⁸ Campos GWS 2000. *Um método para análise e co-gestão de coletivos – a construção do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda*. Ed.Hucitec, São Paulo.

públicas é o que se produz no plano do coletivo que garante o sentido público das políticas que também atravessam o Estado.

No Brasil, o desafio assumido pelos movimentos de mudança dos modelos de atenção e gestão, nas práticas de saúde, impunha tanto a redefinição do conceito de saúde, quanto a recolocação da importância dos atores implicados no processo de produção de saúde. Falar, portanto, de saúde pública ou saúde coletiva se tornou, a partir dos anos 80, falar também do protagonismo e da autonomia daqueles que, por muito tempo, se posicionavam como “pacientes” nas práticas de saúde, sejam os usuários dos serviços em sua paciência frente aos procedimentos de cuidado, sejam os trabalhadores eles mesmos, não menos passivos no exercício de seu mandato social. O que queremos ressaltar é que a força emancipatória na base do SUS só se sustenta quando tomamos como inseparáveis o processo de produção de saúde e o processo de produção de subjetividades protagonistas e autônomas que se engajam na reprodução e/ou na invenção dos modos de cuidar e de gerir os processos de trabalho no campo da saúde.

Falar de saúde como processo de produção é falar de uma experiência que não se reduz ao binômio queixa-conduta já que aponta para a multiplicidade de determinantes da saúde e, mais especificamente, para a complexidade das relações entre os sujeitos trabalhadores, gestores e usuários dos serviços de saúde. O que se produz neste processo é a um só tempo a saúde e os sujeitos aí implicados. Mas como se dá isso na experiência concreta? Na dimensão da experiência concreta que encontramos a direção para uma política pública de saúde que dê certo, e que dá certo em função de um processo de subjetivação que se efetiva com a alteração dos modelos de atenção e de gestão em saúde, isto é, novos sujeitos implicados em novas práticas de saúde. Pensar a saúde como experiência de criação de si e de modos de viver é tomar a vida em seu movimento de produção de normas e não de assujeitamento a elas. A contribuição de Canguilhem²⁹ para o debate acerca da normatividade da vida é indispensável aqui. Este autor nos indicou como a vida se define não por um assujeitamento a normas e sim pela produção delas.

Mas criar novas práticas de saúde, mudar os modelos de atenção e de gestão do processo de trabalho em saúde é apostar em políticas públicas que vão se construindo numa estranha e paradoxal relação com a máquina do Estado. O paradoxo é o do funcionamento de uma máquina dita republicana que, no entanto, experimenta uma relação de tensão ou mesmo de repulsão frente à coisa pública. Eis a questão da qual não podemos nos furtar: o funcionamento de uma máquina Estatal em que a *res pública* está nela e contra ela.

²⁹ Canguilhem G 1978. *O normal e o patológico*. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

Entendendo este fora do Estado como o plano do coletivo, onde a saúde se apresenta como uma questão pública (uma *res pública*), apostar no SUS como política pública de saúde nos obriga, portanto, a repensar sua relação com o Estado. Quando estes dois termos não são mais tomados como coincidentes, quando o domínio do Estado e o do público não mais se justapõem, não podemos aceitar como dada a relação entre eles. Se o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos, ele está em um plano diferente daquele do Estado enquanto figura da transcendência moderna. O plano do público é aquele construído a partir das experiências de cada homem, na imanência de uma humanidade que se define não a partir do método-padrão d'o Homem, mas do que há de singular em qualquer um.

Tal singularidade não se opõe ao coletivo, ao contrário é a sua matéria constituinte. Mudar as práticas de atenção e gestão em saúde nos obriga a levar em conta, ao mesmo tempo, cada vida e todas as vidas, cada homem e todos os homens, um homem e a humanidade enquanto força coletiva que impulsiona e direciona o movimento das políticas públicas. Neste sentido, não havendo uma imagem definitiva e ideal d'o Homem, só nos resta aceitar a tarefa sempre inconclusa da reinvenção de nossa humanidade, o que não pode se fazer sem o trabalho também constante da produção de outros modos de vida, de novas práticas de saúde. Este trabalho só o fazemos, ou pelo menos só garantimos a ele sua máxima consistência, quando nos organizamos coletivamente em movimentos de resistência ao já dado, como assistimos no processo constituinte do SUS. É preciso manter vivo este processo afirmando o seu não esgotamento. O fato do SUS ter se constituído como um texto legal, sua dimensão “de direito” não pode esgotar o que na experiência concreta se dá como o movimento constituinte e contínuo da reinvenção do próprio SUS.

No contexto atual, a teoria e a prática, o conceito e a ferramenta estão inseparáveis. Estamos apresentando um problema cuja espessura complexa nos absorve não só quando pensamos, mas também quando somos convocados a dar respostas às questões presentes no cotidiano da saúde. Estamos, portanto, sendo forçados de forma mais intensa, a pensar na pressão da experiência.

E é na experiência concreta do SUS que o psicólogo está sendo chamado a dar sua contribuição, problematizando os processos de produção de subjetividade e de saúde.